

ISABEL MARGARIDA RIBEIRO DE OLIVEIRA DUARTE

**ALGUNS OPERADORES
DE
AGULHAGEM COMUNICATIVA**

**PORTO
1989**

Faculdade de Letras da Universidade do Porto

ALGUNS OPERADORES DE AGULHAGEM COMUNICATIVA

(na prosa narrativa de Eça de Queirós e José Cardoso Pires)

Dissertação de Mestrado

em

Ensino da Língua Portuguesa

apresentada por

33006 of.
14 II 90

ISABEL MARGARIDA RIBEIRO DE OLIVEIRA DUARTE

FUNDO GERAL

FLUP-BIBLIOTECA()

PORTO, JULHO DE 1989



043 H
D 872 a

(em memória da Avó Luz)

Gostaria de agradecer, em primeiro lugar, ao Engenheiro Francisco Jacinto e ao Conselho Pedagógico da Escola Secundária Infante D. Henrique todo o apoio dado e os pareceres favoráveis à Equiparação a Bolseira que a Direcção Geral de Pessoal me concedeu, durante os dois últimos anos.

Para o Professor Oscar Lopes vai um agradecimento muito especial, pela disponibilidade, pelo incentivo, porque partiram dele as pistas mais interessantes desta pesquisa, mas também pela afabilidade e a compreensão paciente com que sempre recebeu os meus pedidos de ajuda.

Agradeço, também, o companheirismo e as ajudas várias que me deram, ao longo da preparação deste trabalho, as colegas Isabel Madureira Pinto, Fernanda Dantas e Olívia Figueiredo.

Não posso esquecer também a Teresa e o Rui Feijó que puseram à minha disposição casa, computador e conhecimentos informáticos, sem os quais tudo teria sido muito mais complicado.

Para o Luís pelas ajudas várias em Letras vai também um beijo com ternura.

Para os meus pais (avós indispensáveis e disponíveis!) vai, claro, a minha gratidão profunda.

Por fim, para o Augusto, a Rita e a Teresa, sem os quais nada disto faria sentido algum.

Introdução

1.

As palavras que irão ser estudadas neste trabalho ("cá", "lá", "ora" e outras a que chamamos operadores de juízo tético) não pertencem todas à mesma classe gramatical. Procuraremos classificá-las à medida que se forem estudando, na convicção de que, para além de diferenças e especificidades que faremos os possíveis para explicar, elas têm algo em comum.

Mais do que simplesmente etiquetá-las, tentaremos esclarecer o seu funcionamento, porque plausivelmente Rodrigues Lapa (1977: 238) está em bom caminho, quando escreve: "(...) não tem para nós grande importância a categoria, mas o verdadeiro significado da expressão e principalmente o matiz mais ou menos sentimental das palavras invariáveis. Por isso as não separamos em grupos inteiramente distintos, como faz a Gramática". Claro que este é o ponto de vista da estilística (1) e, apesar das dificuldades, ganhar-se-á talvez em clareza ao classificar as partículas em causa. Acontece que nem sempre um determinado valor pragmático está associado a uma propriedade gramatical precisa, e não há, portanto, rigorosa homologia entre classe gramatical e funcionamento das palavras que nos ocupam. E além disto, como escreveu Lopes, O. (1977: 111), "nunca se evita um certo artifício ou melhor, uma certa inadequação em qualquer classificação de matéria empírica, mormente em matéria tão movediça como a linguística".

As palavras aqui em foco sofreram, por parte da gramática tradicional, tratamentos mais ou menos incorrectos tendo sido, ou pura e simplesmente ignoradas, ou classificadas de forma insatisfatória e flutuante, ou truncadas de muitos dos seus usos e funções. Este é um primeiro aspecto que as une.

Por outro lado, são palavras que, como escreve Said Ali (1930: 49, citado por Franco, A. C. [1986]), "figuram muitas vezes no falar corrente, e em particular nos diálogos". Ora, como se sabe, nem sempre os registos familiares foram objecto de um estudo minucioso da gramática, predominantemente centrada, até há pouco tempo, nos registos literários e cuidados, com uma tendência clara para a normatividade e para se preocupar apenas com efeitos retóricos há muito codificados.

As palavras que serão estudadas aparecem sobretudo (2) nos diálogos (e também, por vezes, no discurso indirecto livre) entre personagens dos dois romances que nos irão servir de corpus: O Crime do Padre Amaro (3) de Eça de Queirós e Balada da Praia dos Cães (4) de José Cardoso Pires. As razões que levaram a escolher estas obras e os problemas que um corpus deste género levanta serão expostas no ponto 3. desta Introdução.

O que acontece com algumas destas palavras ou expressões de situação é que, de um ponto de vista gramatical tradicional ou de lógica estrita (lógica não-comunicacional ou integrada com a pragmática linguística), elas fazem, por vezes, pouco ou nenhum sentido, parecem não fazer falta nos enunciados que as incluem mas, com os recursos, por exemplo, da análise às forças ilocutivas e à interacção comunicativa, adquirem bastante importância. Para aquelas tendências da filosofia da linguagem

que se preocupem apenas com a verdade ou a falsidade das proposições, certas palavras que nos ocupam neste trabalho aparecem como supérfluas, a mais no enunciado, como se não transmitissem qualquer espécie de informação. Franco, António C. na sua tese de doutoramento (1986), refere que algo de semelhante se passa em relação às palavras que classificou como partículas modais, grupo a que algumas das aqui estudadas pertencem. É alias Franco, A.C. quem, citando, Said Ali (1930: 51), chama a atenção para o facto de estas palavras, usadas "no falar desataviado de todos os dias", escassearem no "discurso eloquente e retórico", objecto privilegiado da gramática normativa tradicional (cf. 1986: 51).

Insistamos em que as palavras aqui estudadas não são todas partículas modais, mas que se aproximam, por vezes, destas, no que diz respeito ao respectivo valor funcional e pragmático.

Será preferível, talvez, chamar às palavras a estudar, palavras do discurso, à maneira de Ducrot, O. (1980). Embora esta questão seja mais minuciosamente abordada no ponto 4., talvez se possa adiantar que elas se encontram, umas em exclusivo e outras predominantemente, naquilo a que Benveniste chamou discurso por oposição a história (ou narrativa).

Há uma quantidade de outras designações possíveis para este género de palavras: indicadores pragmáticos, lógico-argumentativos, atitudinais, expressões de sentido pragmático, partículas intencional-estratégicas, ou operadores de agulhagem discursiva (Lopes, O.), para só referir algumas das mais sugestivas e abrangentes.

São palavras que têm, em comum, esta característica: não constituem meras representações informativas ou, melhor, não obedecem primariamente à intenção de exprimir informações. Não representam, não referem, mas usam-se para marcar a relação entre o locutor (L) e a situação, ou para estruturar argumentativamente o discurso. Valeria talvez a pena, a propósito destas palavras, distinguir o sentido descritivo-referencial e o sentido pragmático. Este associaria as palavras não à realidade para a qual remetem, mas àquilo que se faz com elas (cf. Récanati François, 1980: 196). Daqui decorre a necessidade absoluta de estudar estas palavras em situação, pois, de outra maneira, não poderão ficar plenamente explicadas.

Em relação a cada uma das palavras estudadas, procurou-se, para além de especificar os vários usos e funções, encontrar zonas comuns aos diferentes sentidos, alguma unidade que pudesse eventualmente estar subjacente à pluridimensionalidade dos usos e funções inventariados (5).

Como Récanati, F. (1979: 14) afirma, estas palavras estão associadas, de forma convencional, a certas "posições discursivas". Algumas, como veremos, desencadeiam mesmo implicaturas convencionais (ou conversacionais generalizadas?), se quisermos retomar as noções de Grice (1975).

Por vezes, algumas destas palavras servem como indicadores ilocutórios permitindo, junto a outros elementos (modo verbal, ordem das palavras na frase, entoação, p.e.) tornar menos ambíguo o tipo ilocutório a que uma dada enunciação pertence. Quando não têm esta função, estão, pelo menos, associadas à atitude

"afectiva" de L em relação àquilo de que fala, ao tema da conversa, aos argumentos do interlocutor.

De tudo isto decorre que, apesar das tentações que possamos sentir para dar a estas palavras uma interpretação semântica descritiva, o significado delas inclui, obrigatoriamente, as respectivas condições de emprego, donde as necessárias referências, mais ou menos minuciosas, ao contexto de enunciação. É que a função destas palavras consiste, muitas vezes, em indicar qual o aspecto da situação de enunciação que se deve ter em conta para determinar, de modo preciso, de que fala L e o que é que L quer significar quando fala.

Alguns usos de certas palavras estudadas (nomeadamente parte das ocorrências de "ora"), permitem incluí-las no grupo genérico dos conectores já que servem para "établir un lien entre deux entités sémantiques" (Ducrot, O., 1980: 15). "Ora" seria, em algumas ocorrências recolhidas, um conector pragmático porque serve para "relier deux ou plusieurs énoncés (6), en assignant à chacun un rôle particulier dans une stratégie argumentative unique". (Maingueneau, D. 1987: 118). Também lhe poderíamos chamar, em certos usos, indicador lógico-argumentativo, pois utiliza-se, por vezes, para estruturar um discurso teórico, uma intervenção de tipo argumentativo.

Outras partículas (ou as mesmas, mas em outros usos diferentes) serão interjeições, palavras que, como veremos, têm um forte valor argumentativo. "Ora!" pode revelar, para dar apenas um exemplo, despiçência ou até desprezo de L pela intervenção anterior do alocutário (A), ou seja, relativamente a

um argumento do seu interlocutor. Este valor argumentativo deriva, aliás, do carácter modalizador da interjeição, que permite ao locutor adoptar atitudes variadas em relação ao estado de coisas para que o seu discurso remete. Embora não se liguem a uma intenção informativa, as interjeições possuem um carácter fortemente interactivo, servindo, por vezes, para L aliciar o A, no sentido de o levar a aderir às suas teses (7).

As partículas modais foram já estudadas por Franco, A.C., (1986), de cujo estudo me irei servir para referir as suas principais características. A gramática tradicional inclui-as geralmente na classe dos advérbios, mas Franco demonstrou, com critérios sintácticos claros, que não podemos considerá-las nem advérbios em sentido estrito, nem tão pouco advérbios de frase, como alguns seriam tentados a pensar. Estas palavras são de difícil classificação, por isso não admira que Lapa, Rodrigues (1977: 238) diga: "Também não há limites bem definidos entre a preposição, o advérbio e a conjunção".

As PMs surgem privilegiadamente no ante-campo (algumas aparecem, também, no pós-campo) e, muitas vezes, a sua colocação depois do verbo obriga a incluí-las em categorias gramaticais diferentes, leva a já não poderem ser consideradas PMs. Por exemplo:

(1) O teu irmão sempre vem.

(2) O teu irmão vem sempre.

No primeiro exemplo, "sempre" é uma partícula modal, enquanto que, em (2), é um advérbio de tempo. Quer dizer: no exemplo (1), o que "sempre" assinala é que haveria anteriormente dúvidas sobre a vinda do irmão do A, mas, ao fim e ao cabo, essa vinda confirma-se. Em (2), "sempre" circunstancializa o tempo e quer dizer algo como "em todas as oportunidades". A frase (1), ora opera tal confirmação, ora regista o reconhecimento ou assentimento perante o facto - isto com curvas entonacionais diferentes.(8)

Se palavras como as partículas modais têm sido sistematicamente descuradas pelos gramáticos portugueses é, sobretudo, porque o ponto de vista em que se colocam não permite descrever adequadamente elementos cuja função é pragmático-comunicativa, ou seja, só pode ser reconhecida se se tiver em conta o contexto de enunciação, com toda a complexidade de factores que este inclui.

As partículas modais, tal como outras palavras do discurso, são convencionais (e desencadeiam, por vezes, como se verá, implicaturas convencionais ou conversacionais generalizadas - distinção, aliás, discutível), por isso lhes podemos estudar as regularidades e os empregos, tal como para qualquer outro elemento da língua.

A.C.Franco analisa também, como disse, o comportamento sintáctico das partículas modais e chama a atenção para a importância "do estudo das condições sintácticas que favorecem ou se correlacionam com a ocorrência de PMs nos enunciados" (1986: 128). Talvez, no entanto, seja ilusório tentar descobrir, para cada distinção semântica, uma distinção sintáctica que

isomorficamente lhe corresponda. Embora Franco, A.C. (1986:137), citando a opinião de Bublitz (1978: 5), afirme que as PMs não alteram o conteúdo de verdade de uma proposição, isto não parece inteiramente defensável, já que há um uso da PM "lá" (e a PM "cá" apareceu-me, pelo menos uma vez, com função semelhante) em que se modifica, de facto, o valor de verdade da proposição à qual se liga (e que altera), não havendo vantagem em conceber um tipo morfológico apenas para este seu uso. Por exemplo:

(3) Quero saber.

(4) Quero lá saber.

Na frase (4), a PM está muito próxima de uma negação enfática do conteúdo de verdade da proposição de (3) - e não corresponde a uma atenuação, como por vezes se diz. A sua força ilocutória consiste sobretudo em exprimir uma atitude de indiferença de L relativamente a dada situação ou advertência: é a negação despiciente de um saber (ou do reconhecimento cumpridor de dada convenção). É claro que se pode considerar (4) como frase feita, semanticamente desligada de (3), mas isso tem um custo metateórico: obrigar a conceber uma entrada lexical diversa daquela que, em (3), cabe ao verbo "saber".

Como as palavras que nos ocupam pertencem, geralmente, a enunciados em que predominam as funções emotiva e conativa da linguagem (para usar a classificação de Jakobson) e porque, durante anos, o representacionalismo (se quisermos retomar o termo utilizado por Récanati, F. [1979b]) deu prioridade absoluta ao estudo da função informativa ou referencial, não é de surpreender que as palavras em causa tenham sido totalmente abandonadas pela reflexão gramatical.

Filósofos, gramáticos e linguistas tentaram reduzir a pluridimensionalidade funcional da linguagem, com a intenção de a simplificarem para melhor a descreverem. Pela mesma razão que os levou a afastar os dísticos das suas preocupações, fizeram tábua rasa de muitas outras palavras que só adquirem sentido através da enunciação, ou antes, que directamente se ligam ao acto de enunciar.

Franco mostrou, no início da sua tese, que o terem decalcado a gramática latina em nada favoreceu o rigor explicativo dos gramáticos portugueses, que importaram conceitos e categorias nem sempre transponíveis para a língua a que os aplicaram. Distribuíram tanto quanto possível as palavras portuguesas pelas várias partes do discurso em que a tradição de Donato e Prisciano dividiu as do Latim, sem explicitarem os critérios dessa classificação e sem evitarem ambiguidades. Se, na tradicional distribuição das palavras pelas diferentes partes do discurso, fosse dada maior importância às chamadas partículas, e se ela incluísse, a par da morfologia e da semântica, uma

informação sobre a função da palavra na frase ou no enunciado, evitar-se-iam muitas confusões. Por exemplo, a classe dos advérbios nunca poderia assumir a heterogeneidade que patenteia, nem os seus elementos poderiam estar misturados com conjunções e outras palavras de outras classes (interjeições, partículas modais, etc).

Lapa, Rodrigues (1977: 238) dá o exemplo do advérbio de tempo "agora", que funciona como conjunção adversativa equivalente a "mas" na seguinte frase: "Parece-me isto; agora, se tens opinião diversa, dize.". O mesmo "agora" com valor adversativo surge-nos na p.19 de Balada da Praia dos Cães: "Não está nada a ver a Pide a chamar para ela este defunto. Atiçar e ficar de fora, ah isso sim, é menina para isso, agora aguentar com o cadáver nem pensar".(9). O "agora" funciona aqui como demarcador de uma circunstancialidade em que o valor (de verdade ou de apreciação axiológica) de dado estado de coisas se modifica, ou passa, mesmo, ao pólo diametralmente oposto. Aliás, já o "agora" temporal exerce uma função semelhante na dependência do parâmetro tempo, ao passo que o uso aqui em foco tem um alcance mais genérico: pode tratar-se da simples e abstracta mudança de ponto de vista.

Quando, pela primeira vez, se me colocou a questão do corpus, acabara eu de ler Les Mots du Discours (Ducrot, O. et alii, 1980) e pareceu-me legítimo o que os autores faziam: estudavam um texto literário abstraindo das respectivas características de género, procurando aqueles extractos em que se imitava, sobretudo nos diálogos, um registo familiar de língua, e tratavam os excertos seleccionados como se fossem documentos directos de uso não vigiado da língua.

Se Ducrot escolhe para estudar o "mais" francês a comédia de "vaudeville", em que a fala corrente da burguesia parisiense era mais ou menos bem respeitada, tratava-se de procurar algo de semelhante na literatura portuguesa. Reli, por essa altura, um ensaio de Lopes, O. (1986a) em que este estudioso se referia aos traços oralizantes do estilo de José Cardoso Pires (sobretudo em Balada da Praia dos Cães), chamando a atenção para o facto de, com Eça de Queirós, ser Cardoso Pires um dos nossos autores mais certos no trazer, para a ficção, o linguajar quotidiano e os tiques próprios da língua falada.

Reli, então, O Crime do Padre Amaro e o romance de Cardoso Pires e verifiquei, com satisfação, que quer nos diálogos entre personagens, quer em passagens de discurso indirecto livre, abundavam palavras com função claramente pragmática, de difícil classificação e descrição e, por isso mesmo, portadoras de um repto. Só depois de ter recolhido um número significativo de ocorrências e de ter seleccionado as palavras que pareciam ser

mais interessantes (cf. ponto 5.), um texto, extremamente crítico em relação ao citado corpus de Ducrot (Cadiot, A. et alii, 1979) me despertou para os problemas que um corpus como o escolhido levanta. Os autores do artigo tinham procurado estudar também o "mais" francês, em diálogos informais gravados. Tratava-se mais propriamente de debates entre estudantes adolescentes de diferentes origens sociais que discutiam livremente questões ligadas à emancipação da mulher. Ora acontece que, no corpus real (entendido o adjetivo no sentido de não ficcional) que era o deles, os vários "mais" ocorrentes não coincidiam com os grupos encontrados por Ducrot na comédia que estudou. É que Feydau (autor do texto dramático analisado por Ducrot), como Eça ou Cardoso Pires, produzem cuidadosamente textos escritos que "prévoient tous les effets" (Cadiot, Anne, 1979: 101). Mas o debate entre o grupo de adolescentes faz surgir uma problemática completamente diferente. O "mais" servia, por vezes, apenas para retirar a palavra ao outro, para L marcar um lugar no debate, ou tinha só função fática, por exemplo (10).

Lecointre e Le Galliot (1973: 72) corroboram esta opinião, quando escrevem: "En dénonçant la traditionnelle illusion du texte-reflet, on invite tout d'abord à considérer que le dialogue du récit (monologue ou conversation) ne doit pas s'analyser comme la pure représentation du dialogue oral. Il convient de rappeler en effet que le dialogue du récit n'est qu'accessoirement le simulacre du dialogue oral". Embora este reparo se adeque mais ao meu corpus que ao de Ducrot, que não era de récit, também se lhe pode aplicar.

Acontece que, segundo Goffman, E. (1973: 148), quando os estudos linguísticos tratam de conversas "en s'appuyant sur des phrases transcriptibles", dão sempre uma ideia artificial, "désespérément livresque" deste tipo de interacção. Quer dizer, ao transcrever, o linguista não dá conta da "sensibilité interprétative" e do "pouvoir discriminant" dos interactantes. Ou seja: há processos paralinguísticos e cinéticos que, enquanto L intervém, permitem a A distinguir os vários movimentos, separar o movimento final de uma troca ("échange") daquele que inicia a seguinte. Mesmo a conversa mais informal, se transcrita, não evita o artificialismo.

Tudo isto leva a pensar que, embora seja legítimo e até propedeuticamente estimulante utilizar corpora literários como o de Ducrot et alii, não é possível tomá-los por um corpus de não ficção. O ideal seria até confrontá-los com conversas "reais" gravadas, usando, por exemplo, os documentos do Português Fundamental. De facto, o texto literário é sempre um discurso reelaborado e, se pode constituir um corpus mais acessível e simples do que um outro de falar autêntico gravado, não nos podemos esquecer que as suas regras são as do texto escrito, embora os diálogos de ficção em causa possam tentar imitar (e sugerir aspectos inerentes a) verdadeiros actos de fala. Há, no corpus literário, uma idealização simplificadora e, portanto, redutora, que o afasta da complexidade das trocas reais. Não passa, de certo modo, ainda quando é realista, bem conseguido, de uma abstracção, de um simulacro de troca real: não há réplicas sobrepostas, não há "un discours qui se construit en même temps qu'il se dit, qui se poursuit au travers du discours de l'autre"

(Cadiot, Anne 1976: 96), não se trava uma luta real pelo poder que o uso da palavra confere. Como Simonin-Grumbach, J. (1975:104) afirma, " le DD [discours direct] n' est pas véritablement de la langue parlée, mais n'en est qu'une simulation". Ou, nas palavras dos já citados Lecointre e Le Galliot (1973: 64): "les faits d'énonciation se posent en termes différents selon qu' ils se manifestent dans le discours oral ou dans le texte écrit - et à plus forte raison dans la catégorie particulière du texte reçu pour littéraire. La situation de discours propre à l' écriture permet à la pratique scripturale de se soustraire partiellement aux contraintes de la communication, en même temps qu'elle lui attribue certains traits spécifiques. Les jeux et les masques sont autorisés par la clôture du texte et sa vertu de permanence. La constitution globale de la signification d'un texte est en effet un concept pertinent et opératoire dans la mesure où le texte réalisé est une achronicité pure. Cette même notion cesse d'être pertinente au plan du verbal où une dynamique irréversible implique une successivité chronologique et la saisie analytique des structures de signification".

O facto de ter trabalhado, para um fim diverso do deste estudo, um debate televisivo, mostrou-me o abismo que vai da desordem das trocas "reais" à desordem calculada dos diálogos de ficção. E não basta suprir as eventuais falhas destes com exemplos tirados da introspecção do linguista. Esta encontra-se, frequentemente, muito perto também do código escrito. O ideal seria, plausivelmente, além da ficção e da introspecção, recolher também exemplos "reais", gravados. Embora reconhecendo ao corpus

de ficção a vantagem de ser de abordagem talvez mais simples, o que facilita o estudo, a verdade é que, nele, a riqueza da complexidade do real se perde, em parte. Resta-me, portanto, conhecer os limites da minha pesquisa e distinguir, com clareza, o corpus de ficção utilizado, de um corpus de discurso não vigiado que não chego a usar (11). Não tomo um pelo outro e deixo aberta a oportunidade para confronto das conclusões a que chegar partindo do estudo do primeiro, com aquelas que poderão ser tiradas se, um dia mais tarde, o comparar com textos do Português Fundamental, por exemplo.

Moeschler, J. (1985: 78) alerta para o perigo de, em pragmática linguística, se resvalar para uma de duas posições extremas e opostas: a corrente hiper-teórica ou a hiper-empirista. Segundo o linguista, só haveria a lucrar com a adopção de uma posição intermédia, a saber: nem esquecer "la complexité des données authentiques pour se réfugier dans la simplicité d'exemples tous faits", nem "se noyer dans l'océan de données conversationnelles hétérogènes". Talvez um corpus como o nosso ande perto deste ponto intermédio desejável.

4.

As palavras que serão objecto deste estudo aparecem, como já disse, ou no discurso directo das personagens, ou em passagens de discurso indirecto livre. Talvez pertençam, portanto, àquilo a que Benveniste chamara discurso por oposição a história (12).

O discurso caracterizar-se-ia, segundo o linguista francês, pela co-presença de locutor e alocutário e, portanto, incluiria pronomes como "eu" e "tu", além do "ele". Conteria shifters que, por sua vez, estariam ausentes de textos de tipo história, em que "eu", "tu", "aqui", "agora" não compareceriam, dada a ausência de relação com a situação de enunciação. A história seria a narrativa sobre acontecimentos passados sem auto-referência temporal, local, judicativa ou outra de L. Também a nível de tempos verbais Benveniste refere diferenças: o discurso toleraria todos os tempos menos o aoristo, a história usaria o aoristo, o imperfeito, o mais-que-perfeito e o prospectivo.

Curiosamente, também Freud distingue um discurso pessoal, que tende a confundir enunciado e enunciação e um discurso impessoal em que tais instâncias seriam nitidamente separadas: o primeiro tipo de enunciado centrar-se-ia no presente e faria referência ao "eu", ao analista, etc; o segundo não comportaria sinais da situação de enunciação e é voltado para o passado, do qual o paciente fala de modo distanciado, como se estivesse a falar de um outro sujeito (cf. Todorov, Tzvetan, 1970: 39-40).

Embora clássica, a oposição de Benveniste não está desprovida de ambiguidade. Lecointre e Le Galliot (1973: 72) chamam discurso ao "procès d'appropriation que fait de son récit un locuteur, manifestant ainsi comme acte de production ce qui se réalise comme composition structurale, et déterminant le texte comme fait culturel". E, assim, entendem "récit" em sentido lato, de modo a não o reduzirem a um género literário definido, ao romance, p.e.

Ducrot, Oswald (1972: 99) critica a concepção de história de Benveniste, considerando-a "l'horizon mythique de certains discours". Basta o facto de um texto conter alguns pressupostos para incluir, ipso facto, no seu próprio seio, "un appel à autrui". Pelo acto de pressuposição, L impõe a A um certo universo de discurso, ou seja, o texto compreende-se "par rapport à un destinataire". Portanto, é difícil, se não impossível, que "la parole se présente comme un constat, impersonnel et objectif de la réalité, oubliant à la fois de qui elle vient et à qui elle est adressée", por outras palavras: aquilo a que Benveniste chamou história não existe em estado puro.

É imprescindível, para o português, ter em conta as conclusões de Fonseca, Fernanda Irene (1984: 411) quanto à questão dos tempos verbais existentes nos dois níveis de enunciação: "(...) a ligação entre níveis de enunciação e deixis temporal embora "descoberta" por Benveniste para explicar um caso concreto do sistema verbal francês, transcende claramente o âmbito particular, sendo válida para todas as línguas. No estudo particular de cada língua vai-se apenas procurar descobrir quais as formas que são usadas como marcas temporais, no enunciado, desses dois tipos de enunciação". Segundo esta linguista, em português, o pretérito perfeito simples não é um tempo exclusivamente da história e o pretérito perfeito composto (que nada tem de "perfeito" do ponto de vista do aspecto e, por isso, também é pouco pretérito) não é um tempo retrospectivo do discurso (cf. Fonseca, F.I., 1984: 418). Assim, a distinção entre pretérito perfeito simples e pretérito perfeito composto não é um critério útil para fazer a distinção entre os dois níveis de

enunciação referidos por Benveniste. Fernanda Irene Fonseca demonstra (1982; 1984 e 1985), convincentemente, que a teoria de Benveniste perde o seu carácter universalizante se a oposição entre perfeito simples e perfeito composto for tida como base do estabelecimento de dois sistemas temporais, porque "em português o PS [perfeito simples] não foi nem está em vias de ser substituído pelo PC" [perfeito composto] (1982: 82), as duas formas têm diferentes valores quer temporais quer aspectuais e aparecem, indiscriminadamente, em um ou outro nível de enunciação. A distinção presente/imperfeito, segundo a mesma linguista, seria, aliás, muito mais importante do ponto de vista dístico.

Se aquilo a que chamamos discurso directo parece pertencer claramente ao tipo discurso, não devemos esquecer-nos, no entanto, de que ele é uma simulação da língua falada.

Quanto ao discurso indirecto, cujos tempos verbais diferem dos da história, ele seria, segundo Simonin-Grumbach, Jenny (1975: 104), um terceiro tipo de enunciação, misto de história e discurso. Esta estudiosa revê, em parte, a teoria de Benveniste porque, e voltamos a citar Fonseca, F.I. (1982: 81), "por um lado é difícil aceitar que se possa reduzir a complexidade da tipologia discursiva a uma única oposição binária do tipo narrativa/discurso; por outro, a própria fundamentação dessa oposição reduz abusivamente (ou deixa pura e simplesmente na sombra) a pluralidade de critérios que podem coexistir na base da determinação de uma tipologia enunciativa, sem que essa redução tenha como fundamento uma hierarquização entre o essencial e o acessório". Apesar destas objecções acertadas, talvez seja

rentável tomar a distinção de Benveniste como base de trabalho, ainda que eu prefira a seguinte formulação, mais genérica de Simonin-Grumbach, J. (1975: 87): "Je proposerai d' appeler "discours" les textes où il y a repérage par rapport à la situation d'énonciation et "histoire" les textes où le repérage n'est pas effectué par rapport à la situation d'énonciation, mais par rapport au texte lui-même".

Isto para chegarmos ao que interessa agora: o discurso indirecto livre. Se somos tentados a incluí-lo nos textos de tipo discurso, não podemos esquecer, no entanto, que emprega tempos do discurso e do discurso indirecto (13) e que a primeira e segunda pessoas estão dele excluídas. Há, neste tipo de texto, shifters, mas não há marcas de primeira e segunda pessoas. Uma razão para aproximar estes extractos do discurso é que eles contêm, como Simonin-Grumbach, J. (1975) assinala, muitas das particularidades do discurso oral: frases inacabadas ou sem verbo, exclamativas, expressões familiares, abundância de modalizações, e, poder-se-ia portanto acrescentar, presença de partículas modais, de vocativos transpostos, interjeições e de outras expressões de valor pragmático.

Oscar Lopes escreve, na sua Gramática Simbólica do Português (1971): "É de lembrar que o contraste entre discurso directo e indirecto não se verifica em todas as línguas, havendo aliás formas de transição, como a que é constituída pelos casos de omissão, em inglês, do "that" integrante, ou como o discurso indirecto livre, ou semidirecto, contendo interjeições e outras expressões orais directas, que Eça de Queirós introduziu na prosa narrativa portuguesa". (258).

A expressividade deste discurso indirecto livre viria, nas palavras de Fonseca, F.I. (1985: 291), da "capacité de jouer habilement avec les deux types déictiques", ou seja, com os dísticos primários, do discurso directo e com os dísticos secundários (ou anafóricos) do discurso indirecto.

Lapa, Rodrigues (1977: 240) diz que a linguagem dialogal e o discurso semidirecto são "quase a mesma coisa", embora sustente que este discurso é uma mistura de directo e indirecto usada pelos escritores para obterem certos efeitos estilísticos. Traduziria, segundo ele, a simpatia do autor pelo protagonista, o que, aliás, nem sempre se verifica nos dois livros que estudei. As marcas deste discurso, ainda segundo o autor citado, seriam a ausência de verbo declarativo e de conjunção integrante (14) e o uso da forma reflexa do pronome.

De facto, neste discurso, narrador e personagem aparecem confundidos e, como assinala Genette, Gérard (1972: 192), a ausência de verbo declarativo, além desta primeira confusão, pode acarretar uma outra: a confusão entre discurso pronunciado e discurso "interior". Apesar de ter marcas de tempo e pessoa típicas do discurso do narrador, o discurso indirecto livre, a nível quer sintáctico quer semântico, está contaminado pelo discurso da personagem e apresenta, por isso, sinais claros da sua enunciação.

Como Bakhtine, M. (1977: 162) salienta, este discurso revela, sobretudo, uma relação activa de dois discursos: o tom e a ordem das palavras seriam de discurso directo e a pessoa e o tempo verbal de discurso indirecto. É na palavra "tom" que poderemos, talvez, incluir a afectividade presente no discurso

indirecto livre, bem como a existência de modalizadores. Este é um discurso de "orientação apreciativa", exclusivamente literário (embora a linguagem infantil tenha formas que se aproximam dele), em que, apesar de tudo, o uso do imperfeito, segundo o estudioso soviético, parece deixar entrever o predomínio do narrador - ou seja, prevaleceria o nível de enunciação a que se chama história. Ora talvez não exista, exactamente, um predomínio do narrador, mas uma partilha de estatuto enunciativo entre ele e as personagens, que se exprimiriam em conjunto, "dans les limites d'une même et seule construction linguistique" (Authier-Revuz, 1982: 115).

Este discurso indirecto livre aparece, com características muito nítidas, em Eça de Queirós e nele também encontramos, por vezes, aquilo a que Bakhtine chamou "variante impressionista do discurso indirecto" (1977: 183), usada, sobretudo, para "la transmission du discours intérieur, des pensées et sentiments du héros", mas em que - aí sim -predomina claramente o discurso do narrador, por vezes até ironicamente distanciado dos sentimentos e reflexões das personagens (p.e., o sonho em que Amaro se "vê", castigado pelo Padre Eterno [15]).

Se a expressividade, a tonalidade emocional são, no discurso indirecto livre, da personagem, a construção gramatical revela a distanciação própria do discurso indirecto, do narrador. Segundo ainda Bakhtine, Mikhail (1977: 199), seria o discurso do autor, do ponto de vista gramatical (o que talvez não seja inteiramente verdadeiro), mas da personagem, se tivermos em conta o sentido. Como Bertrand, Denis (1984: 21) salienta, neste tipo de discurso

"la source "réelle" (le narrateur et, en amont, l'énonciateur proprement dit). et les sources fictives de la parole (les personnages) se trouvent rapprochées, voire confondues".

Repare-se apenas em um exemplo de Eça de Queirós: o "rapaz rechonchudo" discorda da prima que elogia a religião simples da aldeia, já que ele prefere o fausto das cerimónias religiosas da capital. Diz o texto: "Não, ele se o obrigassem a ouvir missa numa capelinha de aldeia, até lhe parecia que perdia a fé!... Não compreendia, por exemplo, a religião sem música... Era lá possível uma festa religiosa, sem uma boa voz de contralto?!" (OCPA, 54, sublinhados meus).

Se exceptuarmos o pronome de terceira pessoa e o uso do imperfeito, que são marcas do discurso do narrador, tudo o resto pertence ao falar da personagem: o "não" inicial, fortemente interactivo, o "até", o diminutivo depreciativo "capelinha", a pontuação (que traduz uma entoação emotiva), o uso da partícula modal "lá" - tudo marcas de subjectividade na linguagem.

O que, portanto, interessa aqui é que, estando a vivacidade do discurso oral presente no discurso indirecto livre (16), também aí nos aparecem as mesmas "palavras do discurso" que encontramos no discurso directo e, com maioria de razões, no discurso não vigiado das nossas trocas reais orais, e que são, talvez, indicadores atitudinais que põem em relação a personagem-locutor e a situação de enunciação em que o respectivo acto de fala se inclui.

5.

Encerrar-se-á esta Introdução com uma referência ao precurso do presente trabalho: os problemas que, em um primeiro tempo, me chamaram a atenção não são apenas aqueles que constituem o objecto desta dissertação. Isto por duas ordens de razões: por um lado, ao começar a debruçar-me sobre alguns deles, verifiquei que dariam, mesmo tomados individualmente, matéria para estudos de extensão muito superior à deste. Por outro lado, os fenómenos que, no início, me atraíram, apareceram-me, em um segundo momento, como bastante dispersos. Quer dizer: apenas tinham, em comum, o fazerem parte, privilegiadamente, daqueles textos que caracterizámos, no ponto anterior, como sendo de discurso. Mas eram fenómenos de tal modo díspares que se tornaria, para mim, difícil, se não impossível, organizá-los e inter-relacioná-los com base em critérios coerentes. Assim, preferi fazer uma escolha e seleccionar três pontos apenas que possam ser estudados mais ou menos aprofundadamente em um trabalho da natureza do presente, servindo esta abordagem, eventualmente, de exemplo ou de amostra do tratamento que se tinha pensado estender a outros problemas:

- . as partículas "cá" e "lá" (capítulo 1.);

- . a partícula "ora" (capítulo 2.);

- . e por último,(capítulo 3.), um outro tema será o de falsos sujeitos, de pronomes que ocupam o lugar do sujeito mas não concordam (por exemplo, em número) com o predicado. São elementos que parecem não exercer uma função sintáctica, mas apenas pragmática. Franco, A.C. (1986: 115-117) anda perto deste grupo

de palavras quando, estudando a PM é que, se refere aos demonstrativos que ocupam, por vezes, o ante-campo da PM. Que estas palavras traduzem uma função pragmática, fazendo parte de enunciados avaliativos, em que L aprecia um dado estado de coisas, parece não haver dúvidas. Lapa, Rodrigues (1977: 167) refere, também, o valor afectivo de alguns demonstrativos em usos próximos deste: " - Deixe falar, senhor pároco! - exclamou a S.Joaneira. - Ora a tolíce! Isto, em se lhe dando confiança!..." (OCPA, 97).

Quer se trate de demonstrativos quer de outros pronomes ("ele", por exemplo), parecem detectar-se, neste fenómeno, várias tonalidades. Nuns casos, o pronome remete para uma realidade acerca da qual se diz algo: " - Então isto são horas, sua brejeira?" (OCPA, 32) (17), ou indica alguém acerca de quem se afirma qualquer coisa: " - Isto é um santo, senhor pároco, isto é um santo!" (OCPA, 30). Noutros casos, o "pronome" parece não apontar para nada (e não ser, portanto, um pronome): "Ele há vidas e vidas" (BPC, 164) ou "aquilo naturalmente foram para casa das Gansosos passar a noite." (OCPA, 30). "Ele", "aquilo" têm mero valor pragmático, sugerindo, talvez, o carácter apreciativo dos juízos de L: são uma espécie de resumo, de retomar sincrético de algo mais disperso. Mas também poderão ser, como se verá, operadores de juízo tético, situados em "feature-placing sentences" à Strawson.

Eram os seguintes os assuntos abandonados:

1. Um conjunto abundantíssimo de "que"s, a maior parte dos quais recolhidos em passagens de discurso indirecto livre e desmentindo, talvez, a ideia de que, desse tipo de discurso,

deveria estar sempre ausente a conjunção integrante. Tratar-se-ia do "que" do seguinte exemplo, que Guerra da Cal, Ernesto (1981: 124) considera de "alternância entre discurso directo e discurso indirecto livre, sem transição" : " - Onde está v. excia. alojado, sr. Brito?

Pelo amor de Deus! Que não se incomodasse! Estava no Hotel Central!" (o exemplo é de O Primo Basílio, p.124 e os sublinhados de Guerra da Cal).

Parece, neste caso, que o verbo declarativo se subentende, mas não se dispensa a conjunção, a qual acumula uma força ilocutiva de tipo exortativo ou, mais genericamente, injuntivo. As ocorrências de "que"s semelhantes a este são muito frequentes em O Crime do Padre Amaro: "Mas a S.Joaneira não consentiu. Credo, estavam todos monos como se estivessem de pêsames!... Que fizessem um quino para espairecer..." (OCPA, 200).

Uma série de outros "que"s, alguns já diferentes destes, exigiria, com certeza, uma abordagem preferencialmente sintáctica, fugindo bastante à orientação metodológica dominante neste trabalho.

2. Havia, também, a expressão "e depois", que não funciona, frequentemente, como indicador de tempo, mas sim como conector argumentativo. Geralmente, L já forneceu um argumento a favor de uma determinada conclusão e acrescenta, a seguir a "e depois", um outro argumento que vai no mesmo sentido do primeiro. Por vezes, o segundo oferece a particularidade de ser dado como não necessário para a argumentação mas, ou é ainda mais decisivo do que o primeiro já usado, ou deixa crer que haveria ainda outros

possíveis que L não refere por considerá-los desnecessários e supérfluos para que A tire a conclusão que ele quer: "Mas Deus cometeu um verdadeiro crime... Levar-nos a rapariga mais bonita da cidade! Que olhos, senhores! E depois com aquele picantezinho da virtude..." (OCPA, 487).

Se refiro os dois assuntos abandonados, é apenas para exemplificar a riqueza e a complexidade dos recursos expressivos utilizados por Eça ou por Cardoso Pires, afinal tão próximos da língua viva que falamos. A expressividade, a vivacidade das formas que usamos na conversa despretensiosa do dia-a-dia reflectem, por vezes, fenómenos complicados e pouco estudados mas, talvez por isso mesmo, ou por sentirmos que é aí que a língua mais perto está de nós, fenómenos fecundos do ponto de vista das reflexões, quer linguísticas quer inclusivamente literárias que podem suscitar.

Notas da Introdução

(1) Foi a estilística (e os estudos literários em geral) que se ocupou (de modo intuitivo e impreciso por vezes) do texto e de outras questões deixadas de fora pela gramática que, até há bem pouco tempo, estendia as suas reflexões apenas até ao nível da frase (cf. Fonseca, F.I., 1986).

(2) Veremos que há usos da partícula "ora" que ocorrem em textos narrativos e teóricos muito distantes da situação de diálogo.

(3) A partir de agora OCPA. A edição citada é de Livros do Brasil, s/d, Lisboa, fixação do texto e notas de Helena Cidade Moura.

(4) BPC, primeira edição 1982, Lisboa, O Jornal.

(5) As palavras não foram sempre estudadas de forma estanque porque têm, por vezes, demasiados traços comuns. Não faz sentido estudar a partícula "lá" sem ser em correlação com "cá".

(6) Talvez o "ora" sirva também para ligar um enunciado a outra entidade diferente: um acto não-linguístico, uma situação determinada; pode ser ainda usado para ligar um enunciado à enunciação do enunciado anterior.

(7) Segundo sugestão do Professor Oscar Lopes, seria interessante discutir a hipótese de não ser normal haver interjeições puras, pois o seu cunho de reactividade directa e sincrética está ligado a um juízo de valor e a um acto imediato de fala.

(8) Na opinião do Professor Oscar Lopes, "o "sempre" de (1) é parente próximo de um operador contrastivo (adversativo) de um dado tipo, ligado a um quantificador universal ainda visível em contudo, todavia, apesar de tudo, etc. O que se regista é que a vinda do irmão contrariou certas expectativas (se não todas): é um facto que se verificou apesar de ter parecido o contrário".

(9) O uso de "agora" como conjunção, mais típico do discurso oral e não vigiado, vem, aliás, consagrado no Português Fundamental.

(10) Talvez alguns dos usos referenciados por Cadiot decorram de (ou sejam condicionados por) o texto de "género" debate que ela estudou. De qualquer modo, a sua análise tem a vantagem de pôr em foco actos de interacção.

(11) Apesar de literário, o corpus usado forneceu-me um número tão grande de ocorrências em situações de comunicação verosímeis, que a sua utilização parece legítima, pelo menos a este nível de pesquisa.

(12) O "ora" aparece, também, quer em textos narrativos (de tipo história), quer em textos teóricos e científicos, onde introduz, geralmente, um argumento conclusivo. No raciocínio silogístico, assinala tipicamente a chamada "premissa menor", que conduz directamente à conclusão: "Todos os homens são mortais. / Ora Sócrates é homem. / Logo, Sócrates é mortal."

(13) Ducrot (1980: 58) considera vãs as tentativas para determinar as marcas sintácticas deste estilo, "en lui attribuant, par exemple, des temps verbaux précis, comme l'imparfait. N'importe quel temps peut, sans doute, en être porteur".

(14) A conjunção nem sempre está ausente do discurso indirecto livre, como se pode facilmente exemplificar com Eça de Queirós.

(15) O caso de Cardoso Pires é muito mais complexo porque, abolidos, frequentemente, os sinais gráficos que marcam o discurso directo, suprimidos, por vezes, os verbos declarativos, raramente sabemos, com segurança, a quem pertencem os enunciados, se são interiores ou proferidos, mediatizados pelo narrador ou não.

(16) Segundo Guerra da Cal, E. (1981: 240), Eça, por meio do discurso indirecto livre, "injecta na sua prosa um caudal vitalizador de elementos do falar social, de onde procede esta forma de expressão. Este é talvez um dos contactos mais íntimos entre a língua queiroziana e a palavra viva."

(17) Este possessivo, um pouco estranho, poderia também figurar como um dos objectos de estudo de um trabalho como o presente.

Capítulo 1: "Cá" / "Lá"

0. Tentar uma classificação das várias ocorrências da partícula modal "cá", nas diferentes situações comunicativas em que o morfema pode aparecer, das suas diversas possibilidades de emprego e procurar captar os matizes do valor pragmático dessas ocorrências vale apenas, do meu ponto de vista, como um método heurístico. Tal como Ducrot afirma em relação às várias ocorrências de "mais" que estava, então, a estudar, "il s'agit d'abord d'utiliser la classification comme méthode heuristique pour faire apparaître des problèmes linguistiques de détail dans l'étude de textes réels". (1980: 94).

A partícula "cá" (homónima de "cá" advérbio dítico de lugar) que Franco, A.C. (1986) provou, com critérios sintácticos convincentes, fazer parte do grupo das partículas modais (e não do dos advérbios, classe onde, geralmente, os gramáticos a vêm incluindo) tem um funcionamento polifacetado e marca, sobretudo, certas instruções estratégicas do locutor, ou seja, pede um tratamento preferencialmente pragmático. Sendo uma partícula que não serve tanto para "representar" mas mais para "exprimir", foi considerada, como Fonseca, J.(1987: 216) afirma em relação ao fenómeno mais geral da ênfase, elemento perturbador do sistema linguístico e, portanto, só poderá dar conta dela uma abordagem que se preocupe com as coordenadas enunciativas, o funcionamento efectivo da língua enquanto discurso. Pareceu-nos possível descobrir, para esta partícula modal, cerca de sete situações-

-tipo que, no entanto, se tocam, interpenetram e são, por vezes, de difícil diferenciação, talvez por terem, obviamente, um forte denominador comum.

É evidente, antes de mais, que parece extensível a todos os usos da partícula uma ideia de "direccionalidade no sentido da pessoa do falante" (Franco, A.C., 1986:221), de territorialidade específica do "eu", mantendo assim o "cá" algo em comum com o advérbio de lugar, dístico que se relaciona com a primeira pessoa, aquela que, de si própria, diz "eu". Assim, encontrámos três ocorrências-limite, na fronteira entre o advérbio e a partícula modal, que se referem a um lugar tingido de afectividade, que é mais um estado psicológico do que um espaço físico (1).

No grupo 1., com cinco ocorrências, L fala de si próprio em 3ª pessoa. No segundo conjunto, a PM sugere a proximidade entre L e um X presente na situação de enunciação (em 2.1., com quatro exemplos), reforça o envolvimento afectivo de L (em 2.2., com cinco ocorrências). No terceiro grupo, incluíram-se as ocorrências em que o "cá" marca o território da 1ª pessoa: em 3.1., há um confronto eu/outros (cinco exemplos); em 3.2., o "cá" sublinha a peculiaridade de L (seis exemplos); em 3.3., delimita uma espacialidade interior da 1ª pessoa (cinco exemplos). No grupo 4., a PM, depois de um verbo no imperativo, sugere uma aproximação L-A. No quinto conjunto, com duas ocorrências, marca o cumprimento de uma expectativa. Em sexto lugar, foram reunidos quatro exemplos em que o "cá" parece ser um actualizador numa

estrutura superlativante. Por fim, em sétimo lugar, a PM reforça a negação e indicia o descaso de L em relação àquilo de que fala (uma ocorrência).

1.

No primeiro grupo, temos a seguinte estrutura:

cá + determinante definido + nome , em que este último se refere ao locutor que, embora falando dele próprio, usa uma distanciadora terceira pessoa, como se de um outro se tratasse.

Quando o doente que o antecede na bicha do consultório médico entra para ser atendido, diz um velhote há muito à espera, "com satisfação":

" - Agora cá o patrão!" (OCPA, 249).

O "cá" sugere o contentamento de quem vê cumprida uma expectativa que já durava há muito ("apoderando-se logo do banco junto da porta" - sublinhado meu), revela a disponibilidade de L para realizar a acção que anuncia: ser o próximo doente a entrar para o consultório, isto é: talvez o "cá" exprima a vontade de ocupar o espaço a que o enunciador se sente com direito (espaço físico e de direito); ou, para um outro L, acompanhar Agostinho à guitarra: "- E cá o rapaz acompanha - disse um sargento do 6 de caçadores, tomando logo a guitarra" (OCPA, 84, sublinhado meu). Há talvez aqui uma explicitação verbal da ocupação de um espaço físico e moral-afectivo: uma ostensão de boa vontade cuja espontaneidade (=liberdade de sim/não) pertence ao enunciador. O

gerúndio utilizado em ambos os casos sugere simultaneidade (ou quase) da acção e das palavras, e o advérbio "logo" sublinha a já referida disponibilidade de L.

Esta insinuação de direito-poder-espontaneidade-responsabilidade, aliada a uma certa vaidade e jactância parece estar também presente quando o Bibi, para acalmar o tio Osório taberneiro, depois de uma pândega, diz: "Cá o Bibi responde por tudo". (OCPA, 269).

Procurando valorizar-se aos olhos de Amélia, diz-lhe Amaro "com palmadinhas no peito": " - E o ouro é cá o menino" (OCPA, 388).

Há uma espécie de falsa modéstia mal contida na forma como Amaro fala dele próprio ("o menino").

O exemplo que ocorre em Balada da Praia dos Cães parece revelar, pelo contrário, auto-ironia, desespero, desprezo do L pela sua própria pessoa. Assim, perante a desfaçatez de Mena, Elias Santana diz: "Daí o à-vontade com que ela se pôs desnuda diante cá do polícia" (BPC, 172). O "cá" reforça, juntamente com o nome "o polícia" referido ao "eu" que fala, uma certa reacção de quem se sente desautorizado. Seria diferente dizer-se "diante de mim" (2). (Elias não se refere pessoalmente a si; apresenta-se como autoridade a que pertence um dado lugar hierárquico).

Como se viu, em todas as ocorrências deste primeiro grupo, o verbo que tem como sujeito a pessoa do locutor está na terceira pessoa, apesar de ser dele próprio que o locutor está a falar. Ou seja: nestes exemplos de cá + SN (+def.), detecta-se uma certa tensão, ou oposição, entre a neutralidade pessoal (terceira pessoa ou não-pessoa do SN) e a proximidade em relação ao L que é

inerente ao "cá". É como se se exprimisse uma intersecção entre o ponto de vista meramente designatório (assumido como sendo do alocutário) e o ponto de vista territorial do locutor ("cá"). Sobre este contraste virá a desenhar-se o contraste da valorização que o A atribui ao SN (+def.) ou o L imagina ser atribuído pelo A ao SN (+def.) e a asserção (ou outro acto de fala) que o L pratica com o predicado a si próprio atribuído através de "cá": reivindicação do seu direito de primazia (OCPA, 249), disponibilidade (OCPA, 84), valorização (OCPA, 388), sentimento de vergonha (BPC, 172). Talvez se possa falar, nestes casos, de dialéctica inter-subjectiva (3), que aliás caracteriza também o discurso indirecto livre. Poderá ser interessante ver em que sentido se faz esta marcha dialéctica. Dada a maior relevância referencial do SN (+def.), parece haver um movimento desde a referência objectiva até à "territorialização" subjectiva: "cá do polícia" = "do polícia que acontece ser eu". O sujeito assume simultaneamente o seu próprio ponto de vista e o do outro, numa estrutura dialógica que valoriza o que L afirma acerca de si mesmo, mas dando a impressão de que não é L a fonte do juízo valorativo expresso. Se, em vez de "cá", tivéssemos a PM "lá", nunca o SN (+def.) poderia dizer respeito a L: "o polícia", "o menino", "o patrão", "o rapaz", "o Bibi" passariam a referir-se a uma terceira pessoa, aliás distanciada do "eu". A PM "cá" é o único indicador linguístico que permite referenciar o SN (+def.) ao próprio L.

2.

2.1.

Por outro lado, agora no grupo 2., temos a estrutura:

cá + determinante (definido/demonstrativo) + nome ,

em que o locutor já não se refere, através do nome, à sua própria pessoa, mas a um X presente na situação de enunciação, lisonjeando-o, revelando, em relação a ele, um forte envolvimento afectivo. A construção cá + o, cá + este(a) equivale, praticamente, ao uso de um "possessivo". L não está a referir-se ao Alocutário, mas sim a um outro (X), presente na situação de comunicação e, portanto, lisonjeado pelas palavras elogiosas de L, que também ouve, apesar de não ser a ele que L explicitamente se dirige.

Embora, nestes casos, locutor e enunciador (para retomar a distinção de Ducrot, O., [1980: 43-44]) coincidam, o alocutário é diferente do destinatário, se considerarmos que este é o paciente do acto "elogiar":

<u>locutor-enunciador:</u>	<u>alocutário:</u>	<u>destinatário:</u>
cónego	Amélia	Amaro
Bibi	taberneiro	João Eduardo
cónego	Amaro	S.Joaneira
cónego	Amaro	S.Joaneira

(OCPA, 305, 269, 28 e 30, respectivamente).

Façam-se dois reparos a este esquema: por um lado, esta forma de falar é característica do paternalismo do cônego Dias. Por outro, na ocorrência da p.305, embora as marcas gramaticais mostrem que é Amaro o alocutário, pelo menos no início da intervenção do cônego, (" - Você não deixa de ter razão... Eu foi para o ouvir..."), parece haver depois uma mudança na direcção de Amélia: "Faz-me honra cá o discípulo - acrescentou piscando o olho a Amélia". Se tivermos em conta que "discípulo" é um nome de relação (porque um "discípulo" é sempre discípulo de um mestre), percebemos melhor o valor possessivo-afectivo da construção. Como Goffman, E. (1987: 142) salienta, os encontros a dois não são os únicos possíveis. O L pode dirigir-se a todos os elementos do grupo, "en leur accordant une sorte d'égalité de statut". Mas parece ser mais frequente L eleger, pelo menos durante certos períodos, um auditor especial ao qual se dirige preferencialmente. Nesse caso, "il faudra distinguer le destinataire de ceux qui ne le sont pas. On notera de nouveaux que cette distinction socialement importante se fait souvent exclusivement au moyen d'indices visuels, malgré l'existence d'appellatifs permettant de la faire de façon audible". O sinal visual "piscar o olho" parece confirmar que L elege Amélia como alocutário.

Falando com Amaro, o mesmo cônego Dias deixa escapar a sua proximidade afectiva relativamente à S.Joaneira:

"- Vai você ver o que é um caldo de galinha feito cá pela senhora! Da gente se babar!..." (OCPA, 28). Lapa, R., (1977: 239) comenta assim esta ocorrência da partícula: "É evidente que o

verdadeiro significado de cá não é o normal "aqui em casa"; o advérbio tinge-se de afectividade, como quem dissesse: "pela minha querida e competente (em culinária) senhora".

Duas páginas à frente, o mesmo L explica ao pároco: "- Cá esta senhora é proprietária - explicou o cônego, falando do Morenal. - É um condado!".

Esta expressão velada da admiração do cônego pela S.Joaneira tem, neste ponto do romance, um valor argumentativo claro: trata-se de valorizar a escolha da hospedeira que o Padre-Mestre fez para alojar o discípulo recém-chegado a Leiria.

A afectividade de L está bem visível quando Bibi diz ao taberneiro (OCPA, 269): "E cá este - abraçava João Eduardo - é como se fosse irmão!".

Como também já vimos, o cônego Dias lisonjeia Amaro quando diz, depois de uma discussão com este sobre rituais da Igreja: "Faz-me honra cá o discípulo" e o diz "piscando o olho a Amélia" (OCPA, 305).

Acontece pois que L elogia X dirigindo-se a um alocutário diferente desse X, e o elogio é reforçado pela carga afectiva (pelo halo de irradiação comunicativa do enunciador) de proximidade com a primeira pessoa, presente na partícula "cá".

Mas talvez, simultaneamente, haja uma atenuação do elogio, para que ele não pareça inverosímil ou desmesurado aos olhos do A.

É comum a estas nove ocorrências o facto de o ambiente topográfico que envolve o "cá" ser fortemente melhorativo, tratando o L de valorizar aquele de quem fala: ou dele próprio

(no grupo 1.), ou de um X que está, ao lado de A, presente na situação de comunicação (no grupo 2.1.).

Já se viu que o cônego se refere duas vezes à S.Joaneira, dirigindo-se a Amaro, que procura implicar no seu discurso enquanto alocutário: "Vai você ver", "explicou o cônego". E refere-se à senhora em termos hiperbólicos valorativos: o caldo feito "cá pela senhora" é "da gente se babar!..." e o Morenal "é um condado!".

Nas suas palavras sobre Amaro (ditas cumpticemente a Amélia: "piscando o olho"), a conotação é clara: "Faz-me honra cá o discípulo" - sublinhados meus).

E o Bibi diz: "E cá este - abraçava João Eduardo - é como se fosse irmão!" (sublinhado meu).

A PM "lá" seria, parece, incompatível com "este" e apenas possível com "esse" ou "aquele", que justamente indicam maior descentramento em relação à primeira pessoa.

A mesma valoração positiva está presente nas cinco primeiras ocorrências estudadas no grupo 1., em palavras como "patrão", "ouro", "menino", "satisfação", "palmadinhas", entre outras. Só que nestes exemplos agora analisados em 2.1. não existe, como acontecia nos do primeiro grupo, a tensão entre uma designação de terceira pessoa (ou não-pessoa) e a sua "personalização" derivada através do "cá" (homónimo do dístico de lugar da primeira pessoa, não esqueçamos). Se o pronome ou o adjectivo demonstrativo é "este", surge, pelo contrário, redundância dística, o que assume conotação positivamente afectiva em relação ao locutor, numa acentuação de "territorialidade". Todas as ocorrências destes

grupos 1. e 2. poderiam, aliás, ser agrupadas num grande conjunto, já que é comum a qualquer delas a ideia de envolvimento afectivo, de assunção do sujeito enunciador no discurso.

2.2.

O subgrupo 2. faz facilmente fronteira com o outro subconjunto de ocorrências estudadas: nas cinco que agora nos ocupam, o "cá" reforça o sentimento, o envolvimento psíquico, o sentido do "possessivo" que acompanha. Temos, agora, a seguinte estrutura:

cá + determinante definido + determinante possessivo + nome

Perante as suspeitas do cônego sobre as visitas da pequena a casa do sineiro, Amélia finge prestar uma grande atenção à Totó, perguntando: " - Então, senhor cônego, que lhe parece cá a minha doente?" (OCPA, 353). Note-se que a partícula modal "então" sublinha a ideia do interesse de Amélia pela opinião do cônego. É, segundo Lopes,O., um "ressumptivo" de dada situação explicitada ou apenas objectivamente patente que o enunciador apresenta como condição suficiente para um juízo ou decisão do destinatário: "Nestas condições, diga...". Isto é frequente em perguntas: "Então, vamos embora?"

Na p.100 (OCPA), a pergunta do mesmo cônego " - Então como vai cá o seu menino!?" dirigida à S.Joaneira revela, mais do que a relação afectiva Padre-Mestre-discípulo, a ternura maternal que existe na relação da alocutária com o pároco (que trata como se fosse "o seu menino"). O "cá" marca, mais do que a relação

primeira pessoa-pároco, a proximidade entre a segunda pessoa, o alocutário e Amaro, ou entre este e um "nós" = cónego + S.Joaneira (primeira pessoa do plural). A partícula "então" reforça a ideia de que o outro não é um objecto exterior ao discurso, mas uma condição constitutiva dele; é uma marca, no tecido do discurso, da importância que tem, para L, a resposta do interlocutor.

A carta que o cónego escreve da Vieira a Amaro refere-se à S.Joaneira nestes termos claros e explícitos: "cá a minha mulher" (OCPA, 446). Esta localização-posseção equivale a uma quase-identificação "afectiva" entre o L e o objecto de designação.

Ainda que, em certos casos, o "lá" pudesse comutar com o "cá", seria outro o sentido global da expressão: "lá a minha mulher" afastaria L da terceira pessoa, sugerindo a existência de uma distância (física e/ou moral) entre ambos.

O Bibi reforça sentimentalmente a sua opinião dizendo: "Cá o meu fraco é a harmonia!" (OCPA, 269). Repare-se como as informações do narrador indicam esta mistura de opiniões e afectividade: "- Disto é que eu gosto, - dizia o tipógrafo a quem a aguardente aumentara a ternura" (sublinhado meu).

O último exemplo deste segundo subgrupo foi propositadamente deixado para o fim, por se encontrar, também, próximo do terceiro conjunto que iremos examinar. O padre Natário, marcando bem a diferença entre os outros, o mundo (onde tinham sido os ofícios do Moraes) e as suas obsessões (descobrir o "liberal", o autor do comunicado sobre os maus costumes do clero), afirma: "- Foram os ofícios do Moraes... Eu nem dei por isso, ocupado cá na minha

campanha..." (OCPA, 207). Se a campanha tem algo de secreto (o que o "cá" sugere e as reticências reforçam), ela concentra toda a vida afectiva de Natário que sente quase ternura pelas suas diligências - e o "cá" também traduz isto.

É o mesmo Natário quem, na p.193 (OCPA), em uma ocorrência que poderia igualmente fazer parte do grupo 3.1., sugere bem quão longe está a sua posição da das restantes pessoas, quando diz: "- Eu cá ando no meu fito, saber quem é o "liberal" e escachá-lo. Não posso ver esta gente que leva a chicotada, coça-se, e curva a orelha. Eu cá, não! Eu guardo-as!" (sublinhados meus).

O pronome sujeito de primeira pessoa aparece três vezes (duas delas reforçado pela partícula modal "cá"), e, além do possessivo, ("o meu fito" corresponde à "minha campanha" do exemplo anterior), há três desinências verbais de primeira pessoa. Natário distancia-se claramente da "gente que leva a chicotada", se coça "e curva a orelha". Todo o seu discurso encerra violência ("escachá-lo", "não posso com", "chicotada", se "coça", "curva a orelha") e é ela que demarca o terreno de L em confronto com a cobardia dos outros. O empenho de L na campanha que está a travar e a ideia de segredo, fundamentais no terceiro conjunto de ocorrências, que irá ser visto em seguida, estão aqui presentes na repetição de "cá". Ou seja: o "cá" com um possessivo de primeira (às vezes também de segunda) pessoa do singular, acentua ainda mais a redundância e, logo, a "territorialidade" afectiva destes exemplos de 2.2.

Lopes,O. chamou-me a atenção para o seguinte facto, a respeito destes exemplos agora estudados: estas funções do "cá" como enfatizador territorial da primeira pessoa (singular ou

plural, directo ou através de um seu possessivo) mostram que, ao contrário do que pensava Émile Benveniste, a primeira pessoa não se reduz a uma relação de dispositivo enunciativo. É um centro de actividade e afectividade, de territorialidade psicológica ligado a essa relação enunciativa. O efeito produzido em português por "eu cá vou" poderia, aliás, exprimir-se alternativamente por meios supra-segmentais: "eu [pausa e elevação tonal a partir de um ponto grave] vou".

3.

O terceiro conjunto (bastante próximo, aliás, dos dois já analisados), aglomerando ocorrências que não têm uma estrutura única comum a todas elas, foi subdividido em três partes, de que passaremos a dar conta. Elas têm, obviamente, um forte denominador comum: reúnem exemplos em que a PM demarca a "territorialidade" específica do "eu".

3.1.

Na primeira delas, aparecem cinco ocorrências de "cá" que servem para ajudar a delimitar com mais nitidez o terreno físico (ou psíquico) de L, quer ele fale apenas dele próprio ou, no plural, do grupo onde se inclui. O que importa é que o terreno do "eu" (ou do "nós") surja como claramente distinto do dos outros, que aparecem, quer como simples intrusos, quer até como antagonistas. É como se a partícula modal "cá" ajudasse a construir uma cerca em redor do espaço que envolve o "eu".

Mas vejamos:antes de ser interrompido pelo cónego exasperado pela perda do seu cebolinho, Amaro falava com D.Josefa do comunicado anti-clerical. Ao dizer: "Estávamos cá a falar do caso do João Eduardo: o "comunicado"!" (OCPA, 229), a solidariedade da beata e do pároco perante a infâmia vinda do exterior, de João Eduardo, aparece reforçada pelo "cá", que não indica, como poderia parecer, o lugar físico onde os interlocutores estão a falar.

A mesma distanciação entre o ambiente de beatério de casa da S.Joaneira e a pessoa de João Eduardo existe desde o início do romance, mesmo antes de Natário descobrir que é o moço o autor do célebre panfleto contra o clero de Leiria. Na p. 198 (OCPA), o padre Natário diz: "Não quis subir porque imaginei que estaria o escrevente, e estas coisas são cá para nós". O L delimita o seu espaço contra o intruso que ainda não é inimigo, mas já é sentido como totalmente diferente do "nós". Estamos aqui perante aquele tipo de território do "eu" a que Goffman,E. (1973: 53) chamou "os domínios reservados da conversa" e que tem a ver com "le droit qu'a un groupe d'individus qui se parlent de protéger leur cercle contre l'intrusion et l'indiscrétion d'autrui".

De modo simétrico, a mesma diferença é notada por João Eduardo que, em estilo panfletário, escreve, no "Comunicado": "E nós cá estamos, nós, filhos do trabalho, para vos marcar na frente, o estigma da infâmia" (OCPA, 173). Não é só a partícula modal mas também a repetição do pronome sujeito "nós" em oposição ao "vos" (dativus"incommodi") que traça uma divisão clara entre L e o alocutário. Apesar de o "cá" ter, neste caso, semelhanças com o dístico,encerra sobretudo a ideia de terreno psicológico de L.

A distância entre Elias e a mulher com quem fala ao telefone é marcada, por esta, quando responde: "Pois olha eu cá não" (BPC, 149) às insinuações do polícia que diz lembrar-se bem de pormenores íntimos de uma sessão de amores entre ambos.

Acontece, portanto, que o "cá" sublinha a distância animosa a que o "eu" (por vezes incluído em um "nós") se encontra quer do alocutário, quer da terceira pessoa, de quem está a falar. Tratando-se de "nós", o "cá" explicita a solidariedade do grupo enunciador.

3.2.

No segundo subgrupo, o "cá" reforça, sobretudo, a peculiaridade, a singularidade do loquente, mas esbateu-se a ideia de confronto, de antagonismo.

O Padre Eterno do sonho de Amaro mostra o seu poder sobre "os senhores eclesiásticos" reforçando, numa frase de tipo exclamativo - "Eu cá sou assim!" - a ideia da sua superioridade e da sua onipotência justiceira: "os senhores eclesiásticos" escandalizam Leiria; o Padre Eterno arrasa tudo, se for caso disso (cf. OCPA, 213).

A construção "eu cá" assinala algo de peculiar à primeira pessoa. Como me fez notar o Professor Oscar Lopes, em português tradicional, o simples uso da primeira pessoa já supõe uma singularidade enfatizada; para quê dizer "eu vou" se a primeira pessoa do singular já está desinencialmente marcada?

A expressão "nós cá somos assim" revela a especificidade curiosa, quase no limite do não-razoável, de certos topónimos lisboetas mas também traduz a ironia do narrador (de Elias?) perante o desajuste entre os lugares e os respectivos nomes: "E no outro dia o pai juiz levou-o ao tribunal da Boa Hora, que tem um nome bonito, Boa Hora, nós cá somos assim, a um lugar de sentenças chamamos-lhe de boa hora e um campo de cemitério dizemos que é dos prazeres".(BPC, 145). "Assim" quer aqui dizer: inconsequentes, peculiares, pouco razoáveis, incongruentes; de qualquer modo, "nós cá" sugere uma peculiaridade relevante quanto a "nós". (Podemos ser disparatados, mas, por isso mesmo, somos diferentes, ex-istimos).

Também Agostinho, sugerindo a sua frontalidade e a sua determinação para, por meio delas, seduzir Amélia a quem se está a declarar, afirma: "Eu cá sou assim". O advérbio anafórico "assim" tem um valor adjectival e substitui qualquer coisa como: corajoso, frontal, despachado.

De igual modo, ao dizer: " - Eu cá por mim, senhor cônego, não tenho razão senão para estar feliz" (OCPA, 200), João Eduardo sublinha a diferença entre a sua situação de noivo correspondido ("eu cá por mim") e a de Amaro, finalmente preterido como apaixonado de Amélia. Implicitamente, João Eduardo sugere que ao pároco não faltariam razões para se sentir infeliz.

Das três ocorrências da expressão "cá por mim", duas são de José Cardoso Pires e pretendem reforçar o terreno de L, no campo das opiniões manifestadas. O autor utiliza, frequentemente, em outras obras, esta expressão, o que poderia ter a ver, juntamente com o uso de outras fraseologias e formas sociolectais do

discurso, com a operação de referenciação. Segundo Bertrand, D. (1984: 25), "au service du "faire paraître vrai", ces formes complètent à la manière d'une modalisation de surface l'identification des acteurs qui en assurent l'énoncé: elles signalent leur appartenance socio-culturelle. (...). Il est d'ailleurs intéressant de noter que se sont là des expressions figées, des énoncés collectifs stéréotypés reproduits tels quels, dicibles par n'importe quel membre du groupe, et donc emblématiques de l'univers qu'ils désignent".

Nesta expressão "eu cá por mim" não há, com tanta intensidade como em exemplos anteriores, a ideia de antagonismo eu/outros, mas sublinha-se, antes, que a opinião expressa é claramente pessoal, que L assume inteiramente a responsabilidade assertiva das suas opiniões (ver Elias, BPC, p.174, ou a senhoria da casa onde Mena e o amante se encontravam: "Cá por mim a rapariga estava-lhe muito presa, a parva", BPC, 163). Talvez o uso da expressão faça parte de uma estratégia argumentativa que consiste em L assumir certas opiniões como suas, para aligeirar a carga das consequências eventuais dessas opiniões.

Há um "cá por mim" (="[cá] quanto a mim") epistémico (como o do exemplo anterior ou de "cá por mim, ele é doido") e um "cá por mim" atenuadamente contrastivo: "Eu cá por mim, não vou".

Esta expressão "cá por mim" talvez se possa considerar uma "sebe" (hedge) (4) que delimita o âmbito de validade de uma asserção, opinião ou valorização, com um efeito de modalização epistémica ou judicativa: trata-se de matérias de parecer pessoal, e o sujeito mostra-se como que ciente da sua precaridade

subjectiva. Ou talvez a expressão funcione como dúvida cautelosa relativamente a um outro parecer ou à aparência dos factos sobre os quais incide o enunciado. Parece é que estamos perante uma "expressão" que produz um efeito de atenuação, de mitigação da asserção, como se, em vez de termos, "Cá por mim a rapariga estava-lhe muito presa, a parva" (BPC, 163), tivéssemos: "Creio (parece-me, julgo, penso) que a rapariga lhe estava muito presa, a parva". (Os verbos utilizados não são rigorosamente equivalentes e, embora para o francês, Ducrot, O. (1972: 266-277) mostrou os pressupostos e as especificidades do uso de cada um deles). O importante é que a afirmação não é categórica, não tem carácter absoluto, mas surge relativizada pelo facto de o locutor sublinhar a peculiaridade da sua atitude ou opinião, aligeirando, em certa medida, o peso das responsabilidades que lhe adviriam de uma asserção não mitigada. Em Dire et Contredire (1982a: 61-62), escreve Moeschler: "Selon Berrendonner, certains énoncés représentatifs acceptent la modification par les expressions du type à mon avis, selon moi, "dont la fonction sémantique semble être de restreindre la portée d'un acte d'assertion auquel elles s'appliquent"". Assim, a verdade da proposição "a rapariga estava-lhe muito presa" retringe-se a uma opinião pessoal (p é L-verdadeiro), devido ao uso da expressão "cá por mim". Em "eu cá por mim" haveria uma espécie de três coroas circulares:

- a. "por mim" - a área mais externa;
- b. "cá" - espacialidade;
- c. "eu" - centro dinâmico, núcleo de espontaneidade.

3.3.

No terceiro subgrupo, foram incluídas expressões "eu cá me entendo" (OCPA, 131; BPC, 164), "estava cá a malucar" (OCPA, 133), "essa cá me ficou" (BPC, 205), "eu cá sei" (BPC, 192) (5) que têm em comum o facto de o "cá" reforçar a ideia de segregação de conhecimento, sugerir um certo secretismo de pensamento ou de intenção. A "territorialidade" do "eu" é toda interior, inacessível aos outros, que estão de fora e distantes das reacções e/ou razões sigilosas do loquente e o "cá" acentua esta bipartição interior/exterior, eu/outros, como aliás acontecia, grosso modo, nas restantes ocorrências agrupadas neste terceiro conjunto. Neste caso, e retomando as várias facetas de que se reveste, para Goffman, E. (1973: 52-53), o território do "eu", estaríamos perante aquilo a que ele chamou "as reservas de informação": "l'ensemble de faits qui le concernent dont l'individu entend contrôler l'accès lorsqu'il se trouve en présence d'autrui".

A expressão "(...) aldrabices que eu cá sei" (BPC, 192) sugere um certo secretismo de conhecimento crítico por parte de L que guarda, para si, parte da verdade. Por uma implicatura conversacional, se quisermos utilizar a teoria de Grice, o alocutário pensará: L está a violar a máxima da quantidade; está a tentar dizer-me mais do que aquilo que efectivamente diz, ou seja, além dos cremes. Mena usa outras aldrabices que, por questões de conveniência, L cala. Mas, ao calá-las, indicia que são moralmente mais graves que o uso de cremes e que ele, L, domina a intimidade de Mena. Estamos aqui perante um caso,

parece, de subentendido segundo Ducrot (1972: 132): "Le mouvement de pensée qui produit le sous-entendu nous semble du type: "Si X a cru bon de dire Y, c'est qu'il pensait Z". Z est ainsi conclu (...) - non pas de ce qui a été dit, mais du fait qu'on l'a dit".

A sugestão de intimidade, de segredo em parte desvendado, em parte guardado, está presente em outras situações que formam este terceiro subgrupo. Perante a incompreensão obtusa do cônego, Amaro, não querendo expor, porque inconfessáveis, os motivos que o levam a procurar abandonar a casa onde também vive Amélia, fecha-se no seu mistério cheio de insinuações (vejam-se as reticências), dizendo: "Padre-Mestre, eu cá me entendo..." (OCPA, 131).

A partícula modal reforça o sentido intimista do verbo "malucar" nas palavras do cônego: "- Estava cá a malucar como hei-de castigar a carne na Quaresma." (OCPA, 133). Acontece que o cônego diz exactamente o contrário daquilo em que estava a pensar, protege o segredo dos seus devaneios erótico-amorosos perante a curiosidade da mana, porque em "estava cá a malucar" o "cá" marca um espaço silenciado de que L só revela aquilo que quer.

A expressão "essa cá me fica" usa-se hoje para sugerir que algum facto - anaforicamente retomado por "essa" (subentende-se, talvez, "coisa") - é de tal modo inesperado que L o guardará no seu íntimo, como algo extraordinário: o que, na p. 205 de BPC, espanta o agente Roque é que o cabo, algemado, notasse todo o trevo por que iam passando, no Alentejo, ou seja, é que o prisioneiro tivesse disponibilidade psíquica e emocional para "pensar na lavoura" (6).

Também no mesmo romance, agora na p. 164, a expressão sublinhada - "ela, pois sim, eu cá me entendo, e a protestar que amor é uso, é posse, nas tintas para a liberdade". - reforça a opinião de L, as suas ideias mais esconsas. Há, aqui, uma voluntária ambiguidade entre as palavras de Elias Santana, do narrador e de Mena. Ou é Elias Santana que lá se entende, lá tem as suas razões secretas para perceber a atitude de Mena, ou o narrador. Mas pode ainda ser a rapariga que tem motivos profundos, secretos e inconfessáveis para recusar a liberdade na relação a dois pregada, na ocasião, pelo amante e daí o "eu cá me entendo". A indiferenciação entre discurso directo, indirecto e indirecto livre faz com que, neste romance, se misturem permanentemente palavras do narrador, da personagem que investiga o crime e dos protagonistas dele. Segundo Bertrand, D. (1984: 18), não é tanto o discurso indirecto livre que é interessante, mas antes "la diversité et l'entrecroisement des formes différentes: discours direct, discours indirect, discours indirect libre avec ou sans verbe introducteur en incidente...". Embora não seja, obviamente, o caso, esta opinião poderia ter por modelo a escrita de Cardoso Pires.

O quarto grupo é constituído por ocorrências incluídas em frases de tipo imperativo e. com o uso da partícula modal, L pretende aproximar-se de A. constituir com ele um espaço comum como que de cumplicidade. Pede-se que o alocutário colabore, coopere. Mais uma vez, o "cá" seria a marca, no texto, de que L não é o único responsável pelo seu discurso. O receptor não é um mero receptáculo, uma vez que influencia a construção do discurso do locutor. O "cá" serve para atenuar a ordem, para esbater, artificialmente, a real distância, por vezes social, entre L e A:

" -Dize cá, tua mãe não desconfia de nada?" (OCPA, 371) pergunta Amaro, reforçando, com a partícula modal, a ideia de segredo e cumplicidade que existe entre ele e Amélia grávida, afastados, por esse mesmo segredo, de todo o restante mundo (da S.Joaneira, p.e.).

A partícula seria um processo de atenuação da ameaça da face do interlocutor. Respeitar o território do outro e não ameaçar a sua face (dando-lhe ordens autoritárias, p.e.) é obrigação interaccional dos participantes em qualquer conversa (cf. Moeschler, J., 1985: 112-113).

O "cá" institui uma vizinhança de familiariedade, de intimidade, de confidencialidade ou cumplicidade entre locutor e alocutário. A noção de aproximação entre L e A está bem patente na passagem que se segue, em que L tenta seduzir o A, incentivando-o a que colabore com uma resposta:

" - Então. ouve cá - disse ele chegando-se mais para ela, fazendo ranger o catre com o seu peso. - Ouve cá, quem é o outro?" (OCPA, 354, sublinhado meu).

O cônego tem de fazer a Totó falar (a partícula modal "então" traduz mesmo esse seu empenho) mas, para tal, deve captar a boa vontade da doente. Apesar de aparentemente poder ser substituída por "lá", a PM "cá" funciona melhor como atenuador e, pela proximidade em relação a L que encerra, sugere, mais eficazmente do que "lá", um espaço de cumplicidade entre os interlocutores: reconhece que a espontaneidade, a capacidade fundamental de decisão é partilhada, reside numa zona de comunhão de interesses e de familiariedade.

Na última ocorrência deste grupo, estamos perante uma aproximação em relação ao espaço afectivo de L, niveladora das diferenças sociais já esbatidas pela igualdade na desgraça. Amaro despede-se do tio Esguelhas, seu cúmplice involuntário: "Dê cá a mão, tio Esguelhas" (OCPA, 485). Se dissesse "dê-me a mão", não instituiria um espaço de solidariedade e nivelação social-moral. A ideia de "direccionalidade no sentido do falante", próxima do valor do advérbio dístico de lugar "cá" está aqui presente, segundo parece. Pelo uso da partícula "cá", "o falante pode mais ou menos atenuar o efeito dum acto comunicativo" (cf. Meyer-Hermann, 1984: 174), neste caso, o efeito de ordem que o uso do imperativo não deixaria de produzir. Há também um efeito de afabilidade convidativa, justamente porque a PM enfatiza o espaço afectivo da 1ª pessoa.

A partícula modal "cá" sugere, por vezes, como Franco, A.C. (1986: 222) refere, o cumprimento, a consumação de uma expectativa. É o que acontece na carta de Amélia ao escrevente: "A mamã cá me pôs ao facto da conversação que teve consigo" (OCPA, 189). Cumulativamente, parece também indicar o interesse de L naquilo de que fala. Sugere que a comunicação chegou ao destinatário - que é o enunciador.

O mesmo sentido de cumprimento de uma expectativa, neste caso, expectativa de L (no caso anterior, era de L e de A simultaneamente) está patente na seguinte passagem de BPC (p.215): "Em todo o caso Elias pressente complicação, menina, ligue-me para casa do senhor inspector. E como o telefone lhe responde com sonidos de castigo, diz: Cá me parecia". Ou seja: confirmam-se as suspeitas de L de que haveria complicação, consuma-se a certeza - as suspeitas chegaram ao limiar da convicção.

Se, no grupo 1., também havia uma sugestão de expectativa que se cumpre, não nos esqueçamos que as ocorrências desse conjunto remetiam, especificamente, para uma certa tensão entre a primeira pessoa, o locutor, e a forma de terceira pessoa através da qual se referia a si próprio. Não é o que se passa nas ocorrências agora analisadas mas, como já várias vezes ficou dito, é natural que alguns dos grupos constituídos se intersectem, pelo menos em algumas zonas do sentido.

b)

cá + determinante indefinido	+ preposição de	+ determinante + demonstrativo	nome + metáfora superlativante em conexão com a consecutiva
+ oração subordinada: relativa/consecutiva			

- "esta universidade do tremço é cá um destes viveiros que Deus te livre." (BPC, 110);

- "uma mulher-a-dias pornográfica, que é cá uma especialidade que ninguém ainda tinha descoberto" (BPC, 179).

c) ou, mais simplesmente:

cá + determinante indefinido	+ preposição de	+ determinante + demonstrativo	nome calão axiologicamente negativo
partitivo a sugerir especificação axiológica			

- "Essa do dinheiro a rodos também é cá uma destas bocas" (BPC, 70).

O carácter depreciativo de que se reveste, para L, aquilo de que fala ("essa do dinheiro a rodos", "uma mulher-a-dias pornográfica", os "pulmões de leão" do major ou a "universidade do tremço") nota-se em várias palavras dos arredores da partícula modal: "rosnou o inspector", "bocas", "viveiros que Deus te livre" e outras. Mas talvez o traço mais genérico deste "cá" não seja a despiciência, que não parece decorrer da construção, e sim a superlativação, que tanto pode ser digna de despiciência como de admiração positiva. Veja-se a seguinte frase: "A Rosa Mota corre cá com umas destas ganas!"

De qualquer modo, o segmento superlativante começa logo no artigo "indefinido", que, em contextos semelhantes, tem um sema pro-adjectival que é como que ratificado, nestas ocorrências concretas, por uma construção igualmente superlativante que se lhe segue, ou por uma entoação superlativante, como nos exemplos: "Ela tem uns olhos!" ou "Ele foi de uma coragem!" com os quais se quer significar que ela tem uns olhos muito bonitos e que a coragem demonstrada por ele foi enorme. Ou seja: olhos e coragem seriam superiores (em beleza, num caso, em grandeza, no outro) ao padrão standard normalmente aceite pela comunidade. O "artigo" é, assim, um pro-adjectivo, um morfema superlativante (que a entoação sublinha) e não um operador de uma simples extracção à Culioli.

Por outro lado, a superlativação está também presente nas metáforas. Ao escrever "pulmões de leão", intensifica-se uma característica da voz do major: o volume dos seus berros. Tal como Fonseca, J. (1987: 227) diz a propósito de certas comparações emblemáticas e estruturas similares (onde se pode, talvez, incluir a que nos ocupa), "o termo seleccionado para referência (R) (8) designa regularmente um "objecto" que comporta, por natureza ou por associação viva e estabilizada na comunidade, certa ou certas propriedades reconhecida(s) como nele presente(s) - e só nele, ou em outros "objectos" da classe - em grau extremamente elevado ou máximo de intensidade. Trata-se, pois, de propriedade(s) implicada(s) no designado por R, quer por inerência quer por associação - de tal modo que a nomeação desse

"objecto" traz consigo, necessariamente, a referência a essa(s) propriedade(s), dele característica(s) ou a ele articulada(s) de modo singular" (9).

Mas há, nesta construção agora analisada, outros traços superlativantes. Por exemplo, a quantificação (indirecta, talvez) decorrente da estrutura quase consecutiva que temos em, nomeadamente: "uma especialidade (tal) que ninguém ainda tinha descoberto". Poderíamos subentender "tal" depois do nome "especialidade", com este sentido: tão estranha, tão invulgar. Há uma espécie de relação causa-consequência entre a "especialidade" que seria "uma mulher-a-dias pornográfica" e o facto de nunca ninguém ainda a ter descoberto. Se "uma mulher-a-dias" é a expressão que podemos considerar standard, normal, uma mulher-a-dias "pornográfica" seria, pelo contrário, algo de desviante, de acima da norma, pelo menos quanto a novidade ou especialidade.

A mesma análise se poderia fazer a "um destes viveiros que Deus te livre" e talvez uma oração de tipo consecutivo seja sempre possível nesta estrutura. Por exemplo, poderíamos ter: "A Rosa Mota corre cá com uma destas ganas que até faz impressão!"

Por outro lado ainda, também a construção de partitivo parece ter, aqui, função superlativante: "uma destas bocas", "um destes viveiros", "uma destas ganas". É como se, de todas as "bocas", "viveiros" ou "ganas" possíveis estes fossem especiais, mais (em dada qualificação) do que todos os outros. Há uma superlativação, pois trata-se de um partitivo que requer especificação (axiológica).

Martin (1983: 37), num artigo sobre o partitivo, levanta a hipótese de ele ser acompanhado por uma vaga ideia de quantificação. No nosso caso, "poder-se-ia fazer a leitura "selectiva" a que o autor faz referência na p.40 do mesmo estudo, ou seja, seleccionar certas "bocas", "viveiros" ou "ganas" como características do grau máximo das suas propriedades. Martin também considera que, por vezes, o partitivo sugere ideia de plenitude, de relevo especial. Apesar de o partitivo francês ser basicamente diferente do nosso (usamos artigo $\emptyset$ na maior parte das vezes em que o francês utiliza partitivo), as sugestões de Martin parecem poder aplicar-se aos exemplos em causa.

A redundância adjectiva uma destas, um destes talvez tenha também um papel intensificador. Wilmet (1983: 23-24), em uma nota a um artigo sobre os determinantes do nome em francês, refere-se aos demonstrativos "intensivos" "un(e) de ces (singulier, malgré la graphie courante: J'AI UNE DE CES SOIFS! = une soif hors du commun", mais dans le cas où le pluriel serait audible: J'ai UN DE CES mal de tête!) et de ces (pluriel: Vous avez DE CES idées! = p.ex. "des idées biscornues") (10); laissant le contenu caractérisant informulé (simulation d'impuissance langagière), ils traduisent sur le mode expressif une qualité superlative. On évitera de confondre le bloc (un) de ces avec la séquence où un est pronom, de préposition et ces démonstratif: Venez me voir un de CES jours = "un jour prochain" ou Donnez-moi de CES fleurs-ci (épidictiques situationnels), Imaginez un de CES hôtels pour milliardaires = "un hôtel comme en fréquentent les milliardaires" (cataphorique contextuel)".

Qual seria, então, o valor de "cá" nestas estruturas? Talvez se trate de enfatizar a efectividade, a actualidade de uma ocorrência ou constatação surpreendente, tida como improvável. Quer dizer: a partícula "cá" seria um morfema de actualização, uma espécie de contraponto da superlativação presente nos restantes elementos da estrutura. Esta hipótese de explicação é reforçada pelo facto de a utilização do "lá" ser totalmente impossível nesta estrutura. O "cá" usar-se-ia para mostrar que é real aquilo que, por aparecer como exagerado, acima do normal, apenas, geralmente, se encara como potencialidade. Teria um efeito retórico de actualizador semelhante ao do presente histórico.

7.

Uma última ocorrência de "cá", retirada do livro de José Cardoso Pires, revela desprezo mas, mais do que isso, indiferença: "Mena: Quanto à senhoria, quanto à mulherzinha, olhe, paciência, ela que faça o que lhe der na gana, quero cá bem saber." (BPC, 171). Esta indiferença (cf. "mulherzinha", "o que lhe der na gana") é, mais frequentemente, marcada pela partícula modal "lá": "quero lá bem saber".

"Quero cá bem saber" significa, literalmente, "não quero saber" e equivale a uma negação reforçada ("La négation n'est pas le seul moyen linguistique pour réfuter". Moeschler, J. [1982a: 87]). O "cá" e o "lá" alternam por vezes em frases deste tipo, o que talvez se relacione com um fenómeno - curioso, aliás -, de

marca de inter-subjectividade empática. Se, como afirmámos acima, o "lá" é mais frequente neste sentido, talvez seja por ele sugerir, muito mais do que "cá", a ideia de distanciação, até afectiva, a que L está de um certo estado de coisas a que o seu enunciado se refere.

Algumas das ocorrências recolhidas aproximem-se muito, quanto ao sentido, da ideia contida no "cá" advérbio dístico de lugar. São ocorrências que estão no limite, cuja função é difícil definir, que condensam certos valores modais da partícula, com outro, talvez diacronicamente anterior, de lugar.

Quando o Morgado, conhecido pelas suas ideias anti-clericais, contrata João Eduardo e diz: " - Cá o trago, cá o trago em triunfo! Vem pra quebrar a cara a toda a padraria..." (OCPA, 430), muito mais do que lugar, o "cá" indica uma expectativa cumprida (cf. grupo 5.), uma vingança de L sobre os outros, que detesta ("a padraria").

Em " - E cá pelo nosso canto parece que começam também essas ideias..." (OCPA, 496), o L sugere que o "nosso canto" é realmente "nosso", está envolvido pela afectividade de L e de A, é um reduto, um lugar privilegiado que, no entanto, parece começar a estar contaminado também... (cf. 2.2.)

Do mesmo modo, ainda, a última ocorrência a ser estudada na primeira parte deste capítulo sugere o interesse de L, a forma como se sente implicado naquilo de que está a falar (no caso: as cartas vindas de Nossa Senhora a aconselhar o voto no candidato do governo). O "cá" não se refere, como um dístico, a um lugar determinado, mas sugere a tal direccionalidade no sentido do

locutor a que já nos referimos: " - Homem! - disse o abade com ingenuidade - disso é que eu cá precisava. Eu então tenho de andar aí a estafar-me de porta em porta". (OCPA, 116). Seria diferente o sentido de "cá" (e também, parece, a sua classe morfológica), se ele estivesse colocado depois do verbo: "disso é que eu precisava cá". (cf. grupo 3.2.).

Quase todas as fraseologias que incluem a partícula modal "cá" pertencem, segundo parece, ao discurso oral (ou ao que o pretende imitar), não vigiado, familiar da língua e talvez também isso seja uma razão para que a palavra tenha merecido tão pouca atenção da parte dos gramáticos: essa cá me fica

eu cá sei

eu cá me entendo

cá por mim

(pessoa/coisa) + (ser)+ cá + um

destes + nome, etc.

RESUMINDO:

- | |
|--------------------------------------|
| 1. cá + determinante definido + nome |
|--------------------------------------|

L fala dele próprio em terceira pessoa: tensão primeira/terceira pessoas (satisfação, vaidade, falsa modéstia, auto-elogio), num trajecto que vai da terceira pessoa de designação nominal à sua assunção subjectiva.

2.

2.1.

cá + determinante (demonstrativo/definido) + nome

L elogia X; diferente do A, mas presente na situação de comunicação. L lisonjeia X mostrando o seu envolvimento afectivo em relação a esse X. Equivale a um possessivo;

2.2.

cá + determinante definido + determinante possessivo + nome

Reforço do sentimento, do envolvimento afectivo e psíquico de L (por vezes, comum também a A).

3.

3.1.

Delimitação nítida do território do "eu" em confronto com o dos outros;

3.2.

Peculiaridade de L;

3.3.

Espacialidade interior, íntima, secreta de L.

4.

Aproximação L-A: pedido de colaboração, de cooperação; cumplicidade, atenuação de uma ordem; (F de tipo imperativo).

5.

Cumprimento de expectativa de L (às vezes, de L e de A).

6.

Intensificador superlativante, actualizador:

cá + determinante indefinido	+ nome + complemento determinativo	metáfora hiperbólica
	+preposição+determinante+nome+oração de demonstrativo subordinada	

7.

Desprezo, indiferença de L, reforço da negação.

O. Antes de iniciar o estudo da partícula modal "lá" nos dois romances que têm servido de corpus a este trabalho, e em jeito de preâmbulo, gostaria de transcrever, de um ensaio sobre os romances de José Cardoso Pires, algumas palavras de Lopes, O. (1986a) que sublinham a importância do fenómeno em causa: "duas das mais interessantes particularidades do Português europeu contemporâneo são a extrema variedade de frases clivadas (cleft sentences) que multiplicam os efeitos de topicalização, focalização e ainda de outras formas de saliência comunicativa(o Inglês traduz alguns desses efeitos pelo simples jogo da entoação), e por outro lado, o uso muito especial das partículas "cá" e "lá", que de início eram apenas advérbios demonstrativos de lugar (lugar, respectivamente, próximo ou distante do loquente) mas que passaram a demarcar uma espécie psíquica de territorialidade contrastiva entre o loquente e outrem: eu cá julgo, ele lá se arranja."

As ocorrências abundantíssimas da partícula "lá" foram agrupadas em oito classes, de extensão bastante variável. Repita-se, uma vez mais, que as fronteiras entre estes grupos são, em parte, fluidas e, além disso, esta classificação vale apenas como modo de clarificar os valores da partícula.

O grupo 1. inclui dezanove ocorrências que têm, como denominador comum, o implicitarem que foi cumprida uma qualquer expectativa anterior. No conjunto 2., com trinta e sete exemplos, foram incluídas as ocorrências de "lá" depois de um verbo no

imperativo (ou formas verbais ilocutoriamente aproximadas), quer com função de intensivo, de reforço de uma ordem, quer com o sentido contrário, de atenuação e relativização da ordem. Em 2.1., há sete ocorrências em que a estrutura perdeu o valor de injunção. No terceiro conjunto, foram agrupados aqueles dezoito "lá"s que demarcam nitidamente o terreno da não-pessoa, do "ele", sugerindo a distância que a separa do locutor (e, eventualmente, também do alocutário); no grupo 3.1., incluimos treze "lá"s operadores de distanciação, temporal, mas não só. No quarto conjunto, incluimos nove ocorrências em que o "lá" está por uma negação: "eu sei lá" equivaleria, portanto, a "eu não sei". Talvez "lá", aqui, não seja exactamente uma PM, mas vamos tratá-la como se o fosse. No grupo 5., reuniram-se quinze ocorrências de um "lá" situado em contexto fortemente interactivo, que se poderia parafrasear por "quanto a esse assunto..." e que contribui para a topicalização. Em sexto lugar, teríamos as expressões "(sujeito) não ser lá muito + adjectivo (advérbio)", com três ocorrências (6.1.) e a fraseologia usada duas vezes por Eça "não é lá por dizer" (6.2.), em que o "lá" parece ser um atenuador. Em 7., incluimos três ocorrências onde a partícula já não é modal mas funciona, antes, como um anafórico. Há ainda um "lá" que, embora só tenha aparecido uma vez, no romance de Cardoso Pires, parece ser muito frequente no nosso registo oral: "lá porque" equivalendo a "só porque", "apenas porque" (8.).

1.

As primeiras dezanove ocorrências que serão passadas em revista pertencem, na sua maioria, ao discurso directo das personagens mas aí umas três estão incluídas em passagens de discurso indirecto livre e cerca de seis pertencem ao narrador (11). Acontece que estas últimas se situam sempre em ocasiões em que o narrador focaliza a acção internamente, pelos olhos de uma dada personagem e, embora não sendo discurso indirecto livre, a focalização interna cria uma espécie de compromisso entre o ponto de vista da personagem e o discurso do narrador.

O "lá", nestes dezanove casos, desencadeia aquilo a que Grice, Paul (1975) chamou uma implicatura convencional, quer dizer, da simples presença da partícula, nestes enunciados, infere-se o seguinte: deu-se determinado facto, como se esperava (ou L, ou A esperavam), como era previsível que acontecesse. Ou seja: cumpriu-se uma qualquer expectativa (de L, de A, de ambos, da opinião pública, o "ON" de que fala Berrendonner, A. [1981]).

Grice (1975) considera que uma implicatura é convencional se é desencadeada pela presença de uma marca linguística convencionalmente associada ao valor implícito. Mas acontece que as implicaturas conversacionais generalizadas também decorrem da presença de certas marcas linguísticas. Grice diz, no entanto, que, nestas implicaturas, é possível anular o implícito, enquanto que, nas convencionais, tal não acontece. Segundo Moeschler, J. (1982a: 78-79), "Peux-tu me passer le sel s'il te plaît?"

desencadearia uma implicatura convencional, enquanto que "peux-tu me passer le sel?" desencadearia uma implicatura conversacional generalizada.

Apesar de aparentemente estarmos, em ambos os casos, perante uma pergunta, o certo é que ela tem valor de pedido. Mas, enquanto que "s'il te plaît" sugere, por convenção de língua, que estamos perante um pedido (e não perante um pedido de informação sobre as capacidades do interlocutor), "peux-tu" está ligado ao valor de pedido por uma convenção de emprego ou de uso. Foi Morgan (1978) quem, segundo Roulet, Eddy (1980: 229), distinguiu as convenções de língua ("qui déterminent le sens littéral des mots et des énoncés") das convenções de uso ("qui règlent l'emploi des énoncés à des fins spécifiques"). O teste da cancelabilidade daria os seguintes resultados:

. "Podes passar-me o sal? Não to pergunto para mo passares, mas para saber se és capaz disso."

. "* Podes passar-me o sal, por favor? Não to pergunto para mo passares, mas para saber se és capaz disso."

Obviamente, esta segunda frase não faz sentido, ou seja, o implícito não é suprimível no caso da implicatura convencional. "Por favor" poderia ser considerado um marcador de derivação ilocutória a fazer da pergunta um pedido (cf. Anscombe, 1980).

As palavras de Franco, A.C. (1986: 165) citadas a seguir parece confirmarem a interpretação que damos ao "lá" do grupo 1.: "algumas PMs são efectivamente unidades que, manifestando-se na estrutura de superfície dos enunciados ou frases, favorecem ou desencadeiam inferências, por parte do ouvinte, quanto a

enunciados subentendidos ou implicatados. Formulado de outra maneira, trata-se de elementos utilizados pelo falante para orientar o seu interlocutor quanto ao modo como deve proceder para interpretar adequadamente o enunciado no respectivo contexto."

Quando João Eduardo se dirige a Amélia dizendo "- Lá recebi a cartinha, menina Amélia..." (OCPA, 191), parece que a PM implícita, convencionalmente, o seguinte: a realização do acto (escrita da carta a falar em casamento) demorou bastante e L não tinha a certeza se ele iria ser realizado ou não. O "lá" sugere cumprimento de uma expectativa de L. Noutro contexto, poderia ser a confirmação de uma expectativa atribuída a quem escreve a carta, recebida sem ser esperada pelo L. De qualquer modo, há expectativa confirmada (pelo menos atribuída ao A.). Não seria possível ter "* lá recebi a cartinha, menina Amélia, mas não sei do que se trata, nem estava à espera de carta nenhuma". Isto pode indicar que a implicatura não é suprimível, ou seja, que o "lá" desencadeia uma implicatura de tipo convencional. Claro que também tem, neste caso concreto, qualquer coisa de fático, é uma forma de iniciar o discurso, estando assim relacionado com a timidez que assalta o namorado de Amélia (cf. o diminutivo "cartinha" e as reticências). A PM, com este valor, só aparece em frases afirmativas e, como se viu, a implicatura convencional desencadeada não é anulável. O enunciado negativo correspondente a "lá recebi a cartinha" seria "afinal não recebi a cartinha" e "afinal" indicaria que não se tinha cumprido a expectativa de L.

Este "lá" equivaleria quase, como aliás os das páginas 224, 460 e 494 de OCPA, à partícula modal "sempre" que, pelo menos em um dos seus usos (12), implicaria, segundo Franco (1986: 271), isto: "ao contrário das informações que punham em causa a concretização de certas expectativas" do loquente, "estão afastadas quaisquer dúvidas" quanto à realização de X.

Vejamos apenas um outro exemplo: diz o Padre-Mestre a Amaro, quase no fim da obra, depois de falar dos desvios escandalosos do Libaninho com os soldados: "Mas enfim, a coisa esqueceu e, quando o Matias morreu, lá lhe demos o lugar de sacristão, que é bem boa posta..." (OCPA, 494). Em vez de "lá lhe demos", poderíamos ter, sem grande alteração de sentido "sempre lhe demos", sugerindo o "lá" que, apesar de haver razões para que a acção se não concretizasse (o escândalo que estalou em torno da personagem), o poder eclesiástico de Leiria condescendeu, concedendo o lugar ao Libaninho. Ou seja, cumpriram-se as expectativas justas (de L, de A, do próprio Libaninho, da opinião pública). Poderíamos acrescentar, às palavras do cônego Dias, o seguinte: "como era de esperar", de acordo com as conveniências. Também o "enfim" sugere concessão e condescendência, isto é: que os argumentos para realizar a acção de dar o lugar ao Libaninho (ou seja: ele ser visita de casa da S. Joaneira) são mais fortes do que os argumentos para que ela se não concretize (o escândalo no quartel). Para este efeito contribui também o "mas" inicial. O "lá lhe demos" (ou "sempre lhe demos") supõe terem sido vencidas dificuldades (éticas ou burocráticas), ao mesmo tempo que, eufemisticamente, se diz ter acontecido o que era normal acontecer. (13).

O "lá" que, contrariamente ao "cá" se não relaciona com o território do "eu" (ou do "nós", que é o mesmo), poderia também servir, nesta ocorrência, para criar alguma distanciação descomprometedora entre L e a acção de ter dado ao Libaninho o lugar de sacristão (14). Talvez o pudéssemos considerar um operador de distanciação.

As ocorrências das páginas 224 e 460 de OCPA têm precisamente o mesmo tipo de funcionamento destas duas que acabámos de ver. A PM "lá", neste primeiro conjunto, desencadeia sempre a mesma implicatura convencional. Elias, de BPC, sugere, através do "lá", que as hesitações de Fontenova vêm ao encontro da sua experiência e das suas expectativas: "Fontenova hesita. Chatice, lá começamos nós, suspira Elias. Conhece estas interrupções, são pormenores, rigores de nada, que só servem para atrasar" (BPC, 229) (15). Está-se na reconstituição do crime no próprio local onde ocorreu e o suspiro de Elias revela impaciência ao ver confirmadas as suas expectativas (negativas). A forma verbal "conhece" indica que, para L, as hesitações do arquitecto são previsíveis, são de esperar, se repetem em situações semelhantes, embora sejam indesejáveis e/ou injustificadas.

Aparece um uso idêntico, páginas antes (BPC, 70): "E pronto, disse o inspector, lá vem ele com a Censura". Há uma expectativa (negativa) de L que se cumpre, "ele" repete uma acção inadequada mas que lhe é habitual: "vir" com a Censura.

Oscar Lopes falou, a propósito da prosa de Cardoso Pires, em "vivacidade do oral repescado para a narrativa" (1986a).

Realmente, esta construção:

lá + verbo no presente + sujeito

,

(lá estás tu, lá vem ela...) é frequentíssima no nosso registo oral, quando queremos indicar uma repetição já esperada, algo que faz parte do con-saber do locutor e do alocutário. Apesar de a PM "cá" ser possível também nesta estrutura, é muito menos frequente do que "lá" (cf. grupo 5., no espaço deste capítulo reservado ao "cá").

Ainda em BPC (213) temos a mesma estrutura: "lá está ela a voltar-se.". "Elias põe-se um pouco de lado porque sabe que ela se vai voltar". Esta passagem confirma o seguinte: "lá" indica que uma expectativa de L se cumpriu. Na p. 80, na expressão "lá está o velho e familiar Odsmobile", se o "lá" pode indicar lugar (e ser, portanto, um advérbio), não é de excluir, talvez, a hipótese de ele ser uma PM, sugerindo que L esperava que assim fosse: "E é fatal, estacionado diante da mesma loja, noite e dia sem arredar uma polegada". Análogo valor tem a ocorrência da p. 186, BPC.

Nas páginas 71 e 157 de BPC, muito mais do que sugerir que uma expectativa se cumpre, insinua-se que foi difícil, para X, executar uma certa acção, que X a concretizou com custo: "Foi primeiro mudar de roupa e depois lá desceu à sala, sabe Deus com que vontade". Este caso pode ocorrer na primeira pessoa: "O despertador tocou e lá tive que me levantar". É um "lá" de distância (física ou metafórica) difícil de percorrer. Talvez se

aproxime do "lá" de negação (cf. grupo 4.): "Ele percebe lá de informática!" (= A informática está muito distante do entendimento ou saber dele.).

É sempre a ideia de expectativa que se cumpre (16) apesar de haver algumas razões para que tal pudesse não acontecer, o denominador comum a estes exemplos reunidos no primeiro grupo.

Quando o discurso é do narrador, ele está, no entanto, sobreposto à visão de uma personagem e talvez daí o uso da PM "lá", mais frequente no discurso directo. É evidente que ela também pode aparecer em textos de tipo narrativa, pelo menos em alguns usos. Só que, mesmo em narrativa, o "lá" ocorre em extractos de registo oralizante, ou que pretende imitar um uso pouco vigiado. Apenas dois exemplos: "Então jurava não voltar à Ricoça, desprezá-la, mas depois de ter passado a noite, rolando-se na cama sem poder dormir, com a mesma visão da nudez dela cravada intoleravelmente no cérebro, lá partia de manhã para a Ricoça (...)" (OCPA, 426). Parece que não é só o imperfeito a sugerir repetição da acção, mas também o "lá", que implica: como era provável que acontecesse em alguém moralmente fraco como Amaro, como era previsível dadas as recaídas anteriores do pároco.

O funcionamento do "lá" no discurso do narrador em que há uma focalização interna de Amaro é idêntico na página 426 (OCPA), que vimos no parágrafo anterior, e na página 99. Também nas páginas 435, 457 e 479, há o ponto de vista de uma personagem (Amélia, João Eduardo e Amaro, respectivamente) colado às palavras do narrador. Vejamos uma das ocorrências: na Sé de

Leiria, que simboliza para Amélia, a dado momento, uma religião triste e lúgubre, não entra a alegria das crianças: "O enxota-cães lá se postava ao portal para não deixar passar as criancinhas." (OCPA, 435). E poder-se-ia acrescentar: como era habitual, como sempre fazia, como se esperava que fizesse, porque esta Igreja pouco tem a ver com aquela em que Jesus dizia: "deixai vir a mim as criancinhas".

2.

O segundo grupo considerado inclui ocorrências em que a PM "lá" vem depois de um verbo quase sempre no imperativo (embora também aconteça estar no conjuntivo exortativo ou até no infinitivo (com função injuntiva): "Deixar lá a D.Maria, hem? Vamos nós ver a quinta... Por aqui, senhor pároco..." (OCPA, 123)).

Mas as inúmeras ocorrências da PM, neste grupo, parecem exercer funções contraditórias quer de atenuação da distância L/A, de relativização ou esbatimento da ordem, buscando L a colaboração de A (17), quer, pelo contrário, de intensivo e reforço autoritário da ordem. No fundo, está aqui por vezes presente a distinção entre conselho e ordem. O que os distingue é um critério suplementar, ou seja, não é nenhum dos fundamentais da taxonomia de Searle (18). O que separa a força ilocutória de cada um desses actos de fala é uma diferença de status das relações interpessoais, mas ambos são actos directivos.

Há ainda duas outras funções da PM neste conjunto, mas que aparecem com pouca frequência: a de incitamento ao início da acção (às vezes incluindo, além do A, o L) e a da correspondente concessão ou condescendência de L.

Quando Amaro pergunta ao cônego Dias, em Lisboa: " - E diga lá, Padre-Mestre, o Libaninho?" (OCPA, 495), o "lá" relativiza, atenua a ordem. Trata-se mais de um convite empenhado mas cortês do que propriamente de uma ordem. Até porque a relação entre Amaro e o cônego não permitiria que o primeiro desse ordens ao segundo. Como afirma Meyer-Hermann (1984: 157), "os meios de atenuação servem para reduzir as obrigações estabelecidas pelos e para os participantes na comunicação".

O "lá", nestas circunstâncias, serve até para diminuir, artificialmente, a distância social entre L e A, distância que se procura encurtar para lisonjear, seduzir o A, para obter a sua colaboração. Isto é claro se repararmos nas palavras que se situam junto da PM. Vejamos mais dois exemplos:

Pergunta o tipógrafo ao tasqueiro, já um pouco terno do vinho: " - O tio Osório é que vai dizer. Diga lá o amigo. Vocemecê era homem de mudar as suas opiniões políticas, para fazer a vontade à sua patroa?" (OCPA, 261). Em "diga lá..." o L como que reconhece explicitamente que o dizer (ou não) pertence a um terreno que não é de L mas do A: está dentro do seu foro ou apanágio.

Se tivermos em conta aquilo a que Goffman, Erving (1973) chamou "equilíbrio interaccional", percebemos melhor que este "lá" contribui para reestabelecer esse equilíbrio, " si l'on admet, comme lui [Goffman] que toute adresse de parole constitue

une menace territoriale potentielle (et a fortiori une menace pour la face positive - la reconnaissance de l'image de son interlocuteur - ou sa face négative - la reconnaissance de son territoire)" (Moeschler, J., 1985: 171).

A mesma busca de equilíbrio, de compromisso entre L e A, de incitamento para que o interlocutor colabore, falando e, correlativamente, atenuação da ordem, estão presentes nas palavras do cônego à Totó: " - E ouve lá, Totozinha, tu que ouves? Ouves ranger a cama?" (OCPA, 354).

O "cá", embora instituindo ainda com mais eficácia um espaço de cumplicidade L-A, poderia perfeitamente comutar, neste caso, com o "lá", como operador ilocutivo de pedido, de solicitação. Aliás, nesta mesma intervenção do cônego (19), temos também "ouve cá". Mas esta comutação é impossível na maior parte das ocorrências estudadas a seguir.

No mesmo sentido de atenuação de ordem vão as ocorrências de "deixa lá" (OCPA, 85 e 257) e "deixe lá" (BPC, 72, e OCPA 92 e 113) em que, somada à relativização da ordem, que assim se torna apenas um conselho, existe a distância valorativa, o descaso de L em relação ao estado de coisas a que o seu enunciado se refere, ou às palavras anteriores do interlocutor.

Um conselho, uma advertência maternal é o que a S.Joaneira faz a Amaro: " - E veja lá, não lhe esqueça alguma coisa, senhor pároco!" (OCPA, 136). Igual funcionamento têm os exemplos das páginas 71 e 123 de OCPA. Este exemplo, em certo sentido oposto aos do parágrafo anterior, enfatiza o pedido de atenção do interlocutor a ser exercido na sua área territorial. Em "vê lá o que fazes!" a chamada de atenção territorializada é acompanhada

de advertência ou até ameaça (ou, diversamente, de advertência acompanhada de solicitude e simpatia).

Conselho, advertência, aviso é o que Elias parece fazer a Roque: "Roque: Diarreia, eu? Chefe, me cago en la leche. Me cago ne la Pide y en todas sus putas madres.

Elias: São muitas, hermano. Vê lá o que dizes." (BPC, 205).

O "lá" marca, talvez, neste caso, o espaço da responsabilização da segunda pessoa, a quem L faz um aviso.

A atenuação da ordem pode ser uma forma hábil de reforçar o incitamento, o incentivo, como quando a S.Joaneira diz a Amaro: " - Viva! Então, já sei, já sei! Disse-me o senhor padre Natário: grande jantar! Conte lá, conte lá! " (OCPA, 133). L reconhece que o contar do facto está dentro do domínio da alocutário, de quem, por isso, depende o locutor. A insitência ("conte lá, conte lá") reforça a expressão de dependência quase súplica de L relativamente a A. Este quer a colaboração voluntária e rápida de A, como quando, para que Couceiro cante, lhe dizem: " - Ó Couceiro, vá lá, aquela do "Tio Cosme, meu brejeiro"!" (OCPA, 69). Não há aqui ordem, mas um pedido, um incentivo para que A execute determinada acção. Em todos estes exemplos estamos perante actos directivos à Searle.

Depois de um conjuntivo exortativo, o "lá" tem também este sentido de reforço do incitamento ao início da acção, ainda que seja o locutor que vai iniciá-la e, portanto, se esteja a auto-incentivar: " - Para esmoer - rosnou o cónego erguendo-se com dificuldade. - Vamos lá à fazenda do abade!" (OCPA, 119). Trata-se aqui, também, de uma condescendência, já que a acção a realizar não é fácil, a julgar pelas indicações do narrador. Algo

de semelhante se passa com a intervenção de Elias Santana, na p. 216 de BPC: "Polícia e acusada frente a frente, ora vamos lá a arrumar isto.". Ou: "Pergunta: A fuga para o hotel, vamos lá a saber". (BPC, 242; ver também 224), (20). É quase uma metafórica ordem de marcha.

São curiosos estes valores exortativos na primeira pessoa do plural, através dos quais L se dirige a si próprio. Como afirma Weinrich, H. (1979: 343), pressupõem um desdobramento dentro de L: "petit jeu de lutte intérieure ou de "psychomachie" qui justifie seul l'usage de s'adresser par un impératif à soi-même, au lieu de procéder immédiatement à l'action quand on veut agir.". Claro que não era apenas a si próprio que L se dirigia, na maior parte dos casos acima referidos, mas era, sem dúvida, sobretudo a si próprio.

Há, portanto, um outro uso não intensivo da PM, quando sugere condescendência, concessão por parte de L. Por vezes, a concordância parece custosa e a resolução difícil, como quando o cônego diz aceitar a geleia apenas "para fazer companhia". Mas aí está o narrador a dar-nos conta, através do advérbio de modo "jovialmente", do fingimento de que se reveste a atitude do cônego, afinal bem disponível para aceitar a oferta da S.Joaneira: " - Vá lá, para fazer companhia - disse jovialmente o cônego, sentando-se e desdobrando o guardanapo." (OCPA, 29). "Vá lá!" é uma expressão estereotipada muito evoluída em relação à sua significação originária. Exprime uma condescendência ou aproximação relativamente a um pedido; há como que a metáfora de uma deslocação para longe da "posição" inicial.

Curiosamente, o "lá", depois do imperativo, tem também valor de insistência, de intensivo, de reforço da ordem. Nestes casos, é geralmente pronunciado por quem detém, na ocasião, o poder. Assim, surge sobretudo em momentos de grande tensão. Em BPC, o Major, no auge do seu autoritarismo paranóico, diz a Fontenova: "Por conseguinte pare lá com o francês e volta tudo à primeira forma." (71). Além da ordem, há aqui também o afastamento de Dantas Castro relativamente ao projecto de o arquitecto ensinar francês ao cabo para este poder emigrar. O "lá" tem, nestes casos, a ver com o fenómeno da ênfase que Pottier (1974: 324) define como "assertion renforcée portant sur un quelconque élément du message." Citei a partir de Fonseca, Joaquim (1987: 217-218) que acrescenta: "Ao reforçar um elemento da mensagem, o locutor modaliza o seu discurso, pelo qual não apenas significa mas também se significa, e onde, com ele próprio (considerado na sua mundividência, na sua vontade de informar - exprimir - apelar de que se mostra animado) inscreve também o seu interlocutor, a imagem das relações que os interligam enquanto protagonistas do acto verbal, e a das circunstâncias em que este se desenvolve".

Igual sentido de intensificação da ordem tem a PM usada pelo Dr. Godinho perante um João Eduardo derrotado: "Quando tiverem dado cabo da religião de nossos pais, que têm os senhores para a substituir? Que têm? Mostre lá!" (OCPA, 245). O carácter insistente da partícula é tão nítido que o narrador acrescenta, com ironia: "A expressão embaraçada de João Eduardo (que não tinha ali, para a mostrar, uma religião que substituísse a de

nosso país) fez triunfar o doutor.". A retoma irónica ("ali") sublinha a territorialidade (neste caso argumentativa) do "lá" de "Mostre lá!".

No final do romance de Cardoso Pires, o investigador, furioso por Mena ter contado mais à Pide do que à Polícia Judiciária, diz: " E porquê à Pide, diga lá? Porque a gente não a apertou como deveria ser? Porque não chegámos para si, acha que não?" (BPC, 244). Estas perguntas não têm obviamente resposta, servem para o locutor estruturar o seu próprio discurso. Apesar do reforço da ordem em "diga lá", o inspector não espera que a acusada responda. "(...), Comme l'ont observé Anscombre & Ducrot (1981), une phrase interrogative peut, dans certains contextes, du moins, perdre le caractère d'incertitude sur la vérité ou la fausseté de son contenu et indiquer très clairement les intentions du locuteur concernant la vérité ou la fausseté du contenu." (Moeschler, J., 1985: 51). Ou seja: de um ponto de vista argumentativo, a interrogação pode equivaler à asserção negativa correspondente; neste caso: "a gente não a apertou como deveria ser" e "não chegámos para si". Sugere-se que a atitude da Polícia Judiciária fora generosa com Mena - e que ela está, afinal, em débito moral com os polícias (com Elias?).

Só aparentemente expressões como "diga-me lá" (OCPA, 357), "dize lá" (OCPA, 370), "diga lá" (OCPA, 467) pretendem que o A execute uma acção - a de dizer ; revelam antes a cólera de L que espera não ver desmentidas as suas palavras.

Nos exemplos das páginas 357 e 370 de OCPA, Amaro pergunta e responde às suas próprias questões, prova de que não quer obter uma informação da parte de A, mas apenas encurralá-lo. São

interrogações retóricas. O alocutário nada tem, lá com ele, para dizer. Leiamos, na página 370 de OCPA, as palavras dirigidas pelo pároco a Amélia: " - Tu estás fora de ti, filha... Dize lá, posso eu casar contigo? Não! Bem, então que queres?" ou, na p. 357, as que dirige ao cônego, escandalizado com a recente descoberta da ligação Amaro-Amélia: " - Traste porquê? Diga-me lá! Traste porquê? Temos ambos culpas no cartório, eis aí está.". Estamos perante casos típicos de acções agravantes que, em vez de atenuarem a eventual ameaça do acto de fala para a face do interlocutor (como faz a acção correctiva), agravam a ameaça, acrescentando à pergunta uma crítica e um desafio para a face do outro (cf. Roulet, Eddy, 1980: 221).

Pelo contrário, quando diz a Dionísia, na p. 448 (OCPA), "diga lá tudo, Dionísia", o que Amaro ordena é que a mulher lhe forneça todas as informações que possui sobre a tecedeira de anjos, porque tem de encontrar um destino para o filho.

A partícula tem um efeito análogo depois do verbo "ouvir": "ouça lá" (OCPA, 356 e 464), "ouve lá" (OCPA, 424) são ordens reforçadas pelo "lá". O locutor chama, através dessas expressões, a atenção do interlocutor para o enunciado que está a produzir. Há uma espécie de desafio colérico entre ambos, como quando João Eduardo, bêbado, diz ao tio Osório: " - Repita lá isso de ir para a rua! Com quem está você a falar?" (OCPA, 270). Estamos perante uma ameaça e João Eduardo sublinha a sua superioridade em relação ao tasqueiro, superioridade que deveria ter impedido este de ameaçar pôr o escrevente na rua, como realmente tinha acontecido.

2.1.

Os sete exemplos seguintes, quase todos do romance de Cardoso Pires, escapam um tanto à explicação proposta para as ocorrências reunidas no grupo 2.: atenuação/intensificação da ordem.

Há, na p.185 de BPC, um caso curioso, muito frequente no nosso discurso oral: "Felizmente que Dantas C não escabujou, vá lá, deitou a denúncia à lareira e a coisa ficou em compromisso de fogo entre amantes." "Vá lá" é uma apreciação do narrador (de Elias Santana?) que abrange a afirmação "Dantas C não escabujou". Como o advérbio de modo "felizmente", indica a opinião favorável de L sobre aquilo de que está a falar, a saber: do comportamento do major. "Vá lá" é um estereótipo, aqui com valor concessivo (= "apesar de tudo"). Equivale a "dentro das condições dadas, podia ser pior", "conceda-se como aceitável", "do mal o menos!".

Falando do Barroca, diz-se: "Este caçou a cajado e partiu bolota com os dentes e, vá lá, era tractorista sem carta à data da incorporação" (BPC, 66). O narrador avalia positivamente a profissão do cabo e é isto que o "vá lá" indica. É como se dissesse: "menos mal para quem começou por baixo...". Estamos longe do "vá lá" de incentivo à acção, claro. Trata-se aqui de, com a expressão "vá lá", sugerir uma concessão: apesar de não ter carta, apesar de ser tão pobre, o Barroca era tractorista.

Na p. 70 de BPC, temos um caso bastante diferente: "Mas pegou, disse o chefe de brigada, telefonámos aos jornais e veja lá se eles corrigiram.". Falava-se de desfazer boatos postos a circular e o "veja lá" equivaleria a um "veja você", indicando a

PM não ser encontrável qualquer laço porque o A discorda do L. Aproxima-se, ainda que não excessivamente, do grupo 4., porque dizer "vejá lá se eles corrigiram" é como dizer "e eles não corrigiram", ou seja, o enunciado tem um sentido negativo. Acontece que tal não decorre exclusivamente do "lá". No enunciado "e veja se eles corrigiram", sem a partícula, está presente o mesmo sentido negativo, que é dado, sobretudo, pelo "se" (equivale a "e eles não corrigiram"). A PM apenas reforça essa negação. Há como que um repto a que o interlocutor "veja", atendendo a que "eles" não corrigiram; é uma negação por inferência, perante um dado óbvio.

Aparece uma fraseologia, quer em Eça quer em Cardoso Pires, em que o "lá" encerra o mesmo sentido de negação (cf. grupo 4.), e não pode ser omitido: "Guardou tudo, vá lá saber-se porquê, para o tal sábado em que decidiu pôr a escrita em dia, advogado, generais, o maralhal por inteiro." (BPC, 206, sublinhado meu).

Ou, em Eça: "Veja você esta corja: o dr. Godinho no jornal às bulhas com o Governo Civil, e o Governo Civil a atirar postas aos afilhados do dr. Godinho... Vá lá entendê-los! Isto é um país de biltres!" (OCPA, 192, sublinhado meu).

Quer dizer: a expressão vá + lá + infinitivo, além de valer, aqui, como negação, conota a distância axiológica, moral, a que L está da terceira pessoa: do major, na primeira ocorrência, do Governo Civil e do dr. Godinho, na segunda.

Estamos longe do "vá lá" de condescendência do exemplo:
" - Queres ver televisão? - Vá lá, podes abri-la."

Também o uso da p.34 de BPC, ("Cadáver político, ora toma lá."), é frequente no discurso familiar. Trata-se de marcar claramente o lugar da responsabilidade de L e de A que recebem em mãos o "cadáver político", como se o facto de a Pide o deixar para a Judiciária fosse equivalente à expressão "ora toma lá", própria de quem entrega alguma coisa a alguém mas descartando-se, não querendo assumir responsabilidades. O sentido da expressão "ora toma lá!" é aqui quase literal. Mas há casos em que assume a força ilocutiva de uma desfeita, um repto e até uma injúria ou desconfiança.

Na p. 167 de BPC, as palavras falsamente solícitas de Mena são, na verdade irónicas e aquilo que é, na aparência, uma atenuação de ordem (se é que de ordem se trata, do que duvidamos), uma diminuição da distância entre a moça e o polícia, não passa de desprezo pelo voyeurismo sórdido de Elias Santana: "Mena, muito directa, cabeça erguida: A menos que seja atenuante gostar-se de um homem. Ou agravante. Talvez lhe interesse apurar, veja lá.". Como sugeriu o Professor Oscar Lopes, aqui o "ver" é entregue ao arbítrio do polícia - há uma injunção ("veja") cuja consumação se coloca no foro íntimo ("lá") do polícia. É como se Mena dissesse: "É lá consigo!"

Perdeu-se, nestas sete ocorrências, o valor de ordem do imperativo e a PM não está, como nos outros exemplos que fazem parte do grupo 2., incluída num acto directivo.

Quanto ao terceiro conjunto de ocorrências organizado, trata-se de um "lá" que me atrevera a caracterizar como típico de terceira pessoa (21), no mesmo sentido em que o "cá" poderá ser considerado um intensivo de primeira pessoa, como em "eu cá me entendo" e "ele lá sabe". É como se o território da não-pessoa fosse longínquo e inacessível ao locutor. Poderá confrontar-se este conjunto com o grupo 3. das ocorrências de "cá". É claro, nestes exemplos, o distanciamento afectivo de L em relação à terceira pessoa, por vezes, até, um certo desprezo. O "lá" parece remeter para um lugar psicológico distante do terreno do "eu". Talvez que este uso da PM, pelo menos nas fraseologias em que a encontrámos em BPC, não fosse habitual na época em que Eça escreveu, a julgar pela pouca frequência dela em OCPA (22).

Quando se diz "Isso é lá com ele" (BPC, 92 e 148), sugere-se que o L nada tem que ver com "isso", "ele" é que tem que ver com isso! Daí que, na p. 148 do mesmo romance, se acrescente, logo a seguir: "A Elias tanto se lhe dá". O "lá" é, nestas ocorrências, um operador de distanciação.

De modo análogo, o narrador, assumindo, a partir de determinada altura, o discurso dominante, o discurso dito do "país", toma a sua distância em relação a esse discurso, afastando-se "deles", dos polícias: "Se não é pedir muito perguntam pela espia dos cabelos platinados, é lá uma curiosidade deles, porque, louca ou sequestrada, a imprensa, a opinião, o país, têm o direito de saber quem são os traidores que ainda

agora venderam a Índia aos inimigos e já andam na nossa própria casa a ameaçar, as pessoas e os bens da Nação." (BPC, 34, sublinhado meu). No discurso dos policiais, a expressão transformar-se-ia em "é cá uma curiosidade nossa" - o que reforça a ligação, já estabelecida, entre este grupo e o 3. referente à partícula "cá".

A distância entre quem produz o discurso (instância de contornos extremamente difíceis de definir em BPC) e aquele de quem se fala (a não-pessoa de Benveniste) está também marcada pela PM "lá", nas palavras de Dantas C que Mena reproduz: "Dantas C: "Não diga nomes, Fontenova. O Comodoro se ainda não deu sinal lá tem as suas razões."" (BPC, 58).

A fraseologia "ou lá o que é" presente, com variações quanto à forma do verbo ser, nas páginas 28, 72 e 171 de BPC, revela as dúvidas de L que não identifica, com precisão, a coisa ou pessoa de que está a falar - nem isso lhe interessa especialmente. Sugere uma incerteza, uma depreciação até de L sobre aquilo que constitui o assunto do seu enunciado: "O homem - padre, capelão ou lá o que fosse - inclinou-se sobre o corpo que estava ao lado dele (...)" (BPC, 28). O "lá" assinala, nestas frases, algo que fica longe do interesse, da preocupação do L.

De forma semelhante, nas palavras da senhoria de Dantas C, a expressão "a vida seja lá de quem for" (BPC, 165) dá a entender a indiferença, a distância da "galinheira" relativamente às complicações privadas dos seus inquilinos (indiferença que, afinal, o restante discurso da "mulherzinha" desmente).

Em alguns casos, a meio do caminho entre este e o grupo 1., além de implicar o cumprimento de uma expectativa, o "lá" sugere a distância que separa o L (e, eventualmente, o A) da terceira pessoa e, parece, reforça um sentido quase perifrástico, indica prolongamento, demora, lentidão, a distância a que L está da acção. Trata-se dos exemplos das páginas 373, 375 e 494 de OCPA de que se passará a analisar um.

Perante o avanço da gravidez, pergunta Amélia a Amaro, procurando saber se encontraram João Eduardo: " - Então, há alguma novidade?

Ele franzia a testa, rosnava:

- A Dionísia lá anda... Porquê, tens muita pressa?" (OCPA, 375).

" A Dionísia lá anda", como se esperava, já que era paga para isso. As reticências, o uso do presente, mas também o "lá" . sugerem indefinição, algo de vago ou indeciso, dão a ideia de que a acção se prolonga. A resposta de Amaro constitui um acto indirecto: em vez de responder à pergunta de Amélia pela negativa, ("não há nenhuma novidade"), responde pela evasiva ("A Dionísia lá anda..." - longe demais para se poder precisar o que ela faz). Mais do que a distância entre L e a terceira pessoa, o "lá" reforça a distância afectiva entre L e aquilo que essa terceira pessoa (Dionísia) anda a fazer: à procura de um marido para Amélia. Por isso Amaro se mostra agastado: "franzia a testa, rosnava", "Porquê, tens muita pressa?". Mais uma vez, o "lá" funciona como operador de distanciação. Por uma habilidade retórica, o pároco tomou a pergunta de Amélia como motivo de uma

sua pergunta, acerca da pertinência ou oportunidade da pergunta da moça. Isso reforça o distanciamento do "lá anda" (independentemente da pressa aparente de Amélia).

Além das ocorrências das páginas 373 e 494 de OCPA, o mesmo uso distanciador parece estar presente nas palavras do Couceiro, quando lhe perguntam como vai a esposa: " - Coitadita, lá vai! Tem saúde, graças a Deus! Gorda, sempre com bom apetite." (OCPA, 68), (independentemente do que se possa fazer por ela - que é nada).

Este "lá vai" poderia ser antes "vai indo", com valor perifrástico, e substitui evasivamente a afirmação de que a Joanita está ótima, mas Couceiro, com seu ar tísico, não a faz, talvez por pudor. Sugere que a Joanita (diminutivo irónico numa mulher gorda e cheia de filhos) vai como se espera, como é seu costume "ir": "gorda, sempre com bom apetite", (sublinhado meu), mantém o mesmo rumo ou estilo de actividade ou vida.

3.1.

A grande distância temporal que vai de um determinado acontecimento ou estado de coisas passado até ao tempo da enunciação é sugerida pelas fraseologias "já lá vai o tempo" (OCPA, 497), "o que lá vai, lá vai" (OCPA, 175 e 192), "a lei das rolhas já lá vai" (OCPA, 235), "lá vai" (OCPA, 229), ou "burguesia republicana que já lá vai" (BPC, 245). É como se o advérbio de lugar se tivesse transformado em expressão de tempo, capaz de sugerir a distância a que um dado acontecimento,

definitivamente passado, se encontra do tempo presente, do tempo da enunciação. Curiosamente, o verbo está no presente, mas refere-se ao passado. Isso acontece por causa do "já", mas também, cremos, devido ao "lá". É um pouco estranho que este presente se refira a um passado enquanto que o da expressão "já lá vamos" diz respeito a um futuro (não decorre do valor anafórico do "lá" este sentido futuro do presente).

Também indica tempo, embora um tempo incerto, de indecisão, que não é possível ou rendível determinar com precisão, a expressão lá + para + nome : "lá para o mês que vem" (OCPA, 180), ou "lá para o fim da semana" (OCPA, 229), ou, na p. 109 do romance de Cardoso Pires, "lá mais para o espaiar". Mesmo sem "lá", o "para" assinala imprecisão. O "lá" reforça tal imprecisão com uma sugestão de relativamente grande distância.

Quando o locutor não se quer comprometer demasiado com promessas de prazos explícitos, diz a João Eduardo: "Lá para o mês que vem tem você o seu emprego no Governo Civil." (OCPA, 180); mas pode acontecer que L não saiba precisar, com segurança, quando é que determinado acontecimento, geralmente futuro, neste caso, terá lugar.

A mesma ideia de indefinição temporal, justificável porque Mena não pode lembrar-se com precisão de tudo o que se passou, está presente nas palavras da moça que o narrador-Elias Santana (?) reproduz: "Quando lá lhe lembrava estendia um sopro de cigarro assim para o tecto (referia-se ao cabo) e ameaçava com a cabeça (BPC, 191). O mesmo se passa com as ocorrências das páginas 74, 170 e 131: "Seja como for, a meio lá dum certo copo parou a contemplar a bebida e disse: (...)" . O "lá" reforça o

indefinido de "certo copo" do ponto de vista de L (o bebedor talvez saiba melhor qual é o copo). Há, em todos estes casos, um reforço da indicação da não-pessoa (terceira pessoa).

Os exemplos que veremos em seguida fazem, de certo modo, grupo à parte. Trata-se da fraseologia (já) + lá + dizer + (sujeito), em que o "lá" sublinha a ideia de confirmação de uma opinião: "Os nossos santos padres consideravam-nos [os sinos] um dos meios mais eficazes da piedade. Lá disse a glosa, pondo o verso na boca do sino: (...)" (OCPA, 316). Para lisonjear o sineiro, de cuja casa precisa, Amaro reforça os seus próprios elogios ao sino com a "opinião" da glosa. (Poderá ser este "lá" considerado, talvez, um locus textual (de autoridade consagrada e, em geral, antiga), como acontece com as ocorrências que reunimos no ponto 7.).

No exemplo recolhido em Cardoso Pires, também o "lá" indica confirmação de uma asserção: "De padres e de miúdas transviadas está o cinema cheio, já lá disse Santa Teresa quando apareceu ao Al Capone." (BPC, 41). É como se a glosa, num caso, e Santa Teresa, no outro, com os seus dizeres, apenas tivessem vindo reforçar a opinião e as palavras de L: de que os sinos eram considerados pelos "nossos santos padres" "um dos meios mais eficazes de piedade" e de que "de padres e de miúdas transviadas está o cinema cheio". Parece que não está de todo ausente, na confirmação da opinião de L pela citação de um argumento de uma autoridade (reverencialmente distante, como Santa Teresa), a ideia de cumprimento de expectativa comum às ocorrências do grupo 1.. Mas, nos dois exemplos referidos, o "lá" pode também remeter

para um tempo anterior ao da enunciação, e para um espaço distante do da enunciação, sugerindo que autoridades acima das contingências humanas confirmam a opinião do locutor. Estamos mais uma vez perante um caso de heterogeneidade do discurso, de interferência no discurso do "eu" (aquele que fala) do discurso do outro (a glosa, Santa Teresa). O locutor marca explicitamente que um determinado fragmento do discurso vem de fora, que no texto há a reminiscência de outro texto e pode ser que o "lá" reforce a distanciação, sublinhe a marca de que certa passagem está a ser citada por L. A referência da aparição da Santa a um gangster constitui já paródia do estereótipo "já lá diz X que..."

Em várias ocorrências incluídas noutros grupos, por nelas serem dominantes outras funções, havia, no entanto, esta ideia de afastamento afectivo (e não só), de distanciamento em relação à não-pessoa, à pessoa ou coisa sobre que se está a falar.

4.

Ao inventariar os estudos de língua portuguesa que fazem referências às partículas como "cá" e "lá", Franco, A.C.(1986: 20) escreve o seguinte: "Ribeiro (1899), ao ocupar-se da sintaxe do advérbio, observa que "Cá emprega-se como intensivo de primeira pessoa, e lá como intensivo das outras, ex.: "Eu cá julgo que elle não vem. - Nós cá queremos. - Tu lá sabes...". Mas a função que atribui a lá não se limita àquela: Lá emprega-se como dubitativo em referência a todas as pessoas, ex.: "Eu lá sei. - Nós lá queremos isso."" (Ribeiro 1899: 322).".

Parece que o emprego de "lá", nos dois últimos exemplos citados, não indica dúvida, mas antes negação. Poder-se-ia dizer, em vez de "eu lá sei" e "nós lá queremos isso", "eu não sei" e "nós não queremos isso", embora haja diferenças pragmáticas entre os enunciados de Ribeiro, em que a recusa é mais nítida e o "lá" acrescenta uma sugestão de indiferença e desprezo de L em relação ao tema, e os outros, mais neutros do ponto de vista do investimento afectivo do locutor. Talvez haja alguma diferença entre "eu lá sei", "nós lá queremos isso", que se situariam mais do lado da dúvida e "eu sei lá", "nós queremos lá isso" que penderiam mais para a negação. Poderia não haver, nos exemplos de Ribeiro, a ideia de negatividade indubitável de "sei lá".

Quando, no romance de José Cardoso Pires uma testemunha é interrogada sobre uma mulher que diz ter visto, nua, numa das janelas da Casa da Vereda, e lemos: "E o homem encolhe-se todo: sabia lá, uma testemunha local não é obrigada a adivinhar o que fazem dois seios à vela numa gaiola de telhado" (BPC, 24), poderíamos ter, em lugar de "sabia lá", "não sabia", mas, evidentemente, o enunciado perderia intensidade e o sabor oralizante que tanta vivacidade confere à prosa do autor.

"Sei lá" pode ser usado no fim de uma intervenção como atenuação, tentativa, por parte de L, de mitigar, com a utilização da expressão, a asserção que acaba de fazer, ou, pelo menos, relativização da sua responsabilidade quanto às afirmações feitas, um pouco ao jeito do "cá por mim" que, como vimos no grupo 3. do espaço deste capítulo reservado ao estudo de "cá", funcionaria como um hedge. L precave-se contra eventuais sanções.

Mas o "lá" vale, depois do verbo, por uma negação (nestes casos, claro), mesmo se o valor global da expressão é de atenuação. Não apareceu, aliás, nos dois romances, nenhum exemplo deste uso.

Todas as ocorrências deste grupo surgem depois de verbos modais: seis delas depois de "saber", e três respectivamente depois de "crer", "poder" e "ser possível".

Valor de negação tem também o "lá" das páginas 95, 107 e 239 de BPC). Na p. 95, por exemplo, o narrador, com a expressão "sabe-se lá onde", lança indirectamente suspeitas sobre os desejos secretos de Elias Santana em relação a Mena: "Interessava-lhe que Mena saísse dali devidamente aviada e subscrita e muito naturalmente quis ir mais longe, sabe-se lá onde." (Ou seja: "não se sabe onde", expressão que, a ter sido dita, não conteria as sugestões de insinuação maldosa presentes na utilizada por Cardoso Pires).

Quase sempre se soma, à negação, uma conotação de desprezo, de indiferença, sendo o "sei lá" (BPC, 211), ou o "sabe lá" (BPC, 172), muito mais fortes do que os equivalentes "não sei" ou "não sabe", aliás muito improváveis, nos respectivos contextos, no registo oral que se tenta reproduzir. Vejamos um dos casos: "Posso contar tudo, os sítios, as maneiras, sei lá, essas coisas podem ser importantes para os homenzinhos do relatório, então não são." (BPC, 211).

A superioridade de Mena que, embora presa, além de jovem e bonita pertence a um grupo social mais elevado do que o seu inquiridor pequeno-burguês, é manifesta no distanciamento sugerido pela partícula e, por exemplo, no diminutivo

depreciativo "homenzinhos" .(Ao referir-se à senhoria de Dantas C, Mena utilizara, também, a palavra "mulherzinha").

Em OCPA, é sempre em frases de tipo exclamativo que o "lá" com valor de negação aparece, somando a este sentido a surpresa do locutor.

Perante a visita inesperada do jovem Amaro, diz a condessa, filha da protectora do padre: " - Eu podia lá esperar! - continuou ela admirada." (OCPA, 47). Se em vez disto tivéssemos, "eu não podia esperar!", ter-se-ia perdido o valor expressivo da intervenção. ("Eu podia lá esperar" equivale a "eu não podia esperar", como se houvesse uma implicatura não cancelável).

O mesmo acontece com as palavras do "rapaz rechonchudo" transmitidas em discurso indirecto livre, sete páginas adiante: "Era lá possível uma festa religiosa, sem uma boa voz de contralto!?". A pergunta não requer uma resposta e a partícula indica, também, que L espera não ser desmentido. Na sua forma de pergunta de retórica, este enunciado só pode existir, com o valor que aqui tem, com a partícula "lá". Não poderíamos ter, como fizemos para os casos anteriores, uma paráfrase deste género: "Não era possível uma festa religiosa, sem uma boa voz de contralto!?". Formulada desta maneira, os pressupostos da pergunta são exactamente os opostos, ou seja, subentender-se-ia que, para L, era possível uma festa religiosa sem uma boa voz de contralto.

Quando Amélia murmura "Creio lá nisso!" (OCPA, 87) em resposta às palavras apaixonadas de Agostinho: "Estou doudo por ti, filha!", poderia ter dito "não creio nisso", com a diferença de a sua réplica se tornar nesse caso, muito mais frouxa.(É claro

que a curva melódica e as pausas, em suma, as supra-segmentais, podem alterar este quadro).

Como se disse anteriormente em relação ao "cá" homólogo deste "lá" (cf. grupo 7.), embora a partícula possa não ser, aqui, modal, como nos outros usos já estudados, parece não haver grande lucro teórico em abrir uma nova categoria gramatical para incluir os exemplos agora analisados.

Por outro lado, valeria talvez a pena referir que Anscombre (1983: 40) considera, além dos três tipos habituais de negação (lexical, sintáctica e argumentativa), um quarto: a negação pragmática - "Elle interviendrait au niveau de morphèmes dont l'énonciation par un locuteur crée ispo facto un contexte négatif". Parece ser o caso deste nosso "lá".

5.

São quinze os exemplos agrupados no quinto conjunto. Trata-se de um "lá" que parece favorecer a topicalização, que equivale a quanto a, e que aparece, em metade dos exemplos, antes do demonstrativo "isso" (que aliás não funciona, aqui, como demonstrativo) e, por vezes, também junto de um "não". Curiosamente, todos os exemplos foram recolhidos em Eça de Queirós. E, se os primeiros que vamos estudar são, de facto, pouco usados nos nossos dias, outras ocorrências do grupo são frequentes ainda hoje.

Este "lá" surge sempre em situações de interlocução, em trocas de palavras carregadas de tensão e intensifica a força argumentativa das intervenções em que está incluído: A S.Joaneira, ofendida com a ausência prolongada de Amaro dos seus serões, diz-lhe: " - Mas um bocadinho à noite. Olhe, pode crer, tem-me causado desgosto... E todos têm reparado. Não, lá isso, senhor pároco, tem sido ingratidão." (OCPA, 146).

"Isso" retoma, anaforicamente, o desaparecimento do pároco, a que a conversa vem fazendo referência. E talvez o "não" seja um marcador da discordância, da reprovação da S.Joaneira relativamente ao procedimento de Amaro.

Outros exemplos semelhantes são os das páginas 61 e 114 de OCPA. Na p.29, o "não" tem, talvez, um funcionamento quase fático, parece usado para responder a uma objecção pressuposta que, de facto, ninguém faz, como se o cônego dissesse "Não entro noutras coisas, mas nessa entro": " - Viva! Não, lá nisso também eu entro! - exclamou logo o cônego. - A bela maçã assada! Nunca me escapa! Grande dona de casa, meu amigo, rica dona de casa, cá a nossa S.Joaneira. Grande dona de casa!".

A expressão "lá isso!" equivale, nas páginas 21 e 196 de OCPA, a um reforço de uma afirmação, à confirmação satisfeita de L a propósito do tema:

" - E bonita mulher - disse o coadjutor respeitosamente.
- Lá isso! - exclamou o cônego parando outra vez - Lá isso! Bem conservada até ali!" (OCPA, 21).

A expressão revela a concordância do cônego em relação às palavras elogiosas do coadjutor sobre a S.Joaneira.

Não se trata, neste exemplo, de reforçar a discordância

relativamente a certo estados de coisas (o excesso de idade dos confessores (OCPA,61), a grande imoralidade dos tempos (OCPA,114), a ausência de Amaro (OCPA,146)), mas, antes, de sublinhar a aquiescência, a concordância. João Eduardo fica só com Amélia e o cônego repara:

" - Ah, lá nisso - disse a S.Joaneira rindo - fio-me nele, que é homem de bem às direitas." (OCPA, 196).

O "lá isso" parece conter algo mais do que "quanto a". Talvez seja equivalente a "quanto a isso" ligado a uma valorização, positiva ou negativa, implicando conversacionalmente que, quanto a outros pontos de vista, a valorização pode ser diferente, assinalando, portanto, a excepcionalidade de uma valorização.

De comum a todas estas ocorrências temos que, em qualquer delas, o "lá" poderia ser substituído por "quanto a". Falando com a mãe de Amélia, diz João Eduardo:

" - E eu! - disse. - A D.Augusta sabe a paixão que eu tenho por ela... E lá do artigo que me importa a mim!" (OCPA, 182).

Parece que o "lá", neste caso, ajudaria a criar um efeito de topicalização mas sublinhando, simultaneamente, a despiciência de L em relação ao tópico: "quanto ao artigo" João Eduardo não se importa, mas importa-se (apaixonadamente) por outra entidade: Amélia.

Há mais cinco ocorrências (páginas 83, 240, 274, 317 e 368 de OCPA) semelhantes a esta, só uma em discurso indirecto livre: "De resto, por outro lado, dizia o sineiro, lá como sítio retirado e casa sossegada estava a preceito." (OCPA, 317). O

sineiro confirma que, quanto a local recatado para os encontros secretos de Amélia com Amaro, não há melhor do que a sua casa.

Os três exemplos incluídos a seguir contêm um "lá" que confirma, não uma opinião, mas uma pressuposição do enunciado anterior. Embora estes casos sejam pouco numerosos, esta estrutura parece muito frequente no nosso discurso oral. (Abra-se um parêntesis para explicar que a frequência com que um determinado uso da partícula nos surge, neste corpus concreto, é apenas relativa a esse corpus, e talvez se alterasse num corpus de trocas reais, não literárias. Evitámos, por isso, qualquer transposição ou generalização do tipo: o uso mais frequente da partícula é o do grupo X ou Y. As conclusões tiradas só valem para este corpus específico).

Franco, A.C. (1986: 248) deu conta do valor do "lá" que nos ocupa:

" "(406) Lá ser interessante é, mas torna-se demasiado arriscado."

Pelo emprego da PM lá, B confirma a pressuposição (contida no enunciado precedente) do interlocutor de que a proposta (de A) é interessante. Mas - acrescenta - não conclui daí que a tenha de aceitar, uma vez que esse passeio de barco se lhe afigura demasiado arriscado. Quer dizer, embora admitindo, ou melhor, exprimindo a sua concordância com a proposta do outro locutor, fá-lo com reservas, não deixando de apresentar uma objecção. Lá é empregado, assim, pelo falante em conexão com o seu próprio movimento argumentativo desenvolvido."

O caso concreto apresentado por Franco, A.C. (o exemplo [406]) está muito bem dissecado, mas só em parte o que é dito decorre do valor pragmático do "lá". A partir de certa altura, o autor passa antes a descrever o funcionamento do "mas". Ora, embora a estrutura referida por Franco apareça frequentemente, não é necessário que ao argumento começado pelo "lá" corresponda outro, contrário do ponto de vista argumentativo, introduzido pela adversativa. Parece que a própria estrutura do enunciado "Lá ser interessante é" prepara para o argumento refutativo que vem a seguir. Só que, por vezes, esse argumento iniciado pelo "mas", embora implícito, não está expesso. Ou não existe mesmo. O "lá" demarca o ponto de vista de certa valorização, dizendo-se a seguir que o valor se investe do ponto de vista mais pertinente no discurso em processo.

Nos três exemplos encontrados, o uso da PM "lá" serve para confirmar uma opinião, ou melhor, uma pressuposição anterior de L ou do outro interlocutor, reforça a convicção com que dada afirmação é feita. Mas concordo com a ideia de que a partícula é utilizada "pelo falante em conexão com o seu próprio movimento argumentativo desenvolvido."

Logo no início de OCPA, perante a surpreendente nomeação do jovem padre para Leiria, diz o chanfre, confirmando as suspeitas gerais: " - Não, lá que há favor, há; e que o homem tem padrinhos, tem." (OCPA, 31). Segundo o Professor Oscar Lopes, as frases de "que" inicial não têm força assertiva: são tópicos in abstracto que a forma verbal seguinte depois assere. O "lá" reforça a evidência de se tratar de uma topicalização pois, como se viu,

pode topicalizar um simples adjetivo (nem precisa de infinitiva: "Interessante é, mas torna-se demasiado perigoso.").

Para reforçar as suas insinuações sobre a confusão, a desordem da vida de Mena e do major, diz a senhoria deste à polícia, depois de denunciar alguns aspectos da intimidade dos amantes: "Coisas destas só à polícia é que merecem ser faladas porque vêm no interesse da justiça, esclarece à margem a galinheira. Mas lá que são confusas, são." (BPC, 165).

O mesmo efeito de topicalização, comum a todo o grupo 5., parece estar presente nestes casos. É, aqui, uma topicalização in abstracto, e por isso, por vezes, com o verbo no infinitivo e sem valor de asserção, que, depois, lhe é conferido pela nova forma verbal, repetida, agora, geralmente no presente do indicativo.

6.

As três ocorrências em que o "lá" se usa como atenuação eufemística pertencem ao romance de Cardoso Pires: a expressão

sujeito + não + verbo + lá + muito + advérbio/adjectivo

utiliza-se para suavizar a opinião (desfavorável) expressa: "Elias Chefe: Sabemos que o major não saiu do país, senhor doutor. O truque das cartas do estrangeiro não é lá muito original." (BPC, 84).

A última frase poderia ser: "O truque das cartas do estrangeiro não é muito original" (= "é pouco original"), mas, sem a partícula, perder-se-ia a insinuação irónica das palavras de Elias.

Os exemplos das páginas 30 e 194 de BPC funcionam da mesma forma. Também aí, como na p.84, a partícula poderia ser substituída por "assim": "não acertava lá muito bem" ou "não acertava assim muito bem", "não convenciam lá muito" ou "não convenciam assim muito". Talvez estes "lá"s sejam reforço do "não", com a notação da distância remota a que os superlativos irónicos ("muito original", "muito bem") ficam da verdade. Há também um efeito de lítotes (ou sub-asserção, understatement): em vez de se dizer, p.e., que acertava mal, diz-se que não acertava (lá) muito bem.

A fraseologia "não é lá por dizer" (OCPA, 21 e 112), geralmente seguida por um "mas", aparece duas vezes em Eça, revelando que L pretende atenuar, por modéstia, a conclusão que os argumentos introduzidos por "mas" permitem tirar: " - Que tal, hem? - E com um aspecto modesto: - Não é lá por dizer, mas a cabidela hoje saiu-me boa!". (= "O dizê-lo eu não bastaria para ser verdade, mas é mesmo verdade".).

Suponho que o "lá" se usa, nos nossos dias, em uma estrutura com um sentido próximo deste. Imaginemos a seguinte situação: uma senhora elogia a camisola da amiga. Essa replica:

" - Não é lá por ter sido eu a fazê-la, mas está realmente bonita." (= "O fazê-la eu não bastaria para estar bonita, mas está de facto bonita.").

Nestes exemplos, a fraseologia que contém o "lá" funciona como atenuação de modéstia relativamente às conclusões que se podem tirar do movimento argumentativo introduzido por "mas". Ou seja: sou um ótimo cozinheiro, no primeiro caso; faço malhas lindíssimas, no segundo. Em qualquer destes exemplos, há uma negação enfática: "X não basta para y, e todavia y é verdade". Há ainda o efeito especial de "lá" que consiste em insinuar que o L está muito longe de fazer o juízo que faz pelo facto de se dar o caso ligado ao "lá". Esta estrutura assemelha-se bastante à do grupo 5., do exemplo "lá ser interessante é, mas torna-se demasiado arriscado". Isto porque a primeira parte do enunciado tem uma orientação argumentativa oposta à da segunda, introduzida por "mas". Preferimos, no entanto, incluí-la no grupo 6., porque, nestas ocorrências, não há o efeito de topicalização que aparecia nos exemplos do ponto 5.

7.

Os três exemplos agrupados no sétimo conjunto caracterizam-se por um funcionamento anafórico do "lá" que já não é, nestes casos, uma partícula modal (mas também não é um advérbio de lugar).

Vejamos um caso de BPC: "Elias vai lendo e ajuntando. Aproxima-se da Noite dos Generais, a noite em que o advogado fica inscrito pelo major nos mortos em agenda. Mas já lá vamos, já lá vamos, por enquanto o chefe de brigada ainda está nos

anteriores." (BPC, 186). "Já lá vamos" quer dizer "já vamos, num futuro próximo, falar desse assunto" (a saber: "da Noite dos Generais"), o "lá" retoma uma expressão anterior, substituindo-a. Na p. 101, BPC, quando se refere à célebre página da revista Erotika, Elias anuncia, adiando o tema: "Lá iremos".

O mesmo acontece em OCPA, quando o protagonista, durante uma controvérsia com o cônego Dias sobre alguns rituais, lhe diz: " - Alto lá, Padre-Mestre! - exclamou o padre Amaro. - É o texto da rubrica." (OCPA, 304). Em vez de "alto lá", poderíamos ter, com o mesmo sabor interjectivo, "alto aí", mas tanto o "lá" como o "aí" remetem, não para lugares no espaço físico, mas sim para pontos anteriores do diálogo, neste caso para a intervenção do cônego a que esta réplica de Amaro responde. (23), (24).

Segundo Berrendonner, Alain (1983: 234), a identificação do conjunto ao qual o anafórico se refere fica, muitas vezes, totalmente implícita. São os interlocutores que têm de lhe atribuir uma certa extensão. Desta "elasticidade" e indeterminação do significado decorrem, por vezes, ambiguidades referenciais. Para o autor, "ainsi s'explique que ici et là soient capables de renvoyer tantôt à un lieu de la réalité physique, tantôt à un lieu du discours même qui les contient."

Com uma só ocorrência, em BPC, temos um "lá" que equivale a "só", "apenas" e que aparece, frequentemente, no nosso falar quotidiano, antes de uma causal.

Trata-se de uma passagem em discurso indirecto livre, em que o narrador dá conta daquilo que diz (ou pensa) a amiga de Mena, ao ver Elias: "Julgaria o idiota que Mena era tão ingénua que se iria esconder no Bolero (Norah ignorava que ela estava presa) ou vinha simplesmente para a chatear lá porque era amiga da moça?" (BPC, 199). A locutora não aceita esta razão para Elias a "chatear". Segundo Lopes, O., em latim, estas causais não assumidas pelo L vão para o modo conjuntivo, como se se dissesse, em português: "porque fosse amiga da moça".

A PM sugere que a causal que se lhe segue não é motivo suficiente para um certo estado de coisas constatado. Neste caso, ser "amiga da moça" não é razão suficiente para que Elias Santana incomode Norah (pelo menos, na opinião dela).

Numa crónica de Maria Judite de Carvalho (in A Janela Fingida, Seara Nova, 1975), encontramos a seguinte passagem: "É uma estupidez pensar que um rapazinho lá porque tem só a 4ª classe, lá porque guarda ovelhas no fim do mundo, não pode ter já o seu gosto e esse gosto não pode ser certo." Não é de espantar este "lá" oralizante aqui, já que são próprios da crónica o tom ligeiro e a linguagem familiar, coloquial, característica de quem está a falar com o leitor. Este "lá" equivale a só: ter apenas a

4ª classe e guardar "ovelhas no fim do mundo" não são motivos bastantes, não são razões ou causas suficientes para se não ter um gosto literário certo, na opinião do locutor. Há uma causa-razão que o L não assume como suficiente.

RESUMINDO:

1. No grupo 1., foram incluídas ocorrências que transmitiam, sobretudo, a ideia de cumprimento de uma expectativa;

2. No segundo conjunto, agrupam-se frases quase sempre de tipo imperativo, em que o "lá" era ou reforço da ordem ou atenuação da mesma, busca de compromisso entre L e A;

2.1. Neste subgrupo, já não há valor de injunção.

3. O "lá" do terceiro grupo é típico da terceira pessoa e marca o distanciamento afectivo de L em relação a essa terceira pessoa;

3.1. Em 3.1., incluíram-se exemplos em que o "lá" reforça a ideia de distância, sobretudo temporal, a que determinado estado de coisas está do tempo da enunciação.

4. No quarto conjunto, reuniram-se as ocorrências que tinham valor de negação.

5. No grupo 5., "lá" equivale a quanto a e introduz um tema novo.

6. As expressões não + V + lá + muito + adjectivo/adverbio e não + é + lá + por + infinitivo têm função de atenuação.

7. Em vez de partícula modal, o "lá", no sétimo grupo, funciona anaforicamente.

8. Lá porque = só, apenas porque.

CONCLUSÃO:

Antes de concluirmos este capítulo sobre o uso de "cá" e de "lá" nos dois romances que nos ocupam, passaremos em revista, ainda que brevemente, duas palavras que, em certos aspectos, se aproximam daquelas: "aí" usado (sobretudo) anaforicamente e "sempre" enquanto partícula modal.

Nos exemplos que recolhemos, "aí" não é um advérbio de lugar, não indica o espaço próximo do alocutário, da segunda pessoa. Parece antes ter determinado comportamento anafórico, retomar um elemento anterior, servindo assim para assegurar a coesão do discurso. Segundo informação de Lopes, O., no português antigo, "aí" (como "isso") são frequentemente anafóricos (cf. francês "y", vindo do latim "ibi").

Quando em OCPA, o médico discute com o abade, na Ricoça, temos a seguinte passagem: "O doutor então, seguindo a sua ideia, discursou contra a preparação e educação eclesiástica:

- Aí tem o abade uma educação dominada inteiramente pelo absurdo: resistência às mais justas solicitações da Natureza, e resistência aos mais elevados movimentos da razão." (OCPA, 468).

"Aí" remete para "a preparação e educação eclesiástica", contra as quais o doutor discursou, marcando bem o seu distanciamento intelectual e moral em relação a elas. Este "aí" está, ainda, frequentemente, de certo modo, a indicar algo de próximo da segunda pessoa.

Quando o inspetor Otero repete "O que aí vai, o que aí vai" (BPC, 93), "aí" quer dizer: nas palavras do parágrafo anterior que transmitem os sentimentos do próprio inspetor, de cujos excessos Otero se pretende, logo a seguir, distanciar, acalmando-se ("murmura o inspetor Otero para se sossegar").

A expressão "o que aí vai" (com uma entoação particular) usa-se frequentemente para sugerir que as palavras anteriormente proferidas (geralmente pelo interlocutor) são excessivas para se referirem ao estado de coisas em causa.

Também pertence ao romance de Cardoso Pires a expressão "para aí sim" que, muito utilizada no nosso discurso oral, indica que L dá assentimento à última explicação fornecida (por ele mesmo ou pelo interlocutor) para um dado estado de coisas que se trataria de explicar. Vejamos o exemplo da página 215 de BPC: "Digamos antes que se encontra em matinas de adultério dentro duma perfumada, se ele assim se pode exprimir. Para aí sim, e que

deus lhe dê uma boa saraivada de negas são os desejos do Covas." "Aí" reenvia para "em matinas de adultério dentro duma perfumada" ou seja, Covas inclina-se para esta hipótese, como explicação para o facto de Otero não atender o telefone. A expressão "para aí sim" indica que outras explicações são possíveis ou foram já apontadas para justificar o estado de coisas em causa, só que, na opinião de L, menos plausíveis do que a hipótese que o "aí" retoma. Estamos perante um locativo textual, não claramente modalizado, ao contrário do exemplo anterior.

Comentando a eficiência da Pide que localiza Mena a partir de um simples telegrama, diz-se, nas páginas 242-243 de BPC: "E se em vez de telegrama tivesse recorrido ao telefone, pior ainda, aí é que ela nem teria tido tempo de desligar". "Aí" poderia ser explicitado desta forma: nesse caso, nessa alternativa. Quer dizer: "aí" retoma "se, em vez de telegrama, tivesse recorrido ao telefone". (Neste exemplo, a modalização, ou função pragmática é também pouco nítida).

Uma última ocorrência: "E quando é para serviço de Deus, é uma arma. Aí está o que é - a absolvição é uma arma!" (OCPA, 116). O "aí" remete para a asserção anterior, para "é uma arma", para um certo lugar do discurso ou, melhor, da argumentação de L. A valoração (ou admiração) é, neste caso, muito sensível. Lopes, O. (1986a: 115) afirmou já que "aí" podia "referir-se a momentos de uma história, de uma fala ou de uma argumentação", como quando, dirigindo-se mentalmente a um monumento de Lisboa, Elias (o narrador?) "diz": "Os sucos, os sucos é que quanto a ele comandam a psicologia do vivente e aí, Sábio Irmão, aí é que não há medicina do Além que vá mais longe." (BPC, 248). "Aí" quer

dizer nos sucos, quanto aos sucos, nisso de que acabei de falar, que é o tema do meu enunciado. Há uma certa ênfase valorativa, com concomitante expressão supra-segmental (elevação da voz, por exemplo).

Um dos usos possíveis de "aí", agora já não anafórico, assemelha-se ao do "lá" que desencadeia uma implicatura convencional, o "lá" que indica cumprimento de expectativa: "Tudo parado a não ser o melro. Ele aí está novamente e agora em delírio de não mais acabar." (BPC, 228). Poderíamos também dizer: "Lá está ele novamente...". O "aí" não funciona, nesta ocorrência, de modo inequivocamente anafórico, não remete para nenhum outro lugar do discurso. Indica sobretudo que, para L, era previsível que o melro recomeçasse a cantoria e, portanto, esse recomeço apenas vem confirmar as suas expectativas.

Os dois últimos exemplos são ainda de BPC: "Cinco quilômetros, não?, torna o chefe de brigada. E o outro: Menos. Três quilômetros, para aí." (42). L rectifica o cálculo do seu interlocutor, mas não tem a certeza de que a sua avaliação seja rigorosa (cf. "para"). "Para aí": "para" equivale a "mais ou menos", e "aí" retoma anaforicamente "três quilômetros" e talvez sirva para atenuar a secura da rectificação, sendo, sem dúvida, um locativo textual.

A mesma imprecisão, indeterminação, não já na medida do espaço mas agora na do tempo, sugere o "aí" na seguinte passagem: "Aí pelo meio da torrada chega o pintor Arnaldo que anda a cumprir a penitência de noivo da esfinge, aviando versos sociais ao domicílio". "Aí" mitiga a localização temporal que se lhe

segue, marcando alguma incerteza de L quanto ao rigor da primeira parte da afirmação. Poderia ser substituído por "lá", assim: "Lá para o meio da torrada...".

As seis ocorrências de "sempre" que irão ser examinadas pertencem, todas elas, a OCPA, mas também hoje se usa a palavra com os mesmos valores. "Sempre" encaixa, aliás, perfeitamente na categoria das partículas modais, como Franco, A.C. (1986) mostrou.

No primeiro exemplo, "sempre" sugere o cumprimento de uma expectativa, a confirmação de um dado estado de coisas (no exemplo que vamos ver, o adultério da mulher do regedor transviada pelo Teles), acerca do qual ainda havia dúvidas. " - Sempre é o que se dizia da mulher do regedor - murmurou a boa senhora." (OCPA, 198). L confirma as suspeitas da opinião pública várias vezes já veiculadas pelo narrador e a PM usa-se para mostrar que essas suspeitas existiam, mas por confirmar, há já bastante tempo.

Nos restantes exemplos, o que se passa é o seguinte: L apresenta, depois de "sempre", um argumento forte para uma determinada conclusão que quer ver o interlocutor extrair. Equivaleria à expressão "apesar de tudo", como se fossem apresentados (ou subentendidos) argumentos de sinal contrário, mas menos válidos do que aqueles que "sempre" introduz. A oração subentendida deveria ser, talvez, concessiva. Vejamos o exemplo da p.401 de OCPA. Perante as palavras de Amaro que tenta consolar o sineiro pela morte da filha entrevada, replica este: " - Sempre

era viver, senhor pároco... É eu, veja agora isto, sozinho de dia e de noite!". Subentendemos uma concessiva deste tipo: "embora a Totó estivesse paralítica..."

Quando Amaro diz, acerca das missas cantadas, " - Sempre é mais bonito" (OCPA, 54) sugere que, apesar dos argumentos já apresentados a favor da simplicidade da religião aldeã, ele prefere a grandiosidade das cerimónias mais cosmopolitas. A concessiva está subentendida, mas creio ser útil lembrar qual é, para Ducrot, O., o valor estratégico da concessão: "Pourquoi un locuteur, cherchant à faire admettre quelque chose, croit-il bon de reconnaître, de concéder, qu'il y a des objections à ce qu'il affirme, - sans prendre la peine de les discuter? (...)

D'abord, en signalant des objections à sa propre thèse, on se donne une apparence d'objectivité: on se présente comme étant capable d'envisager d'autres points de vue que le sien. Par là même, on valorise son point de vue, qui semble issu d'un effort de clairvoyance, d'honnêteté, et non pas d'un parti pris. (Ducrot, O., 1980: 225).

A PM "sempre" aparece em situações em que L tenta fazer valer o seu ponto de vista, tenta convencer o interlocutor da validade dos seus argumentos e indica que, apesar de tudo o que se possa dizer em contrário, nada invalida a opinião de L: " - Tu tens aí um piano, porque não mandas ensinar a rapariga? Sempre é uma prenda! Olha que lhe pode servir de muito!" (OCPA, 77).

O que se passa com as ocorrências das páginas 60 e 115 de OCPA é semelhante: L apresenta o argumento decisivo, estando, geralmente, os argumentos contrários apenas subentendidos.

Depois do que ficou escrito sobre as partículas "cá" e "lá", resta confrontá-las, já que possuem, quanto ao seu funcionamento pragmático, três pontos em comum, diferenciando-se, no entanto, em alguns aspectos, e nos variadíssimos matizes específicos de que, a seu tempo, fomos dando conta.

1. Uma das zonas comuns a ambas as partículas é a ideia de cumprimento de uma expectativa anterior, a sugestão de que se realizou uma dada acção, apesar de haver algumas razões que poderiam justificar que ela não se realizasse. Este sentido é muitíssimo mais frequente com a partícula "lá" do que com a partícula "cá". De facto, "cá" a indicar o cumprimento de uma expectativa surgiu-nos poucas vezes e sempre sugerindo, também, a envolvência afectiva do locutor naquilo de que está a falar. Acontece que, muitas das vezes em que o "lá" nos apareceu, com este valor, poderia ser substituído pelo "cá", sem prejuízo do sentido. As partículas parecem, aqui, intermutáveis.

2. Um outro ponto de semelhança de funções entre "cá" e "lá" é que "cá" demarca afectivamente o lugar do "eu", tem a ver com a assunção do sujeito enunciador no discurso, com a proximidade de L em relação àquilo de que fala, com a ênfase, em suma, da 1ª pessoa, e "lá" relaciona-se com a terceira pessoa ou a não-primeira pessoa, sugerindo o distanciamento psíquico entre o locutor e essa não-pessoa. Há claramente dois territórios em causa: o da 1ª pessoa e o das outras pessoas. E as PMs "cá" e "lá" entram em jogos subtis de aproximação/afastamento entre os interlocutores, entre L e aquilo de que fala. O "eu" é uma espécie de centro aferidor, de ponto de referência, irradiador de subjectividade, reforçada pela PM "cá", enquanto o "lá" sugere

distância (espacial, temporal, afectiva, judicativa ou outra). No fundo, as ocorrências dos grupos 1., 2. e 3. de "cá" remetem, embora com as especificidades já referidas, para a demarcação do território da lâpessoa, e, em vários dos grupos em que foram agrupadas ocorrências de "lá" (nomeadamente, nos grupos 2., 3., 4., 6. e 8.), a PM sugere, com as diferenças já assinaladas, distanciação em relação ao "eu". Parece pois que, de advérbios de lugar, estas palavras foram tendo o respectivo sentido progressivamente alargado a valores temporais, de envolvimento afectivo, intelectual, moral. É este o uso mais frequente de "cá" modal e um dos mais correntes de "lá" partícula que tem, no entanto, uma muito maior diversidade de utilizações. Nestes casos, as partículas não podem comutar, porque os territórios pessoais são sempre razoavelmente demarcados e distintos.

3. Por último, temos ainda um caso em que "cá" e "lá" funcionam de forma análoga: aquele em que a partícula se situa depois do verbo no imperativo. Só que, enquanto o "cá" pretende sugerir a aproximação L-A, e atenuar a ordem, esbatendo a distância social, hierárquica, que separa os interlocutores, porque aproxima o outro do terreno do "eu", "lá", além deste sentido, tem também um outro, precisamente o contrário deste, ou seja: de reforço da ordem, pela ênfase da distância entre L e A.

Nos restantes aspectos, as partículas têm usos específicos apontados ao longo do capítulo ("lá" funciona, também, como anafórico) que atestam a vitalidade e o carácter polifacetado destes elementos da língua.

Notas do capítulo I.

(1) Estas ocorrências serão, por questões metodológicas, estudadas no fim.

(2) Em um dos contos de Jogos de Azar (5ª edição, 1985:183) encontrei a seguinte ocorrência: "Tudo raça a raça da gaja é que fez isto cá ao rapaz", em que a estrutura que nos ocupa traduz o orgulho machista e gabardia de determinada personagem masculina.

(3) Qualquer discurso é sempre atravessado por outros discursos, ou pelo discurso do outro, pelo menos na medida em que não pode ser atribuído apenas ao L, porque é constituído, também, por uma orientação para o A, cuja "compréhension répondante" (Authier-Revuz, 1982: 119) o L antecipa.

(4) Roulet, Eddy (1990) chama-lhe "distanciador".

(5) Du, na página 165 de Jogos de Azar: "eu cá tenho as minhas razões".

(6) "Essa cá me fica" pode referir-se a uma coisa que o locutor, ofendido, ameaça reter na memória para eventual vingança ulterior.

(7) O carácter enfático deste tipo de metáforas foi estudado por Fonseca, Joaquim (1987), no artigo "Sintaxe, Semântica e Pragmática das Comparações Emblemáticas e Estruturas aparentadas".

(8) Neste caso, "leão".

(9) A força do "leão" é uma propriedade inerente ao animal. Parece até que "força" é assinalada por um hieróglifo representado por um desenho esquemático de um leão, na escrita egípcia mais antiga.

(10) Em português, usar-se-ia o plural: "Tenho uma destas sedes!", "Estou com uma destas dores de cabeça!".

(11) É difícil ser-se numericamente preciso a este respeito, já que, no romance de Caracac Pires, as "vozes" se misturam constantemente.

(12) Parece haver outros, mas não é esse o objecto desse estudo.

(13) Segundo o Professor Oscar Lopes, "em termos de psicopatologia é um texto double-bound, preso entre duas solicitações opostas".

(14) Sugestão da Dra. Fernanda Dantas, em 22.11.86.

(15) Há pessoas que principiam a ralar com outras, quando elas reincidentem num erro ou num hábito, assim: "Lá estás tu!".

(16) É mesmo de esperar que se cumpra, porque, se está em jogo uma implicatura convencional, como julgamos, ela não pode ser cancelada.

(17) Como acontecia com as ocorrências de "lá" reunidas no grupo 4.

(18) Refiro-me à taxonomia de 1976 em que Searle reduz a quatro os critérios usados em 1969, obtendo, com a aplicação desses critérios, os seguintes actos: expressivos, promissivos, directivos, assertivos, declarações e declarações assertivas.

(19) Foi a Dra. Fernanda Dantas quem, em 22.11.88, me chamou a atenção para esta coexistência.

(20) "Vamos lá a saber" como intróito a uma pergunta aproxima-se, na intenção do interrogador, de uma espécie de incoativo ou inceptivo de "saber": "principiemos a saber".

(21) Embora também apareça junto da segunda pessoa ("Tu lá sabes", "isso é lá contigo"), só nos surgiram, no corpus estudado, exemplos em que o "lá" vinha junto da terceira pessoa (neste grupo 3., especificamente).

(22) Mas, curiosamente, este "lá" aparece muito, por exemplo, nos diálogos dos romances de Julio Dinis. Portanto, é preferível não tirar ilações do facto de este uso específico do "lá" ser pouco frequente no romance de Eça.

(23) Veremos, adiante, alguns aspectos do funcionamento do "ai".

(24) Segundo Lopes, O., "este "lá" é um locativo de lugar textual. Em latim, "locus" podia significar "passagem" de um texto narrativo ou argumentativo, e era então masculino (e não neutro) (no plural: "loci communes", "loci selecti", etc)".

Capítulo 2.: "Ora".

0. A partícula "ora", que só se encontra quatro vezes no romance de José Cardoso Pires, aparece sessenta e duas no discurso das personagens de OCPA, sendo três delas em discurso indirecto livre, uma em uma carta e as restantes em discurso directo. O emprego de "ora" é muito variado, e apresenta diversas facetas, quase todas só explicáveis no contexto. Tentou-se, mesmo assim, agrupar as diferentes ocorrências em zonas que pareciam relativamente comuns e formar dois grandes grupos: um, dos usos interjectivos da partícula (subdividido em quatro zonas) e outro em que "ora" é um conector a ligar duas entidades semânticas.

1.

1.1.

De entre os vários exemplos recolhidos, comecei por procurar perceber aquela utilização, "interjectiva", que sugere repúdio, despiciência ou simples desaprovação do emissor relativamente ao discurso anterior do seu interlocutor, ou à realidade para a qual esse discurso remete. Perante uma intervenção inicial do alocutário, o locutor produz uma réplica que se inicia pela partícula em causa, ou a inclui, mesmo que não seja no princípio. "Ora" poder-se-ia considerar, nestes casos, um indicador atitudinal, já que deixa transparecer a posição afectiva, judicativa-valorativa do locutor em relação àquilo de que está a falar. Mas, aí, verifiquei que havia uma espécie de graduação,

pois nem todas as ocorrências de "ora" sugeriam igual intensidade de indignação por parte do falante e havia até "ora"s que, embora interjectivos também, já não sugeriam contra-valorização alguma, bem pelo contrário.

Pensei, então, organizar um tipo de escala ordinal que fosse do mais para o menos forte do ponto de vista da manifestação da discordância do emissor da mensagem que contém "ora", relativamente ao discurso do outro, ou à realidade para que esse discurso aponta. Por isso a interpretação do "ora" exigiu, quase sempre, uma referência à situação de enunciação. Como diz Bakhtine (in Todorov, T. , 1981: 191) a propósito de "Voilà!", "la situation s'intègre à l'énoncé comme un élément indispensable à sa constitution sémantique."

No ponto mais elevado da escala, estariam onze ocorrências de "ora". Através delas, o loquente sugere repúdio, indignação, desprezo e até mesmo impaciência, inclusivé ódio , revolta, relativamente a algum facto da realidade, ou ao que fora dito anteriormente, ou a ambos em simultâneo. Lembra o uso minhoto de "agora" com o -a inicial aberto, aproximação que Lapa, Rodrigues (1977) também faz, o que sugere não ser mera coincidência o parentesco etimológico das duas palavras.

O "ora" pode ainda indiciar que se vai argumentar contra o discurso do interlocutor, ou que já se argumentou, refutando-o, sendo nesse caso a expressão que contém a partícula uma espécie de ponto final que não admite réplicas. Ou seja: o "ora" seria, aqui, uma espécie de marcador de conclusão (cf. Rubattel, C., 1982), partícula que desempenharia um papel importante naquilo a que Goffman, E. (1987: 27) chamou "le découpage de la

conversation". Os argumentos que o interlocutor tinha usado anteriormente (este é um discurso polémico) são resumidos, pelo emissor, em fórmulas com uma carga afectiva francamente depreciativa, como:

"ora"	"histórias" (três vezes) "essã" (quatro vezes) (1) "o despropósito" (uma vez) "a tolice" (uma vez).
-------	--

Só em duas ocorrências o "ora" não vem seguido de uma palavra que lhe reforce a carga semântica de repúdio. Mas, mesmo numa dessas ocasiões do romance, a expressão "essa pieguice" tem igual sentido depreciativo, em referência às palavras anteriormente proferidas pelo outro (2):

" - Credo, mano, que até lhe fica mal! - exclamou D. Josefa tomada de escrúpulos.

- Ora, mana, deixemos essas pieguices para a Quaresma! Digo "cos diabos!" e repito "cos diabos!" (OCPA, 228-229).

Note-se que o emissor da mensagem que inclui o "ora" (sempre nesta primeira acepção) está num plano hierarquicamente superior ao interlocutor. Este "ora" revela, de certo modo, uma relação de força, de poder, como se tentará mostrar. (Ao estudar ocorrências efectivas de "ora", no discurso, apercebi-me da importância de uma análise das condições sociais da palavra):

Loquente: Padre José Miguéis	Amaro	cónego Dias	
↓	↓	↓	
Alocutário: beatas	Amélia	coadjutor	
		(2 ocorrências)	
cónego Dias	cónego Dias	D. Josefa	D. Josefa
↓	↓	↓	↓
pároco	mana Josefa	Amélia	João Eduardo
(2 ocorrências)	(2 ocorrências)		

Apenas uma ocorrência funciona, talvez, de forma algo diferente. Na p. 441 (sempre de OCPA), Amélia parece estar em franca desvantagem relativamente ao interlocutor: Amaro. Mas o texto dá-nos conta da estranheza de que se reveste a indignação presente no desabafo da moça, através da expressão: "sem se conter". Assim, deixa crer que, submetida cegamente ao poder de Amaro, teria sido natural e previsível que Amélia se tivesse contido, como se só aos mais fortes, aos que dominam nas relações, fosse dado explodir e discordar do discurso do outro. Vem a propósito citar Ducrot (1980a: 126): "Tout acte de parole est compris comme comportant des prétentions; prétention, d'une part à être légitime, à avoir le droit d'être accompli, bref à être autorisé, et d'autre part à faire autorité, c'est-à-dire à inflechir les opinions ou les comportements verbaux ou non verbaux du destinataire: un ordre demande à être obéi, une question à recevoir une réponse, une assertion à orienter l'interlocuteur vers certaines conclusions". Amélia pretende, talvez, numa explosão emotiva que momentaneamente a superioriza, modificar a atitude de indiferença de Amaro relativamente à sua situação desesperada: grávida e abandonada, protesta contra o desprezo do sedutor.

As expressões que introduzem os diálogos de que fazem parte estes "ora"s reforçam, plausivelmente, a hipótese exposta:

1. O Padre José Miguéis scandalizava as beatas "rosnando" (OCPA, 16);
2. O cônego, ao falar com o coadjutor, sugere a solenidade das suas palavras parando ("tinha parado") (OCPA, 20);

3. Amélia, perante a indiferença de Amaro, "sem se conter, exclamou" (OCPA, 441);
4. Confrontada com a ideia de Amélia trazer o piano para a Ricoça, D. Josefa protesta: "a velha exclamou com azedume" (OCPA, 404);
5. Escandalizada com a opinião do escrevente, D. Josefa "gritou (...) voltando-se bruscamente para João Eduardo" (OCPA, 166);
6. O cónego Dias "replicou (...) com um azedume de raiva concentrada" (OCPA, 172);
7. Amaro insurge-se contra as perguntas de Amélia: "Sabes que mais? - dizia ele furioso - Sebo!" (OCPA, 363);
8. O cónego, espantado pelas palavras de Amaro, "arregalou os olhinhos sonolentos" (OCPA, 131); (sublinhados meus).

Bakhtine, M. (1977: 166) chama justamente a atenção para a importância da relação entre discurso directo e o contexto narrativo que o envolve: "L'erreur fondamentale des chercheurs qui se sont déjà penchés sur les formes de transmission du discours d'autrui, est d'avoir systématiquement coupé celui-ci du contexte narratif". E, mais à frente: "Et pourtant, l'objet véritable de la recherche doit être justement l'interaction dynamique de ces deux dimensions, le discours à transmettre et celui qui sert à la transmission. (...). Le discours rapporté et le contexte de transmission ne sont que les deux termes d'une interrelation dynamique".

Em duas ocorrências, o diálogo não é introduzido, nem comentado, por qualquer expressão do narrador.

A palavra "ora", nesta acepção, ocorre sempre em frases de tipo exclamativo, em que é predominante a função emotiva ou expressiva da linguagem, e que traduzem o espanto, a perplexidade mal-humorada do loquente em relação ao discurso precedente do alocutário. Salienta-se, portanto, neste "ora", uma função predominantemente interjectiva. Não nos esqueçamos, no entanto que, como afirma Anscombre (1983: 78), o facto de nos espantarmos com o estado de coisas para que p remete, pode ser um modo indirecto de negar ou recusar p. As interjeições seriam, segundo o mesmo linguista (1980: 118), marcadores de derivação, "ce qui fait apparaître l'acte d'exclamation comme probablement primitif". O "ora" marcaria então um acto de discordar, um acto de refutação polémica, derivado de um acto exclamativo primitivo.

Na opinião de Ducrot (1980a: 133), seriam duas as propriedades complementares da interjeição, ambas presentes nos casos agora estudados: "L'une, négative, est qu'elle ne se présente pas comme destinée à fournir une information à l'auditeur - bien qu'elle puisse en apporter une et que l'intention non avouée de l'énonciateur puisse être de l'apporter. L'autre, positive, est qu'elle se présente comme arrachée au locuteur par la situation, c'est-à-dire, comme une espèce de cri". Notemos, no entanto, que as interjeições estão fonologicamente mais ou menos "codificadas" em cada língua e, por isso, não se confundem com um grito: informam sempre o interlocutor acerca de um valor judicado, daquilo que as motiva. Ducrot (1972: 19) reconhece, aliás, esta variação das interjeições de uma língua para outra.

1.2.

Apesar das especificidades que irão sendo referidas, foram incluídas dezoito ocorrências de "ora" no grau seguinte da escala proposta. Nestes casos, não está contido tanto repúdio, tanta indignação do locutor, mas, pelo contrário, bastante brandura e condescendência, uma discordância leve e, por vezes, até alguma complacência. No entanto, o sentido geral é idêntico aos dos onze casos analisados em primeiro lugar, - o loquente mostra o seu desacordo através do "ora" -, razão pela qual, metodologicamente falando, se estudaram a seguir àqueles, já que são, como eles, indicadores atitudinais.

Se, no primeiro grau da escala, a intervenção que continha o "ora" era introduzida (ou comentada) por palavras do narrador que sugeriam o desagrado evidente do emissor da mensagem, tal já não acontece neste segundo conjunto. Uma dose de boa disposição, o carácter cordato, nada polémico das personagens, às vezes de uma brandura bem portuguesa, estão visíveis nas seguintes expressões que imediatamente precedem ou seguem a fala que contém o "ora":

1. "O rapaz rechonchudo ria-se:" (OCPA, 54) (3);
2. "- disse ele com o seu riso grosso." (OCPA, 79);
3. "O velho sorriu-se:" (OCPA, 79) (3);
4. "- disse-lhe o pároco, rindo." (OCPA, 305);
5. "O velho pôs-se a sorrir:" (OCPA, 78) (3);
6. "- fez o padre, sorrindo, (...)" (OCPA, 319);
7. "Ele galhofou:" (OCPA, 441) (3);
8. "e agitava o seu leque de seda preta" (OCPA, 90-91);
9. "Gertrudes animou-a." (OCPA, 420); (sublinhados meus).

Se tivermos em conta que quatro das intervenções que incluem ocorrências de "ora" não são anunciadas por qualquer expressão do narrador, e que outras cinco são introduzidas por verbos tão neutros e descoloridos como "disse" (duas vezes) ou "exclamou" (três vezes) (4), talvez possamos concluir que há, relativamente ao contexto, uma diferença geral de tom em comparação com os onze primeiros exemplos estudados. Provavelmente, porque não é em momentos de grande tensão que estes "ora"s surgem, mas antes de uma certa descontração da intriga.

Agora, já não existe uma relação clara de poder entre os dois (ou mais) interlocutores em causa. Não é o mais forte que utiliza o "ora", desqualificando e arrumando os argumentos de quem lhe é hierarquicamente inferior. Neste segundo conjunto do ponto 1., como se procurará mostrar, ou há uma relação de igualdade entre as personagens, ou há uma forte ligação afectiva que impede a violência do discurso e adoça a linguagem, ou há até um outro factor a ter em conta: a sedução. De uma forma subtil, o discurso transforma-se em argumento a favor de uma determinada solução.

Vejamos então que relações existem entre os interlocutores em cujas falas se incluem estas dezoito ocorrências de "ora", já que "1. nous étudions des mots qui ne sont pas destinés à apporter des informations, mais à marquer le rapport du locuteur et de la situation;

2. nous analysons la valeur de ces mots, non pas dans des phrases isolées, mais dans des emplois dont la compréhension requiert l'examen détaillé de la situation." (Ducrot, 1980a: 131).

Entre o "rapaz rechonchudo" e a condessa que ele trata por "prima", há igualdade de status e de tratamento, e mesmo se o "ora" está repetido, isso não reforça, antes parece diluir a discordância do rapaz relativamente aos encantos da religião simples das aldeias (cf. OCPA, 54).

A mesma igualdade existe entre a bonita Teresa e o ministro a que ela chama "sr.Correia". Se Teresa manifesta a sua discordância por o ministro sugerir que Amaro é muito novo, fá-lo de modo a lisonjear o ministro, dizendo: "Ora, sr.Correia! - e o senhor não é novo?". O seu discurso tenta ser agradável ao sr.Correia. para melhor o seduzir ("batendo-lhe com o leque no braço" [OCPA, 57]): Teresa quer convencer o ministro a conseguir, a obter o lugar de Leiria para Amaro.

Quando o chantre se dirige a Amélia, embora diga "Ora essa!" por ela lhe ter pedido umas meias de lã, fá-lo com a condescendência terna de um pai (cf. OCPA, 79). O facto de manifestar espanto pelo desejo aparentemente disparatado da moça é uma forma subtil de acentuar a sua própria generosidade ao satisfazê-lo.

Apesar de quase receber esmola de Amélia, Tio Cegonha situa-se ao mesmo nível da discípula, porque ele é o mestre, o que detém o saber, e porque ela o trata com um carinho quase filial, pretendendo substituir a filha perdida do professor da música. O velho relativiza sempre, apagando-se com humildade, a importância daquilo de que se está a falar:

. ou da utilização inadvertida da sua alcunha por Amélia (OCPA, 78);

. ou do dinheiro que recebe no cartório (OCPA, 79);

. ou da impossibilidade de essa quantia lhe chegar para viver (OCPA, 79).

É, talvez, o apagamento humilde do Tio Cegonha que o "ora" veícula, a nível das suas palavras.

Sobretudo na última ocorrência referida, o "ora" equivale quase a um "não" que o discurso do Tio Cegonha rejeita para evitar chocar Amélia. Como se sabe, a negação explícita não é a única forma linguística de refutar.

Na p. 420 de OCPA, em discurso indirecto livre, diz-se que Gertrudes "animou" D.Josefa. O "ora" utilizado pela criada já não revela repúdio relativamente ao interlocutor, mas apenas uma espécie de censura, de ralhete brando, duplamente justificado: porque Gertrudes é a criada de D.Josefa e porque esta é uma velha senhora doente e que se trata, na ocasião, de animar, contrariando o seu anterior desabafo pessimista: "A velha rompeu a choramingar, muito excitada:

- Ai, o que Deus me guardou para os últimos anos da vida...

Gertrudes animou-a. Então, senhora, que até lhe fazia pior estar-se a afligir assim... Ora o disparate!" (OCPA, 420).

Entre a S.Joaneira e a sua amiga sra. D.Maria da Assunção existe também certa igualdade de condição (de status) e se a S.Joaneira exclama "Ora essa!...", é com um misto de incredulidade face à interpretação que a amiga dá ao desmaio de Juliana e de vaidade pelo sucesso da filha aos olhos de Agostinho, que tinha "um par de mil cruzados" (OCPA, 85).

Por outro lado, o "ora" atribuído a Agostinho trai a sua indiferença relativamente a Juliana e sugerindo até desprezo, é mais um elemento de sedução a utilizar em relação a Amélia a quem quer lisonjear, como forma de confessar o seu amor (OCPA, 85).

Tal como no caso da p. 79, também na p.91 do mesmo romance o "ora" de Amélia equivale a um "não" ("fazendo um indolente gesto de negativa"). A partícula indicia, aqui, o pouco entusiasmo de Amélia por João Eduardo, o seu falso recato de menina que finge não acreditar no interesse que o rapaz manifesta por ela. Amélia diz "ora" em vez de "não" porque está receptiva a qualquer namoro, depois dos acontecimentos da Vieira. Como aliás diz, também ao escrevente, "ora essa!", para mostrar que não tem nenhuma razão para se rir dele.

A tolice de que, na p. 97, a S.Joaneira fala a Amaro é a familiariedade que Amélia revela ao pedir ao pároco para lhe segurar a meada que vai dobar. A "tolice" era pequena e a repreensão é muito leve, muito condescendente e maternal, sugerindo o "ora" que só na aparência a atitude de Amélia scandalizou a mãe.

Amaro acalma o medo exagerado de Amélia que se assustara com o incómodo da mamã, com um "ora" "desportivo" (cf. OCPA, 305) que sugere indiferença, desprezo e minimaliza a indisposição da S.Joaneira, talvez para animar a menina inquieta. Nesta hipótese, estaria muito próximo do "ora" de Gertrudes acalmando D.Josefa.

O mesmo Amaro tenta aplainar as dificuldades dos seus encontros futuros com Amélia na caso do sineiro, fingindo renunciar aos confortos humanos através de um "ora" depreciativo,

com o qual arruma as preocupações do Tio Esguelhas relativamente à pobreza da mobília. É um "ora" de sedução, já que Amaro quer conquistar a simpatia (e a casa) do sineiro. O pároco pretende aparecer como igual ao sineiro na sua capacidade de viver sem as comodidades do mundo (cf. OCPA, 319).

Na p. 344, Amaro procura acalmar os escrúpulos religiosos de Amélia por experimentar abusivamente uma capa bordada de Nossa Senhora. Se é verdade que Amaro está numa posição de domínio relativamente à rapariga ("não seja tola"), também é verdade que está cativo e o seu discurso apresenta-se repassado de sedução e desejo: " - Oh filhinha, que linda que ficas!".

Se estas análises rápidas das motivações psicológicas das personagens parecem forçadas, talvez no entanto indigitem num sentido justo. Como diz Ducrot (1980a: 22), "attribuer un sens à un énoncé (...) c'est chercher pourquoi l'énoncé a été produit."

Apesar de Dionísia ser criada de Amaro, quando lhe vem anunciar que João Eduardo está em Leiria, o "ora essa!" exclamado pelo pároco (OCPA, 417) revela mais incredulidade, espanto, do que qualquer repúdio pelas palavras da mulher. Está muito próximo de um uso interjectivo, exclamativo da partícula. É quase um grito, uma expressão que o locutor deixa escapar irreprimivelmente, sem qualquer intenção informativa. Neste caso, Amaro revela espanto e amargura por João Eduardo ter aparecido quando já não fazia falta, ele que fora tão procurado e teria sido tão útil se tivesse regressado uns meses antes. Está provavelmente próximo do seu primitivo uso temporal: agora, neste momento. Por outro lado, Amaro admira-se de ter estado justamente a falar do escrevente antes de lhe chegarem notícias dele por

Dionísia. É esta coincidência que revolta o pároco. Ele não se mostra indignado com as palavras da criada, mas sim com o estado de coisas que elas referem.

Quando Amaro diz a D.Josefa e a Amélia "Ora, as senhoras não precisam cá de mim." (OCPA, 441), estimula que lhe digam precisamente o contrário ("galhofou"), dá a entender que espera ser desmentido - o que D.Josefa, de facto, faz imediatamente a seguir. O "ora" pretenderia também ser uma marca de modéstia relativamente à desolação e à tristeza manifestadas pela senhora quanto à anunciada nova ausência do pároco, e à revolta não disfarçada de Amélia contra a indiferença de Amaro. Talvez este esteja a viciar a máxima griciana da qualidade, e as suas palavras implicitem, conversacionalmente, o contrário daquilo que ele diz. As exigências rituais a que Goffman, E. (1987: 23) se refere contemplam, aliás, esta situação: "qui dit du mal de lui-même, doit espérer qu'on lui en dira le contraire".

O "Ora essa!" (OCPA, 462) de Amaro em resposta à desconfiança de D.Maria da Assunção de que o confessor pudesse estar distraído, equivale a uma negativa, mas sugere também alguma indignação de Amaro pela suspeita da velha beata. Apesar de ele estar revestido de autoridade, porque é seu confessor, ela também o é, visto ser a maior receita da paróquia - daí que haja quase um discurso de compromisso: a senhora permite-se desconfiar; Amaro permite-se manifestar a sua indignação por essa desconfiança.

A igual autoridade dos interlocutores deve-se, portanto, a que pertençam à mesma família (por exemplo: o "rapaz rechonchudo" e a prima, S.Joaneira e Amélia), ou a que mantenham, não sendo da

mesma família, laços afectivos de tipo quase familiar. Por exemplo: o chantre e Amélia ou o Tio Cegonha e Amélia têm relações de tipo pai-filha: nenhum dos dois homens tinha filhas (o Tio Cegonha "perdera" a dele) e Amélia era órfã de pai. Amaro e Amélia mantêm uma relação quase conjugal (cf. OCPA, 305), pelo menos a partir de certa altura.

Há também laços de proximidade social que explicam o tom não polémico do "ora" de que nos ocupamos: Teresa e o ministro, a S.Joaneira e a sra.D.Maria da Assunção, Agostinho e Amélia, Amélia e João Eduardo (estas últimas relações são facilitadas pelo facto de os interlocutores se encontrarem na mesma faixa etária), S.Joaneira e amigos ou Amaro e D.Maria da Assunção (como vimos, ela é rica, mas o poder espiritual tem-no ele).

Há quatro ocorrências que têm como emissor Amaro e nelas existe um esbatimento artificial da distância social que o separa do alocutário:

- . quando fala ao sineiro, porque lhe está a pedir um favor;
- . quando tenta que Amélia experimente o manto da Virgem, porque está a contrariar os escrúpulos religiosos da moça, devido ao seu desejo lúbrico de a ver vestida de Nossa Senhora;
- . quando fala com Dionísia, porque está esmagado pela partida que o destino lhe pregou;
- . quando se dirige a D.Josefa e Amélia, porque o seu é um discurso de manha e fingimento, um discurso dúplice que pretende sugerir o contrário daquilo que diz.

O desnível social entre os dois interlocutores está portanto muito atenuado ou é até inexistente (quer por razões afectivas, quer por contratos tácitos entre as personagens), nos casos agora

observados. Daí que o "ora" vá da renúncia, da negação abrandada, até à simples incredulidade, por vezes um tanto babosa.

Como já se disse, muitos destes "ora"s foram pronunciados por Amaro e pertencem a um discurso de aliciamento (relativamente às beatas, a Amélia ou ao sineiro) ou de compromisso tácito, o que está de acordo com o retrato psicológico que o narrador traça da personagem - o de um sedutor pouco escrupuloso e pouco corajoso.

A S.Joaneira utiliza também frequentemente este "ora" no seu discurso que, como a personagem, é um discurso cordato, diplomático, incapaz de virulência ou mordacidade, todo complacência e conciliação.

Quer em 1.1., quer em 1.2., o "ora" poderá ter, por vezes, uma função de suspensão. Nem sempre serve para fechar ou continuar a conversa. Em certas ocorrências, parece suspendê-la provisoriamente, devido a ter sido detectada, por L, uma anomalia (cf. Anscombre, 1983: 73).

1.3.

O "ora" que nos vai ocupar em terceiro lugar, ocorre nove vezes no romance de Eça de Queirós. Surge como um incitamento à acção do alocutário a quem o loquente dá uma ordem ou faz um pedido, usando o imperativo (cf. "disseram insistindo", OCPA, 84).

Por vezes, sugere-se a satisfação que a personagem teria numa determinado acção daquele para quem fala. Inclusivamente, o desejo pode levar ao uso do conjuntivo exortativo com um sentido desiderativo: "ora venha de lá uma beijoca (...)" (OCPA, 135). Neste caso, a partícula é um marcador da oportunidade atribuída à proposta seguinte.

O "ora" pode fazer parte, parece, de uma expressão fixa já que, por exemplo, o cónego trata Amélia por tu, mas lhe diz "ora vá" (OCPA, 101).

O sentido aproxima-se, em certas ocorrências, do "agora", sugerindo que há um antes, um passado, e depois o presente, ou seja, marcando a fronteira inicial de uma situação nova. Na p. 135 de OCPA, por exemplo, o "ora" marca a reconciliação do cónego e da S.Joaneira, depois de um momento de discordância. Tal como o "ora", "agora" é, frequentemente, o marcador de mudança de situação.

Na p. 28 do mesmo romance, o cónego, com a repetição do conjuntivo exortativo "ora vá, vá" (repetição que reforça o incitamento, como aliás nas páginas 32 e 232), mostra a Amaro que o dispensa agora, depois de já ter falado com ele. Reconhece o direito do discípulo a um bom jantar, depois das fadigas e emoções da viagem e da instalação.

Neste "ora", situado, na escala proposta, a um nível "mais baixo" que os dois grupos já abordados (1.1. e 1.2.), não existe nenhum repúdio da personagem que fala relativamente ao discurso do outro. Há, por vezes, apenas um tom de muito leve censura, se A se atrasa a realizar a acção que L lhe pede que execute.

Sentimo-la, por exemplo, quando o cônego fala paternalmente com Amélia (cf. OCPA, 32), ou quando os convivas insistem com o sr. Agostinho para que diga uns versinhos.

Na p.72 do romance de Eça de Queirós, o "ora" parece ter um funcionamento um pouco específico. Sugere a expectativa afectiva com que a sra.D.Maria da Assunção aguarda o resultado do loto, esperando que Amaro e Amélia quinem ambos: " - Ora vamos a ver se quinquam ambos - disse a sra.D.Maria da Assunção, envolvendo-os no mesmo olhar baboso".

Já na p.100, o "ora" dito pela S.Joaneira é de incitamento. O interesse da senhora pela correspondência amorosa dos jornais tem algo de lúbrico e se a mãe de Amélia diz: "Ora vejam que pouca-vergonha!...", é mais para atrair a atenção dos outros para aquilo que está a ler, do que para marcar um eventual repúdio pela "pouca-vergonha" (cf. "dizia ela, deliciando-se.").

Das nove ocorrências que me ocupam, cinco são da autoria do cônego. Aqueles a quem o discurso se dirige são, quase sempre, hierarquicamente inferiores:

cônego ↓ (28) Amaro	cônego ↓ (135) S.Joaneira	cônego ↓ (32,101) Amélia	cônego ↓ (354) Totó	D.Josefa ↓ (232) Amélia
D.Maria da Assunção ↓ (72) Amaro e Amélia	vários ↓ (84) Agostinho	S.Joaneira ↓ (100) vários		

Acontece que este é um discurso de autoridade afectuosa em que o locutor não demonstra animosidade mas sim ternura, ou empenhamento afectivo numa determinada acção do interlocutor. A ternura e a complacência estão presentes em certos elementos situados nos arredores contextuais do "ora":

. " - Então isto são horas, sua brejeira?

Ela teve um risinho, encolheu-se.

- Ora, vá-se encomendar a Deus, vá! - disse batendo-lhe no rosto devagarinho com a sua mão grossa e cabeluda." (OCPA, 32);

. " - Ora vamos ver se quínam ambos - disse a sra.D.Maria da Assunção, envolvendo-os no mesmo olhar baboso." (OCPA, 72);

. " - Ora vejam que pouca-vergonha!... - dizia ela, deliciando-se." (OCPA,100);

. "Ora vá, um bocadinho de música, pequena!" (OCPA, 101);

. " E o que é perder a conveniência, não se aflija a senhora! Eu darei para a panela como dantes; e como a colheita foi boa, porei mais meia moeda para os arrebiques da pequena. Ora venha de lá uma beijoca, Augustinha, sua brejeira. E ouça, hoje como-lhe cá as sopas." (OCPA, 135);

. "Aqui lha deixo, senhor pároco - disse a velha.

- Vou à Amparo da botica, e venho depois por ela...Ora vai, filha, vai, Deus te alumie essa alma!" (OCPA, 232);

. "Mas o cônego riu-se para ela, chamou-lhe Totozinha, prometeu-lhe um pinto para bolos; e mesmo sentou-se aos pés da cama, com um "Ah!" regalado, dizendo:

- Ora vamos nós agora conversar, amiguinha... Esta é que é a pernita doente, hem? (...)" (OCPA, 354); (sublinhados meus).

De todos os grupos de ocorrências, parece ser neste que a partícula mais se aproxima de um sentido temporal, do valor de "agora", traçando uma fronteira entre um antes e um tempo coincidente com a da enunciação. O "ora" parece ser um marcador fático de início de alocução (afectuosos), ou de mudança de turno ilocutório, isto é, de locutor.

Por outro lado, o "ora" está incluído, nestes nove exemplos, em actos ilocutórios que, na terminologia de Searle, seriam ou de pedir, ou de aconselhar. O locutor pensa que A está em condições de realizar o acto X; não é óbvio nem para L nem para A que este realize tal acto "no decurso normal dos acontecimentos, por deliberação própria" (Searle, J., 1969: 88). No caso do conselho, L diz a A o que é melhor para ele, L acredita que a execução do acto X beneficiará o interlocutor. De qualquer modo, o "ora" faria parte de um acto directivo, cujo objectivo é o loquente tentar que o alocutário faça algo. (Até porque, neste subgrupo, a partícula aparece imediatamente antes de um verbo: ir, vir, etc.).

As diferenças entre as várias ocorrências (as respectivas forças ilocutórias) advêm das diferenças de status nas relações interpessoais.

A representação destes actos directivos, na reformulação da taxonomia de Searle (1976) é a seguinte:

!		D	(A fazer X)
fim ilocutório	direcção de	condição de	conteúdo
dos membros deste	ajustamento:	sinceridade	proposicional:
grupo.	do mundo às	(desejo).	que A faça a
	palavras.		acção futura
			X.

O "ora" parece funcionar como insistência, reforço do incentivo de L para que A faça X.

1.4.

As onze ocorrências que passaremos em revista seguidamente têm pouco a ver com a atitude afectiva predominante nos casos anteriormente estudados. Deixam transparecer, à mistura, o espanto, a admiração e também a alegria, a satisfação, em graus menores ou maiores.

Este "ora" surge quando se dá um encontro e faz parte do modo como a personagem exprime o seu agrado por ver a outra. Tem muito de fático e funciona, ainda, como interjeição.

Tal como se fez para o grupo 1.3., talvez se possa incluir o "ora" que nos ocupa naquele tipo de actos de fala a que Searle chamou "expressivos". Vou citá-lo, na p.54 de Sens et Expression: "Le but illocutoire de cette classe est d'exprimer l'état psychologique spécifié dans la condition de sincérité, vis-à-vis d'un état de choses spécifié dans le contenu propositionnel." A representação dos actos expressivos seria a seguinte:

E	$\emptyset$	(P)
fim ilocutório dos expressivos.	critério de ajustamento palavras-mundo: irrelevante.	estados psicológicos que podem exprimir-se

(L+A+propriedade)
conteúdo proposicional:
atribuição de propriedade
a L ou a A.

Penso também que o "ora" deste quarto subconjunto faz parte daquilo a que Goffman (1973: 74) chamou um "échange confirmatif", a saber: de uma daquelas trocas que abriam e fechariam a interacção e são constituídas por intervenções com função de natureza expressiva como as saudações. A função da "troca

confirmativa" seria, justamente, "confirmer l'existence d'un rapport social entre les individus." (Moeschler, J., 1985: 83).

Nas páginas 46 e 47 de OCPA, quer a tia quer a protectora de Amaro são surpreendidas por não esperarem a visita dele e que o mocinho se tivesse transformado numa figura bonita. O "Ora não há!" revela, portanto, surpresa, mas também prazer pela visita:

"(...) foi com uma alegria piedosa que abriu os seus magros braços a Amaro.

- Como estás bonito! Ora não há! Quem te viu! Ih, Jesus! Que mudança!" (OCPA, 46).

" - Ora não há! Está um homem! Quem diria? (...).

- Eu podia lá esperar! - continuou ela admirada:" (OCPA, 47).

"Ora não há!" é um constituinte fixo, inseparável, a exprimir surpresa (real, ou algo exagerada), talvez na origem forma elíptica de "Ora não há coisa que se compare a isto!"

Na p.149 de OCPA, a intervenção do cônego à chegada de Amaro (" - Ora viva o menino-bonito!") revela não só o seu prazer pessoal por ver Amaro chegar, mas também e sobretudo o dos restantes convivas (cf. "o menino-bonito"). É uma fórmula de saudação. Expressões como "ora viva" parecem vocacionadas para um significado ritual, são lexicalmente convencionalizadas e fixas e a sua finalidade é saudar: "La force de ces actes de langage dérive partiellement des sentiments dont ils sont l'indice direct; peu, en revanche, du contenu sémantique des mots." (Goffman, Erving, 1987: 27).

A alegria do Pe. Silvério é enorme ao ver o colega Natário, até porque a visita deste corresponde a uma reconciliação;

"(...) e murmurava, banhado de riso:

- Ora que alegria, colega, vê-lo aqui de novo nesta sua casa!" (OCPA, 204).

Também aqui o "ora" tem ainda um sentido um pouco etimológico, temporal, porque há claramente um antes - o período da desavença (5) - e um presente - o tempo da reconciliação e da satisfação que ela traz a Silvério, conservando, no entanto, também muito de saudação. A expressão testemunha o prazer que o contacto proporciona a L.

Como Goffman escreve (1973: 91), "il se développe souvent dans une relation une appréciation de la probabilité et du coût des contacts; il s'ensuit qu'après une période d'éloignement tout retour à une facilité de contact accoutumée justifie une célébration spéciale."

A alegria de D.Josefa ao ver Amaro é clara e o narrador sugere a importância da visita por meio da informação: " (...) e preparando, por debaixo do lenço preto repuxado sobre a testa, um ar agradável para o senhor pároco.

- Ora ditosos olhos! - exclamou." (OCPA, 224).

Também este estereótipo funciona, geralmente, como saudação. Trata-se de uma abreviatura de "Ditosos olhos (estes meus) que o vêem!"

É com prazer e alívio que o tipógrafo revê o tio Osório que se demorara a falar com um fidalgo (cf. OCPA, 268). A espera provoca impaciência e faz o aparecimento do outro mais desejado e por isso mais festejado.

Os mesmos sentimentos estão presentes nas palavras da criada Gertrudes quando Amaro vai, pela primeira vez, à Ricoça:

" - Oh, senhor pároco! Entre, senhor pároco! Ora até que enfim! Minha senhora, é o senhor pároco! - gritava na alegria de ver enfim uma visita querida, um amigo da cidade, naquele desterro da Ricoça." (OCPA, 148).

"Ora até que enfim!" é também um estereótipo e marca a expansão afectiva positiva de L por algo que tardava. Assinala que houve uma longa (e talvez incerta) expectativa.

O mesmo sentido de saudação prazenteira têm as ocorrências das páginas 133 e 352 de OCPA. O "ora" parece servir, por vezes, apenas para abrir a tal troca "confirmativa", quase como elemento fático. Quando o cônego aparece em casa da S.Joaneira, diz:

" - Ora Nosso Senhor nos dê muito boas noites!" (OCPA, 100).

Este "ora" com função fática marca uma abertura de contacto, neste caso enfatizada pela saudação que se segue.

O uso da partícula, aqui, parece um pouco mais neutro do ponto de vista do investimento afectivo de L em relação àquilo que diz. Mas faz parte da saudação, da fórmula de cortesia, e o acto de fala, tomado globalmente, exprime o prazer de L por ver o interlocutor.

Só na p.73 é que a alegria que o cônego manifesta ("Ora Deus os abençoe - disse o cônego, jovial (...)") não tem por causa o encontro com outra pessoa, mas o encontro - que ele celebra - entre duas pessoas. É uma bênção que o cônego lhes deita. No caso, Amaro e Amélia quinquam ambos no jogo do loto, facto que dá muito prazer a todos - menos a João Eduardo, evidentemente.

Fazendo o ponto da situação: as quarenta e oito ocorrências de "ora" já estudadas, todas encontradas no romance de Eça de Queirós, todas de tipo interjectivo, isoladas, ou tomadas como parte de enunciados mais globais, parecem poder dispor-se em um eixo deste tipo, constituído por quatro patamares:

- 
- . + repúdio, indignação, revolta (refutação);
 - . discordância leve, brandura (refutação atenuada);
 - . complacência, envolvimento afectivo (acto directivo);
 - . + alegria, prazer, satisfação (acto expressivo).

2.

O que se passa com os dezassete casos que ainda não foram analisados (os quatro do romance de José Cardoso Pires situam-se todos neste grupo) parece ser de natureza algo diferente. Diferente porque o "ora" nos aparece desprovido da carga emocional que transportava nas ocorrências anteriormente vistas. Há, nestes exemplos, uma grande neutralidade afectiva e um funcionamento mais simplesmente semântico, de conector. Por outro lado, neste grupo não há grande coesão interna, quer dizer: foram "arrumadas" nesta secção ocorrências que "sobraram" por não terem ligação muito evidente com nenhum dos quatro tipos de "ora"s já estudados, uma vez que estes, agora, não têm valor interjectivo. Apesar das disparidades, os dezassete "ora"s que observaremos têm, evidentemente, certas semelhanças de utilização

e de sentido, pelo que se procurará construir algumas pontes entre eles. Todos estabelecem uma relação entre dois enunciados, entre duas entidades semânticas.

Destas partículas, algumas introduzem argumentos, outras introduzem conclusões. outras ainda fazem parte de expressões de fechamento. Quer dizer: conforme a função argumentativa do enunciado introduzido pelo conector, temos "ora"s que encabeçam argumentos (geralmente explicativos, justificativos), ou seja, que introduzem actos subordinados (na terminologia dos Cahiers de Linguistique Française, de Genebra), e "ora"s que marcam uma conclusão, podendo ou não introduzir o acto director (6) da intervenção.

Num dos momentos mais tensos da narrativa, Amaro cala os protestos do cônego com a seguinte tirada: "O senhor a dizer uma palavra, e eu a provar-lhe que o senhor vive há dez anos amigado com a S.Joaneira, à face de todo o clero! Ora aí tem!" (OCPA, 357). O "ora" anuncia que o argumento decisivo (neste caso, para que o cônego páre com as recriminações) chegou ao fim e fulminou, com toda a certeza, o interlocutor. Introduce, parece, uma fórmula de fechamento, em que "aí" retoma, "ressumptivamente" (diriam os ingleses), a afirmação anterior de Amaro.

Outro caso é o da p.302 (de OCPA), em que o "ora" anuncia o fim da argumentação, indica que se fez um resumo, um apanhado (neste ponto concreto, sobre as razões pelas quais o vinho das galhetas não deverá, segundo o cônego, ser mau). Sugere que a explicação terminou: "Ora aí tem a senhora", ou seja, "agora já sabe uma coisa que desconhecia" (7).

Note-se que é frequente a utilização, a seguir ao "ora", de palavras como "aí" (sem sentido de lugar), "isso", "aquilo" que remetem para os argumentos definitivos apresentados, as opiniões conclusivas, os pontos fulcrais sobre os quais a conversa versou ou deverá versar.

Na reconstituição do crime, no romance de Cardoso Pires, o "ora" do polícia é de tal modo argumentativo que poderia ser substituído por uma adversativa. Perante um determinado facto indiscutível ("Está nos nossos autos, viu a boca da vítima a balbuciar e a jorrar sangue." (BPC, 234) - c1 tem por fim argumentar em favor de r), só pode inferir-se uma conclusão: aquela a que L chega: "Ora isso só poderia ser visto daqui, deste lado, nunca do lado dela porque o corpo estava tombado em sentido contrário" (c2 constitui a enunciação da conclusão argumentativa r). Ou seja: como L quer provar, os acusados não estavam a reconstituir correctamente a cena. O "ora" é um conector que introduz um argumento definitivo (cf. Rubattel, 1982). Ou, se quisermos, um argumento conclusivo, que tem um valor de fechamento também. Estamos perante um caso típico daquilo a que Moeschler chamou um movimento discursivo conclusivo: "(...) c1 est présenté dans le but d'argumenter en faveur de r; c2 constitue l'énonciation de la conclusion argumentative r; c2 motive par sa seule énonciation la fonction argumentative de c1." (1985: 134).

Pode também acontecer que o "ora" estabeleça uma espécie de fronteira entre dois pontos de vista diferentes, marcando bem a distância entre eles. De certo modo, serve também para indiciar que o argumento do locutor é mais válido.

Na p. 132 de OCPA, perante o desejo manifestado por Amaro de sair de casa da S.Joaneira, o cónego exclama:

" - Você quer sair da casa? por alguma é! Ora a mim parece-me que melhor...".

A partícula indica uma mudança para um ponto de vista mais plausível. O locutor pretende dizer algo como: "A mim parece-me que não há melhor". Viola, talvez, a máxima da quantidade, falando em termos de Grice. O "ora" equivaleria a um "pois" com sentido explicativo, sugerindo que os argumentos do cónego são mais fortes e que a sua opinião sobre a casa onde hospedara Amaro é a única válida. Aqui, parece estar presente um movimento discursivo conclusivo: c1 argumenta em favor da conclusão r (implícita) : "Você quer sair da casa? por alguma é!" (conclusão implícita r: a casa tem defeito). C2 tem por fim argumentar em favor de não-r (não há melhor casa que esta). C2 não põe em causa a pertinência informativa de c1. (cf. Moeschler, J., 1985: 133). C2 põe em causa, isso sim, a pertinência argumentativa de c1: o cónego teve razão quando escolheu aquela casa para alojar Amaro.

O "ora", nestes casos, indica a pertinência da enunciação em função de um estado momentâneo do discurso e da informação (cf. o que Berrendonner (1983: 223) diz sobre alors: "alors justifie une énonciation en la présentant comme accomplie au bon moment, c'est-à-dire, "du moment que" telle ou telle information i se trouve vérifiée"). Neste caso, a informação i será: você quer sair da casa por alguma razão.

De modo algo semelhante, o mesmo cónego mostra, desta vez à S.Joaneira, que o seu plano sobre as férias de Amélia é o melhor e por isso definitivo (repare-se no uso do indicativo em "não

vai"). As ideias da senhora eram diferentes das do cônego, o que o "ora" de certa maneira anuncia: " - Ora aí é que está. É que justamente desta vez Amélia não vai à Vieira." (OCPA, 392). A partícula também indica mudança para um ponto de vista que se apresenta cataforicamente como prevalecente.

Não será por acaso que a apresentação destes argumentos fortes e autoritários é feita pelo cônego Dias - uma autoridade eclesiástica e doméstica.

O enunciador força o outro a entrar no seu jogo, obriga-o a tirar uma conclusão que ele próprio já extraíra e que surpreende pelo seu carácter inesperado ou inusitado: "(...) desta vez Amélia não vai à Vieira".(Sublinhado meu).

Estes "ora"s que nos ocupam parecem ser tipicamente argumentativos: o loquente tenta agir sobre uma opinião alheia ou, até, justificar uma decisão já tomada por si. Dirige-se a alguém que se trata de dissuadir. Lê-se em Ducrot (1980b: 491): "Dire qu'une phrase a valeur argumentative, c'est dire qu'elle est présentée comme devant incliner le destinataire vers tel ou tel type de conclusion".

São "ora"s que marcam uma certa antinomia discursiva e reforçam os enunciados refutativos que os contêm. Não andam longe, por vezes, de poderem ser considerados marcadores de antinomia (cf. Danjou-Flaux, 1983: 275-303).

Aproximaremos, em seguida, três ocorrências de "ora" que talvez se possam relacionar entre si. Sugerem que, perante os factos relatados nos enunciados anteriores, só poderá haver uma atitude, uma posição a tomar: a que os tem em conta e deles decorre logicamente.

Depois dos preâmbulos sobre a instalação futura de Amaro (outros tantos argumentos que justificam a sua proposta), o cônego Dias diz ao coadjutor, em tom de remate ("resumiu"):

" - Ora a minha ideia, amigo Mendes, é esta: metê-lo em casa da S.Joaneira! - resumiu o cônego com um grande contentamento. - É rica ideia, hem!" (OCPA, 20).

O "ora" introduz a conclusão, o acto director da intervenção. Indicia-se, mais uma vez, que a solução do cônego, pesados todos os argumentos, é uma "rica ideia", apesar de isso não ser nada evidente para o interlocutor, que vai contra-argumentar. O "ora" anuncia que é chegado o momento expositivo ou argumentativo crucial, em que uma declaração definitiva acerca do problema em causa será feita.

Também é do cônego o argumento apresentado na p. 133, em discurso indirecto livre, sobre as vantagens que afinal adviriam, para a sua relação com a S.Joaneira, se Amaro sempre abandonasse, como pretendia, a casa dela: "Ora se Amaro saísse, a S.Joaneira descia ao seu quarto no primeiro andar".

Quando Carlos da botica se dirige a Natário, narrando-lhe o ataque de João Eduardo ao pároco, termina dizendo: "ora, pergunto eu, o que há no fundo de tudo isto? Ódio puro à religião de nossos pais!" (OCPA, 257). Perante o carácter tão claramente argumentativo da pergunta que "ora" introduz, lembro a passagem de Perelman et alii (1970: 214): "Les préssupposés implicites dans certaines questions, font que la forme interrogative peut être considérée comme un procédé assez hypocrite pour exprimer certaines croyances".

Goffman (1987: 53) considera, inclusivamente, que uma das características das respostas é que as podemos dar às nossas próprias perguntas: "cela prend, parfois, la forme d'une véritable réplique verbale au contenu sémantique de sa propre énonciation".

Duas das ocorrências que encontrei em Cardoso Pires, em contexto fortemente narrativo, transmitem também a ideia de chegada ao momento crucial da argumentação ou da narração: "Terminou por marcar limpeza de armas para a manhã seguinte e por fazer o inventário das roupas e dos objectos de emergência.

Ora aí, salvo erro, é que o Fontenova apresentou o problema do cabo: o rapaz não podia continuar a andar com o capote e as botas da ordem, era evidente." (BPC, 134).

O "ora" sugere que se chegou a um momento de ruptura da narrativa, aliás inserido numa argumentação reconstituidora (vai encaixar-se um outro episódio curto naquele, mais geral, da falha de luz). O "aí" equivale, como acontece frequentemente, a "nesse momento". A expressão "salvo erro" deve pertencer a Mena, a única cujo estatuto narrativo lhe permite hesitar (nem o narrador, nem Elias o poderiam fazer).

Na reconstituição da fuga da prisão, sugere-se que um certo local apontado no mapa era crucial para seguir o rasto dos fugitivos, usando a partícula "ora" que assinala, assim, ser chegado o momento fulcral do raciocínio: "Uma hora, nunca menos, diz o dedo do Comandante, e isto atendendo a que era noite e noite de temporal.

Ora aqui os fulanos, das duas uma, ou tomavam a estrada nacional no sentido Évora-Lisboa ou iam em oposto, rumo à Espanha." (BPC, 40). O "ora" usa-se para fazer a agulhagem narrativa (e, noutro plano, argumentativa e reconstituidora), como estruturador da narrativa, ou melhor, de um certo raciocínio. (8).

Na p. 237 de OCPA, quando Amaro quer levar D.Josefa a convencer Amélia a fazer dele seu confessor, e a senhora se prontifica a falar à afilhada, o pároco diz: " - Ora isso é que era um grande favor!".

Do discurso anterior de Amaro decorria a conclusão que D.Josefa acabou por tirar: falar com Amélia. Daí que a decisão da velha senhora apareça muito valorizada pelas palavras do pároco. O "ora" revela a oportunidade comunicativa de que se reveste a intervenção da senhora, cujas palavras apontam para a solução subtilmente sugerida por Amaro, momentos antes.

Estamos perante um processo argumentativo chamado resíduo (cf. Oléron, 1983: 48) ou seja, cabe ao loquente o papel de sugerir que, das várias soluções aparentemente possíveis para o problema que se trata de resolver, só uma - a por ele (ou pelo A) adoptada - é realmente sensata e aceitável. Este processo argumentativo tem a vantagem de conseguir dar a impressão de que o falante passou em revista todas as hipóteses existentes, escolhendo, com tino, a que se impunha. É sobretudo usado por Amaro e pelo cônego, num romance, e por polícias ou afins, no outro.

Na p. 318 (OCPA), o "ora" está incluído no discurso indirecto livre que nos dá conta da argumentação de Amaro para convencer o sineiro a emprestar-lhe a casa. Anuncia um ponto de chegada (vai apresentar-se uma proposta) na argumentação utilizada. Há uma viragem argumentativa, uma mudança de rumo expositivo, uma fronteira entre o que foi dito e o que irá ser dito a seguir: "Que queria o Tio Esgelhas? Impiedade, ateísmo do tempo! Ora, ele necessitava ter com a pequena muitas e muitas conferências: (...)" . Este é um "ora" de premissa menor: o pivot em que assenta imediatamente a conclusão.

Mais estranho parece o "ora" da p. 21 de OCPA, quando o cônego Dias, gabando ao coadjutor os dotes culinários da S.Joaneira, diz: "Ontem me mandou ela uma torta de maçã. Ora, havia de você ver aquilo! A maçã parecia um creme!" .

Talvez o cônego pretenda anular, com esta referência elogiosa, todos os eventuais (ainda não foram apresentados, mas o cônego já os prevê) argumentos contra a ida de Amaro para a casa da S.Joaneira. Pode também sugerir desprezo por tudo o que não seja, no mundo, a famosa torta de maçã. O "ora" revelaria a admiração babosa e orgulhosa do cônego pela autora do doce, donde me parece que não anda muito longe dos "ora"s interjectivos.

Quando o cônego quer interromper D.Josefa e mudar de assunto porque "positivamente estava naquela noite de uma loquacidade copiosa", inicia a intervenção por "ora" (será ainda um "ora" de premissa menor?):

" - Ora a propósito de eu entrar na sacristia, amigo e colega, sempre lhe quero dizer que cometeu hoje um erro de palmatória." (OCPA, 303).

Neste caso, o "ora" indica que, a pretexto de um "a propósito", se vai inflectir o tema da conversa (já não se fala mais da lavadeira de Amaro), que o cônego quer reatar um assunto relacionado (cf. "a propósito de...") com outro anteriormente abordado. Equivale, em parte, a "agora", tem um certo sentido temporal. Depois dos temas já tratados e voltando atrás, o cônego puxa a conversa para onde lhe interessa. "Aucun dialogue ne commence ex abrupto." (Ducrot, 1980a: 180). Claro que esta intervenção do cônego poderia parecer uma ameaça à coerência da conversa. Por isso o "ora a propósito" seria uma marca de disjunção que serviria para L marcar a sua relação, neste caso, de indiferença, com o tema anterior (a lavadeira de Amaro), mas sem se tornar ofensivo. Expressões como esta destinam-se, segundo Goffman (1987: 24, nota), a "montrer que son auteur a conscience de ses devoirs d'interactant convenable". Revelam falta de continuidade entre o assunto anteriormente discutido e aquele a que servem de introdutor, mas manifestam respeito pela necessária coerência da conversa. O "ora" marca bem uma fronteira, e prepara o interlocutor para a mudança de tema que se lhe segue.

Em BPC, antes de Elias ler a Mena a versão final do auto, a chegada desse momento crucial para a detida é anunciada por "ora bem", que assinala a boa oportunidade da acção que se segue (em função do destino libidinal de Elias): "Mena. O assunto é ela. Tem-na em primeiro plano, pull-over decotado, braços cruzados.

Ora bem.

Começa a leitura do auto com as pausas e os répetidos necessários." (BPC, 216).

Moeschler, J. (1982a: 86) chama conectores fáticos às expressões que articulam as proposições de um enunciador dentro de um discurso ou, numa troca, as diferentes réplicas. Trata-se, neste caso, de início de fala de determinado tipo: aqui, de tipo oficial.

Se a expressão pertence a Elias ou ao narrador, não o sabemos. O discurso do outro, que o romance tradicional assinala com sinais gráficos codificados, é difícil de demarcar em Cardoso Pires, em cuja escrita as vozes se misturam continuamente até tornar impossível a sua atribuição segura a um locutor concreto.

Com um sentido algo temporal, o "ora" da p. 446 de OCPA, incluído na carta do cônego ao pároco, equivaleria a "neste momento", "agora", mas acrescido de uma outra tonalidade, argumentativa: "uma vez que", "posto que". O cônego já ia nos quarenta banhos e só costumava tomar cinquenta, portanto, estava próxima a hora do regresso e este não deveria ter lugar antes de nascer o bebé de Amélia.

O "ora" anuncia que o cônego Dias vai expor a razão da sua preocupação. Mais uma vez, talvez a teoria das implicaturas de Grice pudesse ser aqui aplicada. O cônego quer dizer mais, ou antes, quer dizer diferente daquilo que diz de facto. Estaria a violar a máxima da quantidade: "Make your contribution as informative as is required (for the current purposes of the exchange)" (Grice, P., 1975: 45). Ao dizer que já tem quarenta banhos, o cônego implícita conversacionalmente algo como isto: "estamos quase a regressar a Leiria e a S.Joaneira não pode encontrar Amélia ainda grávida".

RESUMINDO:

1. Funcionamento interjectivo do "ora":
 - 1.1. Repúdio, indignação, revolta de L (refutação);
 - 1.2. Discordância leve, brandura (refutação mitigada);
 - 1.3. Complacência, envolvimento afectivo de L com A (acto directivo);
 - 1.4. Alegria, prazer, satisfação de L por ver A (acto expressivo).
2. Funcionamento como conector (ligação entre duas entidades semânticas).

CONCLUSÃO:

A partícula "ora" faz parte, como já se referiu, de vários estereótipos com valor pragmático próprio, que gostaria de referir, embora rapidamente.

Talvez que as diferentes expressões se possam repartir por cinco zonas relativamente distintas.

O estereótipo "Ora histórias!" (ou ainda, noutras versões, "Ora a tolice", "ora o disparate" e "ora o despropósito") relaciona-se com a classe 1.1. dos "ora"s já referida: sugere intenso desprezo do loquente face às anteriores palavras do alocutário ou ao estado de coisas para que essas palavras remetem ("histórias", "despropósito", "disparate", "tolice" denotariam, depreciativamente, essas palavras ou esse estado de coisas). Duas das ocorrências de "ora essa!" (OCPA, 20 e 441) parecem equivalentes ao "ora histórias!". Quanto à da p.20, vem em ajuda desta impressão o facto de os dois estereótipos que estão a ser

aproximados fazerem parte de um mesmo enunciado, no caso, do cônego Dias, enunciado que começa com "Ora histórias!" e acaba com "Ora essa!" repudiando, ambas as expressões, a opinião do coadjutor segundo a qual não ficaria bem meter Amaro debaixo do mesmo tecto que albergava uma rapariga nova. Na p. 131, o cônego manifesta, com a expressão, o seu espanto indignado por Amaro pretender mudar de casa. Na p.441, o "ora essa!" pronunciado por Amélia revela o seu desespero perante o abandono e a indiferença de Amaro e, na p.66, o escândalo que o cepticismo religioso do escrevente provoca em D.Josefa.

A expressão "ora essa!", se exceptuarmos estes quatro casos, usa-se em situações menos carregadas do ponto de vista emocional (cf. OCPA, pp. 79, 85, 90-91 e 446) e dela talvez se possa aproximar o estereótipo "ora a tolice!" (p.97) que também não implica grande repúdio da parte do loquente. A própria palavra "tolice", nesta ocorrência, tem uma conotação branda, quase amigável. Pelo contrário, na p. 363, é "furioso" que Amaro se dirige a Amélia, demasiado zelosa em relação ao cumprimento dos preceitos religiosos. E daí que, no fim do seu protesto, o pároco acrescente "ora a tolice!", para "arrumar" os escrúpulos da moça.

Curiosamente, não apareceu nunca o "ora essa!" que usamos quando alguém se declara agradecido ou nos pede desculpa por uma acção que nos prejudicou (ou que o loquente julga que nos prejudicou) e, por questão de cortesia, queremos sugerir que o outro está desculpado e que não nos sentimos tão lesados quanto isso. Quem pede desculpa ou se justifica, necessita de um comentário ("Ora essa!") da parte daquele a quem se dirige. Sem

esse comentário, não sabe se as desculpas (ou justificações) foram suficientes para que o outro perdoe (cf. Goffamn.E., 1973: 21). Ou então: se nos agradecem um favor que fizemos, podemos usar o estereótipo em causa para mostrar que não nos custou praticar a acção, que o fizemos até com prazer, que o alocutário mereceu a nossa actuação. É aquilo a que o mesmo Goffman (1973: 142) chama "minimização": "La satisfaction crée le besoin d'une appréciation: celle-ci crée le besoin d'une minimisation." . De qualquer dos modos, este "ora essa!" de cortesia sugere algum apagamento do locutor perante o alocutário e está ausente quer de OCPA, quer do romance de Cardoso Pires.

Faria parte daquilo a que Goffamn (1973: 74) chamou um "échange réparateur" e que se basearia no princípio de reparação de uma ofensa territorial:" (...), toute infraction commise réclame un dialogue, car l'offenseur doit fournir des explications et des assurances réparatrices, et l'offensé faire un signe qui en montre l'acceptation et la suffisance." Como afirma Moeschler (1985: 83), "l'idée de Goffman est que l'acte d'excuse permet à A de réparer l'offense territoriale causée par sa maladresse. L'activité réparatrice a donc pour fonction de rétablir l'équilibre interactionnel entre les participants de l'échange", e o "ora essa" do ofendido sugere que o incidente está encerrado e o equilíbrio ritual restaurado.

O estereótipo "ora vá" aparece cinco vezes (OCPA, pp. 28, 32, 84, 101 e 232) sempre com o mesmo valor de incitamento, situado geralmente antes de um verbo no imperativo ou no conjuntivo exortativo. Nele está presente a função conativa de Jakobson, sendo claro que o locutor pretende fazer um pedido, dar

uma sugestão ou até uma ordem - que parece ficar atenuada com o uso da expressão "ora vá".

O estereótipo "ora não há!" expressa espanto, admiração do loquente face a certo estado de coisas. Nos dois casos que ocorrem no romance de Eça de Queirós, o estado de coisas que causa a perplexidade (surpresa real ou talvez expressivamente exagerada) do loquente (a tia de Amaro e a filha da protectora dele) é só um: a transformação quase miraculosa operada no aspecto físico de Amaro. Creio que hoje já se não usa este estereótipo.

Em um quinto grupo, arrumar-se-iam fórmulas de cumprimento: "Ora viva" (OCPA, 149), "Ora ditosos olhos!" (OCPA, 224), e "ora até que enfim!" (OCPA, 268). Há nelas uma parte importante de função fática.

O primeiro é uma fórmula de saudação hoje corrente, que implica uma certa familiariedade entre os interlocutores. Quanto ao segundo, (também poderia estar escrito "Ora bons olhos te vejam!") sugere, talvez, uma maior satisfação da parte do loquente, pelo simples facto de ver o alocutário.

"Ora até que enfim!" indica subtilmente que o interlocutor tardou em aparecer e que era esperado com impaciência e ansiedade pelo locutor.

No ponto 1., verificámos, em resumo, que tem razão Iskandar (in Ducrot, 1980a: 161) quando chama a atenção para o papel importante que a interjeição tem: "c'est le lieu privilégié où se marque l'interaction des individus(...). Par l'emploi de certaines interjections à valeur modalisatrice, l'énonciateur peut adopter des attitudes, jouer des rôles".

De um modo geral, e sintetizando o que foi dito, a partícula "ora" parece ter, frequentemente, um valor de fronteira, relacionado, talvez, com a história da própria palavra. Essa fronteira é por vezes temporal, indicando que o estado de coisas existente no passado é diferente daquele que existe no presente. Talvez possamos até incluir aqui as fórmulas de saudação: "agora tu estás presente, as coisas já não são como eram".

Com um sentido ainda próximo do temporal, teríamos um "ora" argumentativo, como se houvesse duas fases distintas: aquela em que não eram ainda conhecidos do alocutário os argumentos do loquente, e aquela em que este os passou a expor de forma definitiva e esmagadora.

O "ora" narrativo articula, estrutura, encadeia vários momentos ou sequências narrativas, também eles dispostos num eixo temporal.

Daí que, embora com as tonalidades diferentes que o uso lhe vai conferindo, pudesse frequentemente referir a partícula "ora" a um sentido etimológico que teria sido transferido para "agora" (palavra que partilha, com "ora", algumas utilizações que a designação de advérbio talvez não explique de forma satisfatória). A ideia de margem, limite remete-nos aliás para o significado que a palavra tinha em latim: borda, extremidade, litoral.

O que se procurou fazer, com o estudo das sessenta ocorrências da palavra "ora" no discurso das personagens de OCPA e dos quatro exemplos tirados do romance de Cardoso Pires foi, em primeiro lugar, tentar apreender a diversidade de tonalidades

existentes e, depois, procurando obviar a algum atomismo da análise, encontrar relações e nexos entre os vários usos da palavra, de modo a agrupar algumas ocorrências em zonas mais ou menos homogêneas.

Ao descrever a utilização da partícula, esforcei-me por pôr a descoberto o que não está dito mas apenas sugerido ("La linguistique (...) enrichit l'analyse de textes en suggérant des lectures qui n'apparaissent pas à première vue". [Ducrot, 1980a: 10]), e também alguns jogos de força entre as personagens que determinam as respectivas estratégias de intervenção.

Foi necessário, portanto, introduzir "non seulement le contexte explicite, mais les intentions des locuteurs, leurs jugements implicites sur la situation et les attitudes qu'ils s'attribuent les uns aux autres par rapport à cette situation". (Ducrot, 1980a: 93).

Ter-se-á talvez notado, na nossa descrição, um certo atomismo ou dispersão. Isso deve-se à habilidade e criatividade constante dos operadores dialogais e narrativos estudados, que permanentemente levantam dúvidas, apresentam surpresas e funções imprevistas. Procurámos não reduzir em demasia essa riqueza de sentidos e funções, ainda que a análise possa padecer, por isso, de uma excessiva minúcia e fragmentação.

(1) O "essa" logo a seguir ao "ora" vai aparecer também em sentidos muito mais amplos, como se verá.

(2) Adiante, procurar-se-á passar em revista os estereótipos, as expressões feitas em que entra o "ora".

(3) Eça evita, como é sabido, os verbos "dizer", "exclamar", etc., substituindo-os por verbos de acção, ou passando abruptamente da narração ao diálogo.

(4) Claro que coloração há sempre, já que mesmo a ausência aparente dela pode ser significativa e criar um certo efeito, de pretensa objectividade, por exemplo.

(5) Esta ideia de "um antes" vem, sobretudo, da expressão "de novo".

(6) "Par définition, un acte directeur est un constituant relié interactivement à un constituant subordonné et dont les propriétés pragmatiques et sémantiques déterminent la fonction illocutoire de l'intervention dont il est le constituant directeur." (Moeschler, J., 1985: 103).

(7) Já na p. 354 de OCPA o "ora" que incluímos no grupo 1.3. é o sinal que o cônego usa para, depois dos preâmbulos de aproximação à Totó, anunciar que a conversa se deve dirigir para o tema que lhe interessa. Tem um sentido de certo modo temporal, vizinho de agora. É como se o cônego Dias tivesse dito: "depois de termos feito esta introdução, agora vamos ao que interessa". O "ora" seria um conector a indicar, não conclusão ou fechamento, mas, antes, mudança de rumo discursivo, abertura a um tema novo. Por isso, apesar do vector incitamento (L quer que A faça X, colabore), este "ora" também poderia fazer parte do grupo 2., que nos ocupa.

(8) Serve para "deslocar o quadro do discurso", como diz Moeschler (1985: 179).

1.

Neste curto capítulo, procurar-se-á dar conta de um fenómeno característico do discurso menos vigiado e com que deparámos oito vezes ao longo das duas obras estudadas.

Trata-se de uma estrutura que tem, aparentemente, a forma normal de uma frase com sujeito e predicado mas que é, se olhada com atenção, bem mais complexa do que isso.

Quando determinada personagem de Eça diz de outras duas que tardam a aparecer "Aquilo naturalmente foram para casa das Gansosas passar a noite.", parece óbvio que "aquilo" não é sujeito de "foram", apesar de o "pronome" estar a ocupar o lugar característico ou mais frequente do actante sujeito. Percebe-se, no entanto, facilmente, que o sujeito é plural e está subentendido: "elas".

Qual é, então, o papel do falso "pronome"?

Antes de tentarmos adiantar uma hipótese de explicação, será melhor expor, ainda que brevemente, o essencial de dois textos teóricos que parecem poder lançar alguma luz sobre o complexo fenómeno em estudo. Um deles é da autoria de Kuroda (1979) e debruça-se sobre os pontos de contacto entre algumas ideias do linguista alemão do século passado Anton Marty e a teoria de Chomsky, sobretudo tal como é apresentada em 1965.

O autor do outro texto é o filósofo da linguagem oxoniano Strawson, e trata, muito genericamente, das diferenças entre o particular e o geral.

Kuroda começa por referir que o problema fundamental da linguística diz respeito ao modo como a linguagem faz a ligação entre o som e o sentido. Segundo o linguista japonês, há duas grandes hipóteses de explicação sobre a natureza dessa relação:

1. Por um lado, temos aqueles que defendem a existência de um paralelismo entre pensamento e linguagem (correntes como o romantismo e o positivismo, por exemplo) e que acreditam que "la structure de la signification d'une phrase ou d'un syntagme est fidèlement reflétée dans la structure de la forma parlée que nous entendons." (Kuroda, 1979: 119);

2. Por outro lado, há os que pensam que "la structure des significations est essentiellement indépendante de la structure de leurs expressions..." (ibidem: 120) - e aqui poderíamos incluir Chomsky e Marty.

Em Chomsky (1965), salienta-se a diferença entre a estrutura de superfície e a estrutura profunda, cuja constituição pode ser bem diferente da daquela. Da aparência fonológica da frase não pode deduzir-se directamente a constituição da sua significação.

Ora isto poderá ser relacionado, segundo Kuroda, com a noção de "forma linguística interna" de Marty; este conceito "recouvre tout ce qui de la constitution réelle et des particularités de méthode d'un mode d'expression linguistique ne peut être saisi que par l'expérience interne." (citámos Marty, a partir de Kuroda, 1979: 131). A significação faria parte, claro, da nossa experiência interna.

Este conceito irá relacionar-se, nas preocupações do linguista alemão, com a questão de saber se todos os juízos obedecem à estrutura sujeito-predicado, ou se alguns lhe escapam.

Neste ponto, Marty segue o seu mestre Franz Brentano, concluindo que a estrutura sujeito-predicado não é modelo obrigatório para todos os juízos.

Ou seja, haveria dois tipos de juízos que passaremos a caracterizar:

a.- o juízo simples, ou tético, que consistiria no mero reconhecimento ou rejeição do conteúdo do juízo. Estaríamos perante frases impessoais, juízos existenciais, frases sem tópico (Ex: "Chove"; "Vieram umas pessoas".);

b.- o juízo duplo ou categórico, que está conforme ao modelo sujeito-predicado tradicional e que, tal como o próprio nome indica, é composto por dois actos de juízo distintos: reconhecimento da existência de X (daí que sejam frases com tópico) e adjudicação da característica Y a X (ex: "aquelas pessoas [tópico] vieram" [foco]).

Segundo o próprio Marty, "nous formons un jugement double chaque fois que, pour un objet déjà repéré selon certaines déterminations, nous découvrons une nouvelle détermination ou relation, un nouvel aspect non encore pris en considération." (ibidem: 146).

Ora o que acontece, segundo o linguista oitocentista, é que o juízo tético está representado, frequentemente, pela forma de frase (estrutura tradicional sujeito-predicado) que serve para expressar o juízo categórico.

Quando certa personagem de BPC (164) diz "Mas ele há vidas e vidas", esta frase, que parece exprimir um juízo existencial de tipo tético, tem, aparentemente, a forma categórica sujeito-predicado. O "ele" poderia ser, aqui, um operador de juízo tético. Ou seja, só na aparência estaríamos perante um juízo categórico (1).

Enquanto que, neste último tipo de juízo, estrutura de superfície e respectiva representação subjacente parecem coincidir, o juízo tético "peut avoir une structure de surface semblable à celle du jugement catégorique".(ibidem: 142).

A distinção pode fazer-se por recursos segmentais de entoação e pausa. Por exemplo: juízo tético - A Maria [sem pausa nem grande elevação melódica] está satisfeita;

juízo categórico - A Maria [pausa e pronunciada elevação melódica na tónica Maria] está satisfeita.

O uso das clivagens ("é que", "é... que", etc) também enfatiza o carácter categórico do juízo.

Marty distingue ainda as frases primárias, cuja estrutura corresponde adequadamente à da significação que representa, das frases secundárias, aquelas que têm uma forma interna que não coincide com a respectiva forma externa (casos dos juízos téticos pseudo-categóricos).

Quando, na p. 162 do romance de Cardoso Pires temos: "(Discrepâncias? Deboches, quer ela dizer); ele há gente para tudo, acrescenta", parece que "ele há gente para tudo" exprimiria um juízo tético, embora tendo a forma de um juízo categórico. Isto porque, segundo Kuroda, "les expressions adéquates des

jugements thétiques ne sont pas réalisées dans nos langues aussi simplement qu'elles pourraient l'être." (ibidem: 156).

O mesmo tipo de estrutura é usado por Eça quando põe, na boca de Amaro, as seguintes palavras: " - Ele, minha senhora, seria notório que uma rapariga de bons princípios fosse casar com um pedreiro-livre, que não se confessa há seis anos!" (OCPA, 225-226).

Uma das gramáticas recentes do português (Mateus et alii, 1983: 225) dá conta da "inexistência de SUs "gramaticais" - aparentes ou vazios" - que, noutras línguas, funcionam como ""suporte" em estruturas com verbos impessoais (...), ou como "marcadores" de posição do SU", mas talvez a estrutura que nos ocupa permita, em parte, relativizar essa constatação. É um facto que em português se diz "Chove" e não "It rains", mas "ele", "aquilo", "isto" parecem ser, nos exemplos estudados, "marcadores" de posição de sujeito. A oposição tético/categorico reveste-se de particular complexidade em línguas de sujeito nulo como o português. Repare-se no exemplo: - O João veio?
- Veio.(cf. Il est venu).

(De qualquer modo, a obrigatoriedade ou não do sujeito frasal é um assunto muito desviado já do tema deste estudo).

Se a fórmula típica de juízo tético "ne se réalise que rarement de manière adéquate (2) dans la langue vivante" (ibidem: 156), não é de estranhar que, aparentemente, a frase tenha a estrutura tradicional sujeito-predicado.

Kuroda conclui, comparando a teoria de Marty à exposta por Chomsky em Aspects of the Theory of Syntax (mas este confronto não interessa demasiado para o objectivo do presente trabalho e

por isso não daremos conta dele exhaustivamente) que a teoria do linguista alemão se assemelha à Teoria Standard (1965), mas desempenhando as estruturas de superfície um papel sintático mais importante do que em Chomsky .

3.

A estrutura que se pretende descrever pode também ter algo a ver com as ideias que Strawson desenvolveu num estudo - "Particular and General" (1953-1954) - depois reeditado em Logic Linguistic Papers em 1971.

A questão filosófica central aí colocada é, como o nome do artigo parece indiciar, "qual é a diferença entre um particular (ou, antes, e em português, singular, individual) e um universal?"

Segundo Strawson, contrariamente às coisas gerais, as individuais não poderiam ter instâncias, ocorrências: "The idea of an individual is the idea of an individual instance of something general. There is no such thing as a pure particular." (Strawson, 1971: 35). Acontece que, dentro das duas categorias - particular e geral - há inúmeras distinções e subconjuntos que dificultam a diferenciação.

Mas Strawson admite a possibilidade de "singular statements which make no mention of (...) individual instances of general things." (ibidem: 37). A estas frases, que não introduzem particulares no nosso discurso mas "provide the materials for

this introduction" (ibidem: 38), Strawson chamou feature-placing sentences, qualquer coisa como "frases colocadoras de características".

Os exemplos que o filósofo fornece de feature-placing sentences aproximam-se, parece, dos casos que nos ocupam. São eles (cf. ibidem: 37):

"It is (has been) raining
Music can be heard in the distance
Snow is falling
There is gold here
There is water here."

Estas frases não fazem uso da noção de ocorrência individual, nem pressupõem a existência de afirmações que façam uso dessa noção. Tal como em "Ele há vidas e vidas" ou "Ele há gente para tudo". Assim, talvez se possa considerar o falso pronome cujo funcionamento se pretende estudar como um elemento com uma função pragmática de distanciamento "territorial" afectivo mais ou menos depreciativo, sendo a forma verbal semanticamente existencial - presente "há" - um operador "colocador de traços" (ou de características). As frases em causa contêm nomes de coisas gerais (music, snow, gold, water, vidas, gente), mas não há referência a nenhuma instância particular, nenhum exemplo individual dessas coisas gerais.

Vilela, Mário (1986: 50) refere-se a frases deste tipo quando, ao passar em revista as estruturas frásicas nucleares de uma gramática de valências adaptada ao português, dá conta daquilo que seria um "núcleo frásico sem actante" nos seguintes exemplos: "Chove.
Está frio.
Apenas chuviscava.
Amanheceu a chover."

Quer nos sirvamos da noção de operador de juízo tético (retomada de Brentano e Marty através de Kuroda), quer da de "feature-placing sentence", parece estarmos próximos de pelo menos três dos exemplos encontrados: "- Ele,minha senhora,seria notório que uma rapariga de bons princípios fosse casar com um pedreiro-livre, que não se confessa há seis anos!" (OCPA, 225-226, sublinhado meu). (Esta relativa-explicativa evidencia o carácter depreciativo de "notório").

Quando se diz acerca de Amélia " - Foi ao Morenal com a D.Maria. Aquilo naturalmente foram para casa das Gansosos passar a noite." (OCPA, 30), também "aquilo" se aproxima, pela função, do "ele", das ocorrências já anteriormente consideradas. A S.Joaneira revela alguma insegurança quanto à explicação para o atraso de Amélia. Faz apenas uma conjectura e o "aquilo" tem carácter de resumo. "Naturalmente" sugere que se trata apenas de uma hipótese de explicação que se coloca e não de uma certeza que se afirma. A modalização da asserção como hipótese é produzida pelo advérbio de modo. O "aquilo" talvez resuma a asserção acabada de produzir, como enquadramento espaço-temporal de um juízo tético. Parece, então, verificar-se um juízo implicitamente equativo ou inferencial. "Aquilo" = naturalmente f, ou algo dubitativamente inferido da asserção que "aquilo" resume. 'A maneira inglesa dir-se-ia ser um "aquilo" "ressumptivo".

A ocorrência da p.97 de OCPA, se traduz alguma despiciência (talvez fingida, retórica) de L em relação à terceira pessoa, de quem fala, (e que trata por "isto", como se fosse uma coisa), pode também ser lida à luz dos dois conceitos acima avançados e,

assim, o "isto" já se não referiria depreciativamente a Amélia, mas seria um operador de juízo tético (aliás incompleto (3)), numa situação de "feature-placing sentence": "Amélia às vezes fazia-se muito familiar; um dia mesmo pediu-lhe para sustentar na mão uma meadinha de retrós que ela ia dobar.

- Deixe falar, senhor pároco! - exclamou a S.Joaneira. - Ora a tolíce! Isto, em se lhe dando confiança!...".

"Isto" não é aqui claramente depreciativo, mas talvez índice de familiariedade e bonomia (em todo o caso, com um certo efeito de apoucamento moral).

O "pronome" "isto" ocorre mais duas vezes em frases deste tipo, que parecem impessoais:

" - Então isto são horas, sua brejeira?" (OCPA, 32) e
" - Pois senhores - disse por fim o cónego mexendo-se - isto são horas!" (OCPA, 31).

"Isto" é ressumptivo de uma situação que o loquente não explicita verbalmente. O facto de ser um pronome neutro (ou seja, não-animado) é que, talvez, acarrete um efeito depreciativo.

Claramente distinto, e já não tendo nada a ver com as duas noções teóricas avançadas neste breve capítulo, é o "isto" do exemplo que se segue: " - Isto é um santo, senhor pároco, isto é um santo! Ai! devo-lhe muitos favores!" (OCPA, 30) que, pronunciado pela S.Joaneira acerca do cónego Dias, encerra uma conotação nitidamente positiva, valorativa. Embora "isto" se use habitualmente para referir coisas e pudesse parecer, portanto, que o seu uso em relação a pessoas tivesse um carácter pejorativo, talvez que a proximidade dística relativamente ao "eu" lhe confira o cunho valorativo que apresenta.

Neste caso, não há depreciação. Talvez haja um efeito retórico de equivalência entre uma designação neutra (de ser não-animado) e o predicado equativo ("isto" = um santo). Dir-se-ia um efeito de clímax, ou escala (axiologicamente) ascendente.

Notas do Capítulo 3.

(1) Mesmo sem a presença de "ele" (fenômeno das escadas a tentar compreender), a expressão "há vidas e vices" é já bastante interessante. Trata-se de uma espécie de tautologia em que há uma violação da primeira máxima de quantidade de Grice: "Make your contribution as informative as is required (for the current purposes of the exchange)." (1975: 46). Aparentemente, a afirmação da galinheira não é informativa. Só o é a nível de implicaturas. O aloductório tem de ser suficientemente perspicaz para retirar, do contexto, os elementos que lhe permitam compreender a intenção comunicativa de L.

(2) Se se abstrair dos supra-segmentais e da clivagem.

(3) O conteúdo do juízo não está totalmente formulado, o que simula que a linguagem é impotente para traduzir a ideia que se quer transmitir. Ou seja, a incompletude do juízo sugere, expressivamente, algo de superlativo.

constituir o espaço adequado para o seu enfoque." Como não pode (nem pôde), acrescentaríamos, constituir o espaço adequado para a focagem dos fenómenos aqui estudados (que aliás, embora muito raramente, tinham que ver com a questão da ênfase). Mas aquelas correntes linguísticas que afirmam que o sistema da língua está vocacionado sobretudo para "representar", "mais do que para "exprimir"" (Fonseca, J., 1987: 216), consideram as questões abordadas neste trabalho como "elementos perturbadores" do sistema, com os quais seria inútil perder tempo.

Ora a verdade é que há elementos da língua cuja função se não pode reduzir ao fornecimento de informações (que, por vezes, não são nenhuma, pelo menos explicitamente). São elementos deste género que ocuparam o centro das nossas reflexões.

Procurámos descrevê-los e só secundariamente etiquetá-los porque, como afirma Anscombre (1983: 52), uma das características da etiquetagem é que "même dans le cas d'arbitraire le plus absolu, il finit tôt ou tard par se présenter comme justifié par des propriétés extrinsèques de l'objet qu'il dénomme". Não sei se consegui sempre, ao longo do trabalho, fugir a este perigo. Embora tenha tentado descrever o valor semântico e pragmático do uso de certas partículas, o certo é que lhes fui pondo nomes, quando chamei, na esteira de Franco, A.C. (1986), partículas modais ao "cá" e ao "lá" (pelo menos na maior parte das ocorrências estudadas), conector argumentativo a um dos "ora"s que estudei, interjeição a outro, ou operadores de juízo tético aos falsos sujeitos (ou marcadores da posição de sujeito) recenseados, por exemplo.

Quando tentámos, apesar de tudo, incluir as palavras estudadas em certas categorias, surgiram dificuldades várias. Aquilo que lemos sobre conectores, para dar apenas um exemplo, deixou-nos a impressão de que reina, neste campo, alguma confusão. Enquanto nos ficamos pelas definições e caracterizações genéricas, tudo parece simples: a função do conector seria estabelecer um laço entre dois enunciados, entre duas entidades semânticas, "explicitar a existência de uma relação entre dois elementos consecutivos do mesmo discurso." (cf. Berrendonner, 1983: 215). Daí que seja fácil distinguir o conector do operador, que é um morfema interno a um enunciado. Há quem aproxime os conectores de operadores formais como os usados na álgebra de Boole, mas devemos ter em conta que os primeiros operam, por vezes, sobre objectos de natureza diversa, que nem sempre são ambos materiais de carácter linguístico. Por outro lado, pode haver conexão sem existir conector explícito e, além disso, o termo à esquerda nem sempre se encontra, com facilidade, representado no contexto anterior. É necessário, frequentemente, procurá-lo nas informações implícitas.

Mas, quando a análise avança e se especializa, esta clareza perde-se e nem sempre são credíveis as distinções entre conectores argumentativos, concessivos, conclusivos, consecutivos, fáticos e pragmáticos. Ou, por outra: estes subconjuntos talvez se não possam colocar todos ao mesmo nível. Os conectores pragmáticos e os argumentativos parecem ser categorias mais genéricas e abrangentes e os outros grupos seriam mais específicos e restritos. Parece, no entanto, comum a todos os conectores o facto de eles não formarem uma classe sintáctica

à parte, homogênea, mas serem morfemas que estão tradicionalmente repartidos pelas conjunções de coordenação, de subordinação, pelos advérbios e locuções adverbiais. O morfema "ora" do grupo 2. tem, genericamente, as características do conector pragmático: é um marcador de estruturação da conversa que fornece instruções argumentativas, apresentando um argumento como destinado a servir uma certa conclusão. Mas cabe, pelo menos em algumas ocorrências, na classe dos conectores fáticos, ou na dos consecutivos, ou na dos conclusivos, ou na dos argumentativos... Talvez estes grupos se sobreponham, por vezes; caso contrário, tem razão Anscombe e a um objecto pode sempre colar-se, ainda quando o arbitrário entre aqui em jogo, esta ou aquela etiqueta.

A ideia não é nova, mas vale a pena repeti-la, transcrevendo as palavras de Calabrese, Omar (1988: 33): "(...) todo o fenómeno analisado é sempre, enquanto fenómeno analisado, um fenómeno construído pelo analista (...).".

1.2.

Um outro ponto a merecer destaque é o das relações entre estudos literários e estudos linguísticos, questão sempre próxima do horizonte deste trabalho. A descrição linguística pode servir, talvez, para fundamentar com alguma objectividade certas intuições e palpites nossos no campo da literatura. Pode permitir, também, fazer saltar sentidos ocultos nos textos literários, ou estabelecer relações até então não visíveis.

O estudo que fizemos, embora incipiente, permite colocar, por exemplo, a questão do realismo em Eça de Queirós de um ângulo diferente do habitual, situá-la ao nível da linguagem e de como esta, na ficção, dá conta do real (ainda que esse "real" seja também linguagem). Nos nossos dias, um interaccionista simbólico, Erving Goffman, analisou, em obras já clássicas, as "façons de parler", as interacções (verbais, no caso que nos interessa). Acontece que, ao lermos Goffman, ao tomarmos contacto com as tipologias estabelecidas por ele enquanto estudou as interacções humanas e o respectivo valor simbólico, vêm-nos permanentemente à memória situações de diálogo de OCPA que parecem escritas de propósito para poderem servir de exemplo às análises de Goffman. Podemos, assim, considerar Eça um realista no sentido em que respeita, nos diálogos da sua ficção, as situações mais típicas das interacções verbais humanas. O romance põe em jogo, segundo Authier-Revuz (1982: 115), através das personagens, ou melhor, das palavras das personagens, "des perspectives, des points de vues idéologiques différenciés". Ora quanto mais verosímeis, quanto menos literárias e mais próximas do discurso oral forem essas palavras, mais conseguido será o efeito de real conseguido pelo diálogo.

Por tudo isto, apesar das limitações que o nosso corpus poderá ter (cf. ponto 4. da Introdução), ele permite, no entanto, colocar um problema interessante: o do realismo na linguagem. Quer dizer: sendo as trocas "reais", de não-ficção, muito mais do que simples linguagem verbal, e ficando elas desvirtuadas quando "traduzidas" para palavras (2), acaba por ser relativamente

tranquilizador estudar trocas que, embora sendo de ficção, retratam a língua real que usamos com um grau de aproximação tão grande como este. O ponto de vista de uma personagem, ou o do autor quando intervém no seu texto, pode ser descrito como a simulação de uma enunciação (cf. Grumbach, J., 1975: 109). (3).

Por outro lado, um corpus literário permite obviar a um outro erro, geralmente decorrente dos exemplos que têm origem na intuição do próprio linguista: a descontextualização (cf. Goffman, E., 1987: 38). No nosso caso, há duas obras de referência e todas as ocorrências estudadas são facilmente contextualizáveis em relação ao universo romanesco de cada uma das obras. Os exemplos saídos da intuição do linguista sofrem uma simplificação artificial dos respectivos contextos e nem sempre ajudam a perceber as ocorrências "reais", registadas em contextos naturais (cf. Ducrot, 1972: 107).

Idênticas reflexões poderiam ser feitas a propósito do romance de José Cardoso Pires. Sabemos como o escritor usa uma linguagem próxima da que se utiliza em ambiente familiar, quotidiana e desprevenidamente (cf. Lepecki, M.L., 1977: passim). Ora, para Bertrand, D. (1984: 25), o uso de formas sociolectais do discurso seria um dos muitos mecanismos de referencialização, capaz de conseguir criar um efeito de real: "Au service du "faire paraître vrai", ces formes complètent à la manière d'une modalisation de surface, l'identification des acteurs qui en assument l'énoncé: elles signalent leur appartenance socio-culturelle. (...). Il est d'ailleurs intéressant de noter que se sont là des expressions figées, des énoncés collectifs stéréotypés reproduits tels quels, dicibles par n'importe quel

membre du groupe, et donc emblématiques de l'univers qu'ils désignent". Ora em BPC, o discurso do narrador, de Elias, das personagens, está repleto de expressões do uso quotidiano e menos vigiado da língua, de tiques e formas de falar características de certos grupos contemporâneos (os agentes da Judiciária, por exemplo, os "submundos de 1960" de que fala Lopes, O. (1986: 101). "Dans le roman authentique, on sent derrière chaque énoncé la nature des langages sociaux avec leurs logique et nécessité internes." (Bakhtine, in Todorov, T., 1981: 97-98). Como afirma Hamon, Ph. (in Barthes et alii, 1982: 171, nota 14), o discurso realista compraz-se em "copier les éléments langagiers de la réalité: bribes de conversations, stéréotypes, chansons, textes publicitaires, signes et pancartes de la rue, inscriptions diverses, enseignes de magasins, étiquettes de marchandises, etc". Claro que este aproveitamento de outros discursos pode dar azo a jogos intertextuais e paródias irónicas. Ao usar os tais "enunciados colectivos estereotipados", o sujeito afirma a sua pertença a um certo grupo dentro de uma comunidade linguística, e ganha em verosimilhança, no caso de esses enunciados serem facilmente reconhecíveis, porque também utilizados, pelo leitor. A mistura de falas que daqui resulta tem a ver com a "heterogeneidade irreductível" que é o próprio ser humano. "La représentation ne sera efficace que s'il y a une analogie entre l'objet représenté et le médium représentant" .(Todorov, T., 1981: 123). Assim, mais do que nunca, levanta-se, a propósito de BPC, a questão da polifonia a que Bakhtine (1977) se refere. Tendo em conta que as intervenções das personagens e do narrador

não são demarcadas com nitidez porque não se usam, frequentemente, os sinais gráficos convencionais para as demarcar, e porque o responsável pelas intervenções nem sempre é identificado, criando este processo engenhosas indefinições e ambiguidades, as falas sobrepõem-se e entrecruzam-se, sem que saibamos a quem as atribuir. Cardoso Pires parece levar ao paroxismo a afirmação de Anscombre (1983: 50) acerca da polifonia tal como ele (e também Ducrot) a entende: "Tout locuteur L d'une énonciation met en scène une série de personnages, les énonciateurs, responsables chacun d'un acte illocutoire. Tout le jeu discursif consiste pour L à utiliser ces énonciations afin de réaliser ses propres visées discursives". Identificando-se com ou distanciando-se de os vários enunciadorees, o locutor dá conta dos seus pontos de vista, por vezes de forma subtil, procurando diminuir o seu próprio comprometimento nas afirmações feitas, nas opiniões expressas. Se a este jogo complicado juntarmos o uso abundante de discurso indirecto livre, que Eça utilizava também com profusão, percebe-se por que razão a escrita de BPC nos aparece como "plurivocal" ("heteroglóssica", Bakhtine, [1981]), deixando "ouvir" vários falares sobrepostos, de enunciadorees múltiplos com cujos actos de fala o locutor por vezes se identifica, por vezes não.

1.3.

Para além das relações entre linguística e literatura, o nosso trabalho faz sobressair também as existentes entre a linguística e outras ciências sociais como a sociologia e a

antropologia. Segundo Santos Silva e Madureira Pinto (1987:17-18) "as fronteiras entre as várias disciplinas" são "precárias e flutuantes": "Elas perspectivam, de diferentes maneiras, a mesma realidade; e é precisamente por esta ser muito complexa que se faz mister, para torná-la inteligível, multiplicar (e cruzar) prismas, princípios e instrumentos teórico-metodológicos". Muitas das observações feitas foram facilitadas, sugeridas pela leitura de Goffman, um interaccionista simbólico, leitura aliás "aconselhada" pelas referências constantes nas obras de Moeschler e de outros autores ligados ao grupo de Genebra e dos Cahiers de Linguistique Française. De facto, muito do que fica escrito tem por base a constatação de Goffman (1973) de que as reivindicações territoriais são universais e, por isso mesmo, permanentemente submetidas a eventuais ameaças donde decorre uma constante actividade reparadora e correctiva.

A noção de interacção esteve sempre presente neste trabalho, obviamente ligada ao conceito de argumentação. Como escreve Letoublon (1983: 87), "Les valeurs argumentatives jouent évidemment dans l'interactivité: si l'on ponctue un discours de pourtant, quoique et autres adverbes ou conjonctions à valeur "logique", c'est pour entraîner autrui à vous suivre dans vos conclusions.". O "ora" que considerámos de premissa menor (cf. grupo 2.) pretendia, exactamente, arrastar o alocutário para as conclusões tiradas pelo locutor. Ducrot sustenta mesmo que qualquer enunciado corresponde a um objectivo argumentativo e acrescenta, entre parêntesis: "le sens est toujours, pour Anscombe et moi, prétention à exercer une influence (...)"

(1983: 24). A influência que L tenta exercer sobre o A pode sê-lo pelo facto de L organizar o seu discurso "pontuado" pelos tais conectores que, como "ora", fazem aparecer, como lógica e necessária, a conclusão que L deseja ver A tirar. Mas a influência pode exercer-se pelo reforço da autoridade de L, ou, pelo contrário, pelo esbatimento artificial da distância hierárquica L-A (e aqui entrariam as partículas "cá" e "lá", em alguns dos seus usos).

Como procurámos ir vendo, o "cá" e o "lá" são subtilmente usados pelo loquente num jogo complexo de demarcação de territórios e de subjectividades. De simples expressões de lugar, passaram a ter funções pragmáticas, conferindo aos enunciados que as incluem modalizações finíssimas cujo valor é, por vezes, muito difícil de explicar. De forma análoga, também o "ora", embora conservando, em certos usos, um sentido temporal, demarcando uma fronteira, se afasta, na complexidade do seu actual funcionamento, de um sentido estritamente temporal.

2.

Um segundo ponto destas reflexões finais irá ser ocupado por brevíssimas considerações de carácter pedagógico que, apesar de não serem obrigatórias neste momento da dissertação, me parecem a propósito, dada a posição específica de quem é professor de língua materna no ensino secundário.

Para ensinar língua materna é preciso tentar conhecê-la, reflectir sobre ela, gostar de trabalhar com ela. Esta tentativa de reflexão sobre alguns fenómenos geralmente marginalizados por quem tem estudado a língua portuguesa prende-se com o desempenho da profissão de professor de língua materna porque representa um esforço por conhecê-la melhor, por reflectir sobre ela e dá conta, espera-se, do gosto que é trabalhar com ela.

O facto de esta dissertação não ter um objectivo imediatamente didáctico, de aplicação directa ao ensino, não significa, portanto, que esteja desligada, na totalidade, de preocupações pedagógicas. Pensamos que ensinar uma língua não é simplificar até à caricatura, reduzir tudo a esquemas transparentes, classificar, pôr etiquetas. Como escreveu Lopes, O. (1971: 26), "A aprendizagem de uma língua é a de um processo de produção, e não a de um quadriculado, que nunca satisfaz por mais que se esmiúce."

Embora Wilmet se estivesse a referir ao caso concreto da abordagem pedagógica do sintagma nominal, cremos serem justas as suas palavras que prevêem um estudo em estratos sucessivos, indo do estrutural para as minúcias: "d'abord l'architecture d'ensemble, puis les nuances - suivant les niveaux d'âge et d'expérience des élèves, - sans remise en cause d'aucune prémisse au fil de l'approfondissement. Système et progressivité: le bénéfice est tangible". (Wilmet, 1983: 33). Evidentemente que esta posição é correcta, em nosso entender, não apenas para a aprendizagem do sintagma nominal, mas para a aprendizagem de qualquer aspecto da língua. As noções de sistematização e progresso estão aliás presentes em outra passagem da já citada

obra de Oscar Lopes, que não resisto a transcrever: "O papel de um professor consiste fundamentalmente em reduzir toda a experiência cultural humana a uma séria ordenada de dificuldades crescentes que exercitem e, quanto antes, conduzam o aluno aos problemas do nosso (e, de preferência, e quanto possível) do seu tempo". (1973: 13). Disse o mesmo estudioso que o sentir se liberta "quando o pensar está bem arrumado" (ibidem: 8). Gostaríamos, pois, de ajudar a pensar de modo "arrumado", sem para isso termos de simplificar abusivamente os fenómenos e sem termos de pôr de lado, durante demasiado tempo, o sentir. A ligação entre linguística e literatura volta a aparecer: trata-se de pensar sobre a língua, de a conhecer e exercitar, de fruir com a leitura dos textos onde ela foi usada de forma superior e que, por isso, nos abriram mundos diferentes do nosso, mas também com o uso que dela fazemos todos, anónima e quotidianamente. É antiga a ideia de que a fruição estética liberta e hoje, que cada vez mais se fala em gozar os tempos livres, vale a pena recordar a frase de Séneca: "Otium sine litteris mors est et hominis vivi sepultura".

3.

Um último ponto necessário desta dissertação será a abertura para eventuais prolongamentos dela, já que tão provisório tudo nos parece no momento de concluir. Uma das direcções de pesquisa

a explorar seria, como já ficou sugerido no ponto 3. da Introdução, estender este estudo a um corpus tirado, por exemplo, do Português Fundamental ou conseguido fora da ficção, em registos actuais, não literários e até pouco vigiados da língua. Poderíamos então verificar se alguns usos das palavras estudadas nos dois romances que foram o nosso corpus decorrerão da ficção, se outras utilizações correntes ficaram de fora, embora façam parte da língua de todos os dias. Seria ainda uma boa ocasião para ver se realmente desapareceram, como parece, algumas expressões usadas por Eça (p.e., "Ora não há!") e que a intuição diz terem caído em desuso.

Por outro lado, e em um sentido de pesquisa bastante diferente, já mais no domínio dos estudos literários (mais propriamente, queirosianos), valeria com certeza a pena confrontar as três versões de OCPA seguindo a presença, nelas, das palavras do discurso que pretendemos estudar. Esta sugestão foi-nos feita pelo Professor Carlos Reis (4) e, se estamos a interpretar correctamente as suas palavras, baseia-se na intuição de que Eça teria reescrito o seu texto no sentido de o aproximar, cada vez mais, da "vivacidade do oral", substituindo certas expressões "mais literárias" por outras mais oralizantes.

O último filão que sentimos ter ainda muito por explorar é o do discurso indirecto livre onde abundam fenómenos cujo estudo é interessante do ponto de vista literário e também linguístico (ver o "que" referido no ponto 5. da Introdução, p.e.). A sua utilização por Eça, Cardoso Pires e por outros escritores merecia um estudo sistemático.

São pelo menos três direcções de pesquisa para as quais este trabalho pode ter funcionado como uma saída. Se a terceira parte parece demasiado ambiciosa, já as duas primeiras serão, talvez, de concretização não muito difícil. Gostaria, portanto, que esta "conclusão" não constituísse um fim, mas antes um início ou, pelo menos, apenas um ponto de passagem.

Porto, Julho de 1989

Isabel Margarida Ribeiro de Oliveira Duarte

Notas da Conclusão

(1) A Linguística parece ter tudo a ganhar quando relaciona os sistemas de signos linguísticos "com as circunstâncias sociais reais da comunicação." (cf. Santos Silva e Madureira Pinto [1987: 23]). Neste sentido, pode dizer-se que o lugar desta ciência é no "universo teórico" que se designa por Ciências sociais.

(2) Segundo Goffman (1987: 56), e contrastando com o teatro, com o romance e com outras formas de literatura, "la conversation naturelle, (...) ne connaît pas ce biais de l'enregistrement; en un mot, elle ignore la transformation systématique en note." Se for gravada e transcrita deixa de ser, no seu suporte material (fita magnética, papel), "conversation naturelle". Disse Barthes (1981): "ce qui se perd dans la transcription, c'est tout simplement le corps".

(3) Vale a pena, talvez, juntar em nota a opinião de Bakhtine (in Todorov, I. [1981: 309]) a outras já referidas: "La procédure qui consiste à analyser un énoncé littéraire comme s'il s'agissait d'un énoncé quotidien et atteste dans l'histoire est, à l'évidence, dangereuse d'un point de vue scientifique, et elle ne peut être utilisée qu'exceptionnellement. Mais en l'absence d'un enregistrement sur gramophone, qui nous aurait fourni un document authentique sur la conversation de personnages vivants, il faut bien avoir recours au matériau littéraire, en tenant compte naturellement de sa nature spécifique".

(4) Orlamente, no dia 25.11.88.

ADAM, Jean-Michel (1977) "Ordre du texte, ordre du discours", Pratiques n° 13, pp. 103-111.

- (1978) "La cohésion des séquences de propositions dans la macro-structure narrative", Langue Française n° 38, pp.100-117.

- (1981) "Votez Mir Rose, achetez Giscard: analyses pragmatiques", Études n° 30, pp. 73-98.

- (1987) "Types de séquences élémentaires", Pratiques n°56, pp.54-79.

ANSCOMBE, Jean-Claude (1979) "Délocutivité benvenistienne, délocutivité généralisée et performativité", Langue Française n°42, pp.69-84.

- (1980) "Voulez-vous dériver avec moi?", Communications n°32, pp.61-124.

- (1983) "Pour Autant, Pourtant (et Comment): à petites causes, grands effets", Cahiers de Linguistique Française, n°5, pp.37-64.

ARMENGAUD, Françoise (1985) La Pragmatique, Paris, PUF, 127pp.

ARRIVÉ, Michel (1973) "Pour une théorie des textes poly-isotopiques", Langages n°31, pp.32-63.

ATTAL, Pierre (1976) "L'acte d'assertion", Semantikos v.1, n°3, pp.1-12.

AUSTIN, John L. (1970) Quand dire c'est faire (1962), Paris, Seuil, 184pp.

- (1983) "Performativo-Constativo" (1962), Linguagem e Ação, Lisboa, Materiais Críticos, pp.41-52.

AUTHIER-REVUZ, Jacqueline (1982) "Hétérogénéité montrée et hétérogénéité constitutive: éléments pour une approche de l'autre dans le discours", DRLAV n°26, pp.91-151.

BAKHTINE, Mikhaïl (1977) Le Marxisme et la Philosophie du Langage (1929), Paris, les éditions de Minuit, 233pp.

- (1981) The Dialogic Imagination, Austin, University of Texas Press, 444pp.

BARTHES, Roland et alii (1982), Littérature et Réalité, Paris, Seuil, 181pp.

BENVENISTE, Émile (1975) O homem e a linguagem (1966), Lisboa, Arcádia, 88pp.

- (1970) "L'appareil formel de l'énonciation", Langages n°17, pp.12-18.

- (1973) "Le langage et l'expérience humaine", Problèmes de Linguistique Générale II, Paris, Gallimard, pp.67-78.

BERRENDONNER, Alain (1981) "Le fantôme de la vérité", éléments de Pragmatique Linguistique, Paris, les éditions de Minuit, pp.33-73.

- (1983) "Connecteurs Pragmatiques et anaphore", Cahiers de Linguistique Française n°5, pp.215-246.

BERTRAND, Denis (1984) "Sémiotique du discours et lecture des textes", Langue Française n°61, pp.9-26.

BORILLO, Andrée (1976) "Les adverbes et la modalisation de l'assertion", Langue Française n°30, pp.74-89.

- (1982) "Deux aspects de la modalisation assertive: croire et savoir", Langages n°67, pp.33-53.

BOHRDIEU, Pierre (1982) Ce que parler veut dire, L'économie des échanges linguistiques, e/i, Fayard, 244pp.

CADIMA, Francisco Rui N. (1986) "No grande jogo da história", Comunicação e Linguagens n°6/7, Lisboa, CECL, pp.373-379.

CADIOT, Anne et alii (1979) "Où mais, non mais" ou il y a dialogue et dialogue", Langue Française n°42, pp.94-102.

CAL, E. Guerra de (1981) Lingua e estilo de Eça de Queirós, Coimbra, Livraria Almedina, 402pp.

CALABRESE, Omar (1988) A idade neobarroca (1987), Lisboa, Edições 70, 209pp.

CARDOSO E CUNHA, Tito (1988) "A ciência pos-moderna e a superação da dicotomia explicar/compreender", Comunicação e Linguagens n°6/7, Lisboa, CECL, pp.273-279.

CHAROLLES, Michel (1976) "Exercices sur les verbes de communication", Pratiques n°9, pp.63-107.

- (1979) "Introduction aux problèmes de la cohérence des textes", Langue Française n°38, pp.7-41.

- (1981) "Il fallait un président à la France", Pratiques n°30, pp.99-112.

COMBETTES, Jean (1978) "Thématisation et progression dans les récits d'enfants", Langue Française n938, pp.74-86.

- (1987) "Types de textes et faits de langue", Pratiques n256, pp.5-17.

CONEIN, Bernard (1986) "Conversation et interaction sociale: analyse de séquences d'offre et d'invitation", Langages n981, pp.111-120.

CORNULIER, R. de (1975) "La notion d'auto-interprétation", études de Linguistique Appliquée n219, pp.52-82.

- (1978) "Remarques sur la perspective sémantique (thème, propos, etc)", Langue Française n242, pp.60-66.

DANJOU-FLAUX, Nelly (1983) "Au contraire, connecteur adversatif", Cahiers de Linguistique Française n25, pp.275-304.

DUCROT, Oswald (1972) Dire et ne pas dire, Paris, Hermann, 311pp.

- (1973) "Les échelles argumentatives", La Preuve et le dire, Mame, pp.225-285.

- (1975) "Je trouve que", Semantikos v.1. n21, pp.63-88.

- (1979) "Les lois du discours", Langue Française n242, pp.21-33.

- (1980a) Les Mots du Discours, Paris, les éditions de Minuit, 241pp.

- (1980b) "Fragmatique Linguistique: Essai d'applications: Mais - Les allusions à l'énonciation - Délocutifs, Performatifs, Discours indirect", Le Langage en Contexte, Amsterdam, John Benjamin BV, pp.467-675.

- (1980c) "Analyses Pragmatiques", Communications n2 32 pp.11-60 (contra versão do artigo anterior).

- (1982) "Note sur l'argumentation et l'acte d'argumenter", Cahiers de Linguistique Française n24, pp.143-164.

- (1983) "Opérateurs argumentatifs et visée argumentative", Cahiers de Linguistique Française n25, pp.7-36.

- (1984) "Enunciacao", "Pressuposição e Alusão", "Referente", "Actos linguísticos", "Dizível/Indizível", Enciclopédia Eneudi 2., Linguagem-Enunciacao, IN-CN, pp.366-476.

FAUCONNIER, Gilles (1981) "Espaces Référentiels", Sull'Anafora, Firenze, Presso l'Accademia della Crusca, pp.129-146.

- FIGUEIREDO, Olívia (1985) Da asserção negativa à refutação - Algumas aportações à oracémica da negação em Português. Porto, 157pp. (dissertação de Mestrado, policopiada).
- FIGUEIREDO, Pedro (1987) "Filosofia, Linguagem, Linguística". Revista da Faculdade de Letras, Série de Filosofia, nº4, U.P., pp.357-369.
- FILLMORE, C.F. (1970) "Verbs of judgement, essay de description sémantique", Langages nº17, pp.56-72.
- FONSECA, Fernanda Irene (1982) "O perfeito e o pretérito e a teoria dos níveis de enunciação", Bíblia, vol. LVIII, pp.75-98.
- (1984) "Para o estudo das relações de tempo no verbo português". Estudos de Filologia, tomo XXIX, CLUL, pp.405-420.
- (1985) "Deixis et anaphore temporelle en portugais", Revista da Faculdade de Letras, Línguas e Literaturas, vol.II, pp.227-292.
- (1986) "Competência narrativa e ensino da língua materna", Palavras nº9, pp.6-10.
- (1987a) "Ensino da Língua Materna: do objecto aos objectivos", Língua Materna, Percursos, Porto, ESE, pp.21-29.
- (1987b) "Referência, "Tradução da Referência" e "Excesso Referencial" Uma leitura do "excesso" em dois textos de Oscar Lopes", Revista da Faculdade de Letras, Línguas e Literaturas, vol.IV, pp.137-149.
- FONSECA, Joaquim (1985) "Síntaxe, semântica e oracémica das comparações emblemáticas e estruturas aparentadas", Revista da Faculdade de Letras, Línguas e Literaturas, vol.II, pp.213-250.
- (1986) "A frase no texto. Algumas propostas de trabalho para a aula de língua materna", Palavras, nº9, pp.11-14.
- FRANCO, António Capataz (1986) Descrição Linguística das Partículas Modais no Português e no Alemão. Porto, 346pp. (tese de doutoramento, policopiada).
- FRASER, Bruce (1974) An analysis of vernacular performative verbs, Boston University, 18pp. (policopiado).
- (1975) "Hedged performatives", Syntax and Semantics, vol.III, Speech Acts, ed.Cole & Morgan, NY, Academic Press, pp.187-210.
- FUCHS, Catherine (1981) "Les problématiques énonciatives: esquisse d'une présentation historique et critique", DRLAV nº25, pp.35-60.

GADET, F. e MAZIERE, F. (1986) "Effets de langue orale", Langages n981, pp.57-73..

GALET, Yvette (1974) "Illustration de la théorie des niveaux d'énonciation", Langue Française n921, pp.26-54.

GALMICHE, Michel (1983) "Les ambiguïtés référentielles ou les pièges de la référence", Langue Française n957, pp.60-86.

GENETTE, Gérard (1972) "Récit de paroles", Figures III, Paris, Seuil, pp.189-203.

GOFFMAN, Erving (1973) La mise en scène de la vie quotidienne 2. Les relations en public. Paris, les éditions de Minuit, pp.43-180.

- (1974) Les sites d'interaction, Paris, les éditions de Minuit, 230pp.

- (1987) Façons de parler (1981), Paris, les éditions de Minuit, 277pp.

GRESILLON, Almuth (1981) "Interrogation et interlocution", DRLAV n925, pp.61-75.

GRICE, Henri P. (1975) "Logic and Conversation", Syntax and Semantics, vol.III, Speech Acts, ed. Cole & Morgan, NY, Academic Press, pp.41-58.

- (1983) "Ouerer Dizer" (1957), Linguagem e Ação Lisboa, Materiais Críticos, pp.87-105.

GRUMBACH, Jenny S. (1975) "Pour une typologie des discours", Langue, Discours, Société, Paris, Seuil, pp.85-121.

GRUNIG, Blanche-Noelle (1981) "Plusieurs Pragmatiques", DRLAV n925, pp.101-118.

GULICH, E. e KOTSCHI, T. (1983) "Les marqueurs de la reformulation paraphrastique", Cahiers de Linguistique Française n95, pp.305-351.

HUNTLEY, Martin (1976) "Presupposition and implicature", Semantikos vol.I, n92, pp.67-83.

JACQUES, Francis (1979) Dialogiques recherches logiques sur le dialogue, Paris, PUF, 422pp.

- (1983) "La mise en communauté de l'énonciation", Langages n970, pp.47-71.

JAYEZ, Jacques (1982) "Quand bien même pourtant, pourtant quand même", Cahiers de Linguistique Française n94, pp.199-217.

KLEIBER, Georges (1983) "Article défini, théorie de la localisation et présupposition existentielle", Langue Française n°57, pp.87-105.

KURODA, S.Y. (1979) "Anton Marty et la théorie transformationnelle de la grammaire", Aux quatre coins de la linguistique, Paris, Seuil, pp.119-156.

LANG, Ewald (1972) "Quand une grammaire de texte est-elle plus adéquate qu'une grammaire de phrase?", Langue Française n°26, pp.75-80.

LECOINTRE, S. e LE GALLIOT, J. (1973) "Le Je(u) de l'énonciation", Langages n°31, pp.64-79.

LEHMANN, Denis (1983) "La Grammaire de Texte: une linguistique impliquée?", Langue Française n°68, pp.100-114.

LEVINSON, Stephen C. (1983) Pragmatics, Cambridge, University Press, 420pp.

LIMA, Isabel Pires de (1987) As Máscaras do Desengano, para uma abordagem sociológica de Os Maias de Eça de Queirós, Lisboa, Caminho, 368pp.

LIMA, José Pinto de (1983) Linguagem e Ação -Da filosofia analítica à linguística pragmática (org., introdução e bibliografia), Lisboa, Materiais Críticos, 146op.

LONZI, Lidia (1970) "Anaphore et récit", Communications n°16, pp.133-142.

LOPES, Oscar (1958) "Lógica gramatical e lógica simbólica", separata do n°17 da revista Labor, Aveiro, 16pp.

- (1971) Gramática Simbólica do Português (um esboço) Lisboa, Fundação Calouste Gulbenkian, 338pp.

- (1983) "Sobre as contrastivas em Português", Actes du XVIIe Congrès International de Linguistique et Philologie Romanes, vol.IV, Aix-en-Provence, pp.541-554.

- (1986a) "Os tempos e as vozes na obra de Cardoso Pires", Jornal de Letras de 8.9.86 e de 15.9.86.

- (1986b) "A Porta Mágica de Haroldo de Campos. Como eu gosto deste livro.", Uma arte de música e outros ensaios, Porto, Oficina Musical, pp.99-105.

- (1986c) "Algumas peculiaridades semânticas do Português", Uma arte de música e outros ensaios, Porto, Oficina Musical, pp.107-134.

LUNDQUIST, Lita (1983) L'analyse textuelle, Méthode, exercices, Paris, CEDIC, 159pp.

MAILLARD, Michel (1974) "Essai de typologie des substituts diaphoriques (supportés d'une anaphore et/ou d'une cataphore)", Langue Française n°21, pp.35-71.

MAINGUENEAU, Dominique (1967) "Les mots du discours", Nouvelles tendances en analyse du discours, Paris, Hachette, pp.95-132.

MARADIN, Jean-Marie (1966) "C'est un autre.. L'interprétation anaphorique du syntagme démonstratif", Langages n° 61, pp.75-89.

MARTIN, Robert (1963) "De la double "extensité" du partitif", Langue Française n°57, pp.34-42.

METRAL, Janine (1960) "A partir d'Agora - quelques réflexions", Cahiers de Linguistique Française n°4, pp.219-228.

MEUNIER, André (1974) "Modalités et communication", Langue Française n°21, pp.9-25.

- (1961) "Grammaire du français et modalités. Matériaux pour l'histoire d'une nébuleuse", DRLAV n°25, pp.119-144.

MEYER-HERMANN, Reinhard (1964) "Formas de "atenuação" no ensino do Português como Língua Estrangeira", Estudos de Linguística Portuguesa, (orgs. Herculano de Carvalho e Jürgen Schmidt-Redefelt), Coimbra, Coimbra Editora, pp.173-194.

MILNER, Jean-Claude (1976) "Réflexions sur la référence", Langue Française n°30 pp.63-73.

MOESCHLER, Jacques (1982a) Dire et contredire. Pragmatique de la négation et de la réfutation dans la conversation, Berne, Peter Lang, 220pp.

- e SPENLGER, N. (1982b) "La concession ou la réfutation interdite: approches argumentative et conversationnelle", Cahiers de Linguistique Française n° 4, pp.7-36.

- e SCHELLING, M. ZENONE, A. (1982c) "Structure de l'intervention, connecteurs pragmatiques et argumentation: à propos d'Agora", Cahiers de Linguistique Française n°4, pp.165-187.

- (1983) "Contraintes structurelles et contraintes d'enchaînement dans la description des connecteurs concessifs en conversation", Cahiers de Linguistique Française n°5, pp.131-152.

- (1985) Argumentation et Conversation éléments pour une analyse pragmatique du discours, Paris, Hatier-Crédif, 203pp.

OLERON, Pierre, L'Argumentation, Paris, PUF, 125pp.

OLIVEIRA, Fátima (1987) "Cadeias anafóricas. Que referência?", Revista da Faculdade de Letras, Línguas e Literaturas, Vol.IV, pp.125-135.

ORECCHIONI, C.- K. (1980) L'énunciation De la subjectivité dans le langage, Paris, Armand Colin, 287pp.

PARRET, Herman (1979) "De qu'il faut croire et désirer pour poser une question", Langue Française n242 pp.35-93.

PERELMAN, Ch. e OLBRECHTS-TYTECA, L. (1970) Traité de l'argumentation La nouvelle rhétorique, 48 ed. (1983), Editions de l'Université de Bruxelles, 734pp.

PETITJEAN, André (1981) "Les histoires drôles", Pratiques n230, pp.11-26.

- (1982) Pratiques d'écriture raconter et décrire, Paris, CEDIC, 159pp.

- (1987) "Les textes descriptifs: exercices", Pratiques n256, pp.80-100.

PETITJEAN, Roger (1974) De la lecture à l'écriture, La Transformation de Texte, Paris, CEDIC, 175pp.

PINCHON, J. (1974) "L'homme dans la langue, l'expression du temps", Langue Française n221, pp.43-53.

PINTO, José Fernando Madureira (1985) "Elementos para uma teoria dos processos simbólico-ideológicos", Estruturas Sociais e práticas simbólico-ideológicas nos Campos, Porto, Afrontamento, pp.37-71.

PORCHER, Louis (1977) "écrits et Pouvoirs", études de Linguistique Appliquée n28, pp.79-84.

PORTINE, Henri (1983) L'argumentation écrite Expression et communication, Paris, BELC, 160pp.

PRIVAT, Jean-Marie (1987) "Les petites annonces macaroniales", Pratiques n256, pp.101-119.

RECANATI, François (1979a) La transparence et l'énunciation pour introduire à la pragmatique, Paris, Seuil 215pp.

- (1979b) "Le développement de la pragmatique", Langue Française n242, pp.6-20.

- (1979c) "Insinuation et sous-entendu", Communications n230, pp.95-106.

- (1980) "Qu'est-ce qu'un acte locutionnaire?", Communications n232, pp.190-215.

RECANATI (cont.) (1983) "La sémantique des noms propres - remarques sur la notion de "designateur rigide", Langue Française n957, pp.102-112.

REICHLER-BEGUELIN, Marie-Josée (1982) "Anaphore, cataphore et mémoire discursive", Pratiques n957, pp.15-43.

REVAS, Françoise (1983) "Du descriptif au narratif et à l'injonctif", Pratiques n956, pp.16-38.

RICHTERICH, René (1976) "Les situations de communication et les types de discours", La Française dans le Monde n9121, pp.30-35.

ROBIN, Régine (1986) "Postface. L'analyse du discours entre la linguistique et les sciences humaines: l'éternel malentendu", Langages n981, pp.121-123.

ROULET, Eddy (1978) "Essai de classement syntaxique et sémantique des verbes potentiellement performatifs en Français", Cahiers de Linguistique n98, pp.437-455.

- (1980) "Modalité et illocution", Communications n932, pp.216-237.

RUBATTEL, C. (1981) "Remarques sur les performatifs fonctionnant comme marqueurs d'interactivité", Cahiers de Linguistique Française n92, pp.89-92.

- (1982) "De la syntaxe des connecteurs pragmatiques", Cahiers de Linguistique Française n94, pp.37-61.

- (1983) "Sur la position et le cumul des connecteurs pragmatiques: syntaxe et forme logique des adverbiaux", Cahiers de Linguistique Française n95, pp.153-166.

SANTOS, Boaventura de Sousa (1987) Introdução a uma Ciência Pós-moderna, Porto, edições Afrontamento, 199pp.

SCHELLING, Marianne (1982) "Quelques modalités de clôture: les conclusifs finalement, en somme, au fond, de toute façon", Cahiers de Linguistique Française n94, pp.63-106.

- (1983) "Remarques sur le rôle de quelques connecteurs (Donc, Alors, Finalement, Au fond, dans les enchaînements en dialogue)", Cahiers de Linguistique Française n95, pp.169-186.

SEARLE, John R. (1965) "O que é um acto linguístico?", Linguagem e Acção, Lisboa, (1983) Materiais Críticos, pp.59-85.

- (1969) Les Actes de Langage, Paris (1972), Hermann, 261pp.

- (1975) "Indirect Speech Acts", Syntax and Semantics vol. 3, Cole & Morgan, NY, pp.59-82.

SEARLE (cont) (1976) "Taxonomie des actes illocutoires", Sens et Expression, Paris, pp.37-70.

- (1979) "Le sens littéral", Langue Française n942, pp.34-47.

SILVA, A.S. e PINTO, J.F.M. (1987) "Uma visão global sobre as Ciências Sociais", Metodologia das Ciências Sociais, Porto, edições Afrontamento, pp.9-27.

SIRDAR-ISKANDAR, C. (1983) "Voyons!", Cahiers de Linguistique Française n95, pp.111-130.

SLAKTA, Denis (1975) "L'ordre du texte", études de Linguistique Appliquée n919, pp.30-42.

STRAWSON, P.F. (1970) "Phrase et acte de parole", Langages n917, pp.19-33.

- (1971) "Particular and General", Logic-Linguistic Papers, Methuen & Co. Ltd, pp.28-52.

TODOROV, Tzvetan (1970a) "Problèmes de l'énonciation", Langages n917, pp.3-11.

- (1970b) "Freud sur l'énonciation", Langages n917, pp.34-41.

- (1981) Mikhaïl Bakhtine le principe dialogique Paris, Seuil, 314pp.

VERSCHUEREN, J. (1981) "Basic Linguistics Action Verbs", Cahiers de Linguistique Française n92, pp.71-98.

VILELA, M. e BUSSE, W. (1986) Gramática de Valências, Coimbra, Almedina, 133pp.

WELKE, Dieter (1980) "Séquentialité et succès des Actes de Langage", DRLAV n922-23, pp.177-210.

WIDMER, Jean (1982) "Placement et structuration: aspects interactionnels et linguistiques d'une intervention", Cahiers de Linguistique Française n9 4, pp.229-261.

WILMET, Marc (1983) "Les déterminants du nom en français - Essai de synthèse", Langue Française n957, pp.15-33.

WILSON, D. e SPERBER, D. (1979) "Remarques sur l'interprétation des énoncés selon Paul Grice", Communications n930, pp.20-94.

WUNDERLICH, Dieter (1972) "Pragmatique, situation d'énonciation et deixis", Langages n926, pp.34-58.

ZASLAWSKY, D. (1979) "Pronoms personnels, performatifs et actes de langage", Langue Française n°42, pp.48-59.

ZENONE, Anna (1982) "La consécution sans contradiction: donc, par conséquent, alors, ainsi, aussi", Cahiers de Linguistique Française n°4, pp.107-142.

- (1983) "La consécution sans contradiction: Donc, Par conséquent, Alors, Ainsi, Aussi", (II), Cahiers de Linguistique Française n°5, pp.189-214.

Cá.

1.

E o velho, apoderandose logo do banco junto da porta, disse com satisfação :

- Agora cá o catrão :

- Vocemecê tem muito que consultar ? - perguntou-lhe João Eduardo. (249)

- E cá o rapaz a acompanhar-me - disse um sargento do seis de caçadores, tomando logo a guitarra. (84)

- E o ouro é cá o menino - dizia Amaro com palmadinhas no peito. - Que te parece ? (338)

E cá dos meus ! Também entre nós é para a vida e para a morte. Deixa lá a conta, Osório barrigudo, ouve o que te digo ! Este é dos bons... E se ele aqui voltar e quiser dois litros a crédito, é dar-lhos... Cá o Bibi responde por tudo. (269)

Daí o é-vontade com que ela se pôs desnuda diante cá do polícia. (Balada, 172)

2.

2.1.

- Cá esta senhora é proprietária - explicou o cônego falando do Morenel. - é um condeado ! (30)

E se este - abraçava João Eduardo - é como se fosse irmão ! (268)

- Você não deixa de ter razão... Eu fui para o ouvir... Faz-me honra cá o discípulo - acrescentou piscando o olho a Amélia. (305)

- Vai, você ver o que é um caldo de galinha feito cá pela senhora ! Da gente se babar !... (28)

2.2.

-Então, senhor cônego, que lhe parece cá a minha doente ? - perguntou Amélia. (353)

-Disto é que eu gosto, - dizia o tipógrafo a quem a aguardente aumentara a ternura. - Harmonia ! Cá o meu fraco é a harmonia ! (269)

Eu (acrescentava), perco quase todas as semanas três, quatro banhos, de propósito para os espaçar e dar tempo, porque cá a minha mulher já sabe que eu sem os meus cinquenta não vai. Ora já tenho quarenta, veja lá você. (446)

- Então como vai cá o seu menino ? (196)

- Foram os ofícios do Moraes... Eu gem dei por isso, ocupado cá na minha campanha... (207)

3.

3.1.

E nós cá estamos. nós. filhos do trabalho, para vos marcar na frente o estigma da infâmia. (173)

Não quis subir porque imaginei que estaria o escrevente, e estas coisas são cá para nós. (198)

Eu cá ando no meu fito, saber quem é o "liberal" e esquecê-lo. Não posso ver esta gente que leva a chicotada, coça-se, e curva a orelha. Eu cá não! Eu guardo-es! (193)

O Padre Amaro então, ratomado pela sua preocupação:

-Estávamos cá a falar do caso do João Eduardo: o "Comunicado"! (229)

-Daquela vez que eu te comi de gatas, etão não me lembro.

-Pois olha eu cá não. (Balada, 149)

3.2.

Então que quer? Eu cá sou assim. Tanto digo que me não importei com ela, como digo que há uma pessoa por quem dava tudo... Eu sei... (85)

Eu cá sou assim! E se os senhores eclesásticos continuarem a escandalizar Leiria - eu ainda sei queimar uma cidade como um capel inútil, e ainda me resta água para dilúvios! (213)

E no outro dia o pai juiz levou-o ao Tribunal da Boa Hora, que tem um nome bonito, Boa Hora, nós cá somos assim, e um lugar de sentenças chamamos-lhe de boa hora e um campo de cemitério dizemos que é dos prazeres. (Balada, 145)

A senhoria lamenta: Cá por mim a recaria estava-lhe muito presa, a parva. (Balada, 163)

Elias: cá por mim rezo senão por ela nas minhas orações. (Balada, 174)

-Eu cá por mim, senhor cônego, não tenho razão senão para estar feliz. (200)

3.3.

-Ora, histórias! Que me vem você contar? Você é hóspede... Deixe-se disso, homem! É como quem está na hospedaria.

-Não, não, Padre-Mestre, eu cá me entendo... (131)

(...); ela, pois sim. eu cá me entendo, e a protestar que amor é uso, é posse, nas tintas para a liberdade. (Balada, 164)

-Estava cá a malucar como hei-de castigar a carne na Quaresma - disse o cônego com um riso grosso. (133)

No Alentejo não viu nada. confessa; o cabo é que só via trevo por onde passava. Essa cá me ficou, murmura Roque. Algemado e a pensar na lavoura, a alma do diabo. (Balada, 205)

Aquela (indicou Mena) não pensa mesmo noutra coisa, é só cremes e aldrabices que eu cá sei, e eu qualquer dia também tenho que preparar a minha máscara. qual é a dúvida? (Balada, 192)

4.

- Adeu..., tio Esquelhas. Dê cá a mão, tio Esquelhas. Adeus... (485)

- Então ouve cá - disse ele chegando-se mais para ela fazendo ranger o catre com o seu peso.

- Ouve cá, quem é o outro? (354)

- Dize cá. tua mãe não desconfia de nada?

- Não, por ora não se percebe - respondeu ela com um grande ai (371).

5.

A mamã cá me pôs ao facto da conversação que teve consigo (189).

Em todo o caso Elias pressente complicação, menina, ligue-me para casa do senhor inspector. E como o telefone lhe responde com sonsidos de castigo, diz: cá me parecia. (Balada, 215)

6.

Covas, o que você tem ali é uma mulher-a-dias pornográfica, que é cá uma especialidade que ninguém ainda tinha descoberto. (Balada, 179)

O major, que tinha cá uns pulmões de leão, à mais pequena coisa punha-se a berrar que daquela porta para fora cada qual tinha a sua liberdade e que não precisava que ela lhe desse contas do que fazia para coisa alguma nenhuma. (Balada, 163)

Essa do dinheiro a rodos também é cá uma destas bocas, rosnou o inspector Otero. (Balada, 70)

Mas, acrescenta Elias, esta universidade do tremço é cá um destes viveiros que Deus te livre. (Balada, 110)

7.

Mena : Quanto à senhoria, quanto à mulherzinha, olhe, paciência, ela que faça o que lhe der na gana, quero cá bem saber. (Balada, 171)

Situações-limite:

- Homem ! - disse o abade com ingenuidade - disso é que eu cá precisava. Eu então tenho de andar aí a estafar-me de porta em porta. (116)

Cá : advérbio de lugar ou PM pertencente ao grupo 3.2. ?

- Cá o trago, cá o trago em triunfo ! Vem ora quebrar a cara a toda a padaria... (430)

Cá : advérbio de lugar ou PM pertencente ao grupo 5. ?

- E cá pelo nosso canto parece que começam também essas ideias... (496)

Cá : advérbio de lugar ou PM pertencente a 2.2. ?

Lá.

1.

A devoção caía como uma vela a que falta o vento: as boas resoluções fugiam, e lá voltavam as tentações em bando a apoderar-se do seu cérebro, frementes, arrulhando, roçando-se umas pelas outras como um bando de pombas que recolhem ao pombal! (99)

- Lá recebi a cartinha, menina Amélia... (191)

- Eu lá disse ao padre Saldanha... começou Natário perorando. (199)

E então a pobre entrevada lá se foi... Conte lá, senhor pároco... (224)

Então jurava não voltar a Ricoça, desprezá-la, - mas depois de ter passado a noite, rolando-se pela cama sem poder dormir, com a mesma visão da nudez dela cravada intoleravelmente no cérebro, lá partia de manhã para a Ricoça, (...) (426)

O enxota-dões lá se postava ao portal para não deixar passar as criancinhas; (435)

Estava alagado! Lá falara a Carlota e ao anão; lá lhe pagara um ano adiantado; agora era esperar pela noite!... (460)

(...) e agachados sobre os guarda-chuvas, chapinhando na lama, lá iam levando em triunfo Francisco, o novo cristão. (479)

- Todas as desgraças vêm juntas. Sabe, a pobre Ameliazinha lá morreu de repente... (485)

Mas enfim a coisa esqueceu, e quando o Matias morreu, lá lhe demos o lugar de sacristão, que é bem boa posta... (494)

E pronto, disse o inspector, lá vem ele com a Censura. (Balada, 70)

E é fatal, estacionado diante da mesma loja, noite e dia sem arredar uma polegada, lá está o velho e familiar Osmobile com o letreiro Bazar Ortopédico/Orgamentos Grátis colado no vidro de trás. (Balada, 80)

A ler estendida numa enxerga e a ouvir rádio - a ouvir os ratos também, porque, lá está, nem neste calabouço os ratos a deixam em paz, sente-os de noite acola, aos pés da tarimba, ou algures nessa zona dos canos do lavatório. (Balada, 158)

Elias põe-se um pouco de lado porque sabe que ela se vai voltar. Ao mesmo tempo verifica que não tem o cabelo azulado mas cheio de reflexos de aço, esplendor metálico, lunar, e, atenção, lá está ela a voltar-se devagarinho. (Balada, 213)

Fontenova hesita. Chatice, lá começamos nós, suspira Elias. Conhece estas interrupções, são pormenores, rigores de nada, que só servem para atrasar. (Balada, 229)

E Mena lá seguiu, o claro aventureiro de uma cabeleira platinada subindo a ravina à flor dos arbustos, (...) (Balada, 186)

(...), diante do senhor administrador que lá estava na varanda de binóculo para a Teles - (...) (457)

Foi primeiro mudar de roupa e depois lá desceu à sala, sabe Deus com que vontade. (Balada, 157)

As supostas cartas de Paris, como diz Elias Chefe. Exactamente, passou que tempos a fazer rascunhos mas lá conseguiu. (Balada, 71).

2.

- Tome lá esse cartão, ande, jogue. (71)

- Deixa lá, o Agostinho tem um par de mil cruzados que lhe deixam as bias, é um partidão! (35)

- Vai-se a gente sujar toda - disse Amelia. - Dixer lá a D.Maria, hem? Vamos nós ver a quinta... Por aqui, senhor pároco...(122-123)

Neste momento a S.Joaneira entrou, e logo de porta, abrindo os braços:

- Viva! Então já sei, já sei! Disse-me o senhor padre Natário: grande jantar! Conte lá, conte lá! (133)

- E veja lá, não lhe esqueça alguma coisa, senhor pároco! (136)

- Isso de spleen é de inglês! Oh menino, novas de ver o Taborda no "amor Londrino"... Deixa lá o spleen, e ceitar lastro para dentro e carregar no liquido. (257)

- O tio Osório é que vai dizer. Diga lá o amigo. Vocemecê era homem de mudar as suas opiniões políticas, para fazer a vontade à sua patroa? (261)

- E ouve lá, Totozinha, tu que ouves? Ouves ranger a cama? (354)

- Deixe lá o homem, Natário - disse Amaro. (461)

- E diga lá, Padre-Mestre, o Libaninho? (495)

Elias: São muitas, hermano. Vê lá o que dizes. (Balada, 205)

- Onde vem a mema?
- Deixe lá a mema. (142)

- Deixe lá, padre Matias, deixe lá: - disse o abade. - Olhe que há pobreza deveras. (113)

Amélia mandava cuncer boue de flor de laranjeira. - Deixe-a lá - rosnou o cônego - deixe-a lá! Aquilo passerinha. São calores! (172)

Quando tiverem esse caso da religião de nossos pais, que têm os senhores para a substituir? Que têm? Mostre lá:

A expressão enbaraçada de João Eduardo (que não tinha ali, para a mostrar, uma religião que substituísse a de nossos pais, fez triunfar o doutor. (245)

- Repita o caso de ir para a rua! Com quem está voca falar? (270)

- E diga-me lá então a senhora, já que é tão doutora. O vinho, no divino sacrificio, deve ser branco ou tinto? (302)

- Ouça lá, senhor cônego Dias. Olhe que eu vi-o ao senhor uma vez na cama com a E. Joaneira... (356)

- Traste porquê, diga-me lá! Traste porquê? Temos ambos culpas no carcorio, eis aí está. (357)

- Tu estás tora de ti, filha... Dize lá, posso eu casar contigo? Não! Bem, então que queres? (370)

- Não se cense. O nome não aparece, deixe lá... Não vale a pena ganhar dor de peito... (376)

- Ouve lá - disse Amaro com os olhos desmejantes, agarrando-o - olhe o braço - tu confessaste-te ao abade? (424)

- Diga lá tudo, Dionísia. As mulheres catamoras? (448)

- Ai está - disse ele - Mas ouça lá. Iero agora é sério. Agora é outra coisa. Olhe que o não quero morto... (464)

- Diga lá, abade, para que os meus as senhores ensinar a ler? (467)

Por consequente para lá com o francês e volte tudo à primeira forma. (Balada, 71)

O architecto preparou-se para sair: "O caso do Barroca resolve-se, deixe lá." (Balada, 72)

- Chama-o lá.

- O quê?

- Chama-o lá, o teu marido. (Balada, 149)

Amantes, diga-lhes lá. Eu e o major éramos amantes, se é isso que eles querem ouvir. (Balada, 210)

E porque à Fide, diga lá? Porque a gente não a apertou como deveria ser? Porque não chegam para si, acha que não? (Balada, 244)

- Para esmoer - respondeu o cônego erguendo-se com dificuldade.
- Vamos lá à fazenda do abade! (119)

Polícia e acusada frente a frente, ora vamos lá arrumar isto. (Balada, 216)

Okay, vamos lá ver isso. (Balada, 224)

Pergunta: a fuga para o hotel, vamos lá a saber. (Balada, 242)

- Vá lá, para fazer companhia - disse jovialmente o cônego sentando-se e desdobrando o guardanapo. (29)

- O Couceiro. vá lá aquela do "Tio Cosme, meu brejeiro!" (69)

Ela sentava-se, exalando um profundo "Uf!" - Vá lá a gotinha do café!" e batendo no ombro do pároco, olhando para a S.Joaneira: (...). (100)

2.1.

Mena, muito directa, cabeça erguida: a menos que seja atenuante gostar-se dum homem. Ou agravante. Talvez lhe interesse apurar, veja lá. (Balada, 167)

Cadáver político, ora tema lá. (Balada, 34)

Mas pegou, disse o chefe de brigada, telefonemos aos jornais e veja lá se eles corrigiram. (Balada, 70)

Este caçou a cajado e partiu bolota com os dentes e, vá lá, era tractorista sem carta à data da incorporação. (Balada, 66)

Felizmente que Dantas C não escabuchou, vá lá, deitou a denúncia à lareira e a coisa ficou em compromisso de fogo entre amantes. (Balada, 185)

Vejam vocês esta corja: o dr.Godinho no jornal as bulhas com o Governo Civil, e o Governo Civil a atirar postes aos afilhados do dr.Godinho... Vá lá entendê-los! Isto é um país de biltres! (192)

Guardou tudo, vá lá saber-se porque, para o tal sábado em que decidiu pôr a escrita em dia, advogado, generais, o maralhal por inteiro. (Balada, 206)

3.

Se não é pedir muito perquiram pela espia dos cabelos platinados, é lá uma curiosidade deles, porque, louca ou sequestrada, a imprensa, a opinião, o país, têm o direito de saber quem são os traidores que ainda agora venderam o Indis aos inimigos e já andam na nossa própria casa a ameaçar as pessoas e os bens da Nação. (Balada, 36)

Dantas U: "Não diga nonsense, Fontenova. O Comodoro se ainda não deu sinal lá ter as suas noivas." (Balada, 58)

Depois que a mena foi viver parece que para a Avenida de Roma, ou seja, quando se juntou com o senhor maior para fazer lá a vida dela, a casa ficou-lhe estreita. (Balada, 74)

Isso é lá com ele, dir-se-ia. Mas, porra, um esvoaçar de tal alcance bafeja o geral e engrossa o dejecto. (Balada, 92)

Lá vai, pois, o caminho do corredor, e cada dia avança de merrada mais baixa, o infeliz. (Balada, 140)

Em meia dúzia de linhas de última hora passa pela notícia da detenção do advogado dos bilhos que na letra de imprensa responde pelo nome de Ilustre Clausidico, é lá com ele, a Elias tanto se lhe dá. (Balada, 148)

A mim o que me vale não é a vida seja lá de quem for, com essa posso eu bem. O que me vale são os meus prejuizos, remate a galinheira dos ovos de ouro. (Balada, 165)

E é com isto que os juizes ou lá quem eles são se vão pôr a chafurder? (Balada, 171)

O nome - padre, capelão, ou lá o que fosse - inclinou-se sobre o corpo que estava ao lado dele (...). (Balada, 28)

(...), falou do humanismo fácil daquelas que se deixam levar por essa malta, falou da pureza da cidade cristã, e do medo, e da ronha humilde, e do instinto de desercão ou lá o que seja. Mena seria incapaz de repetir agora ali tudo o que ele falou. (...). (Balada, 72)

E elas lá vão: subindo ao céu, gravitando naqueles anéis, rodando sobre si mesmas, muito nirtos, mãos cruzadas sobre o peito, sotainas ao vento, avolando a prumo, subindo senore, no sentido da eternidade. (Balada, 32)

Vão de rolinho de papel espiado e caminho das repartições de bairro, e caminho aos guichets da vida em ordem, lá vão elas; (Balada, 34)

E as damas lá vão, ainda a sacudirem-se dos cortiços onde acabaram de sair mas aingrando todas na mesma direcção, todas a caminho da Baixa e do carulho das luzes onde se irão perder num

abalar de perfumes e de lanchoucas entre as esquinas e os bares. (Balada, 246)

- E como vai ela, a Joazeira?

- Coitadita, lá vai! Tem saúde, graças a Deus! Gorda, sempre com bom apetite. (188)

Mas não estava nada perdido, graças a Deus. A Dionísia lá andava no farol! (373)

- Então, há alguma novidade?

Ele franzia a testa, hesitava:

- A Dionísia lá anda... Forquê, tem muita pressa! (376)

(...) mas vacara Vila Franca, e ele, para estar mais perto da capital, viera fazer com o senhor conde de Sibamar, o seu conde que lá andava obtendo a transferência. (494)

Selo que aceta de perceber, o maior depois de informado dos segredos do lençol alheio e do remorso da bela ecúliera, luziu-lhe lá uma certa estrelinha e amendou a palmada do bom pastor na ovelha tremelinhada. (Balada, 170)

3.1.

O que devemos fazer já o sabemos, e como já se tagarelou bastante sobre o caso, a senhora vende vir o chá. E o que lá vai, lá vai, não se fale mais na questão. (175)

A patifaria do jornal isso pertence à história... O que lá vai, lá vai! (192)

Um copelinho que dava saúde ao olhar para ele: Pois senhores, lá vai! Isto é o que eu chamo um sacrilégio... (229)

Disse-lho na cara, porque a lei das roínas já lá vai... Derrepentes o nosso sangue nas trincheiras do Porto, justamente para não haver lei das roínas... (235)

- Já lá vai o tempo. Padre-Mestre - olasse o parafuso vindo - lá as não confesso senão casadas! (497)

Prédios de cantaria e azulejo, o miradouro envidracado num telhado de esquadra, um palacete entre cerejeiras e palmeiras, memórias duma burguesia republicana que já lá vai. (Balada, 246)

Os nossos santos padres consideravam-nos um dos meios mais eficazes da piedade. Lá disse a glosa, pondo o verbo na boca do santo: (...) (316)

De padres e de miúdas tranviadas este o cinema creio, já lá disse Santa Teresa quando apareceu ao Al Capone. (Balada, 41)

Ah! E outra coisa, o seu negócio arranja-se. Lá para o mês que vem tem você o seu emprego no Governo Civil. (180)

Amanhã tala é ratarica, e lá para o fim da semana levar-ma à Sé. (229)

Lá mais para o espalhecer vão chegar os Manos Trobelias que são condes de torre, cavalo e peque-mate, e vai ser champagne até vir o dom Sebastião e cavalo marroquino. (Balada, 109)

Seja como for, e meio lá com certo copo perou a contemplar a bebida e disse:

"Como vê, Fortesque, mesmo sem telefone arranjam-se contactos quando é preciso." (Balada, 181)

Quando lá lhe lembrava estendia um sopro de cigarro assim para o tecto (referia-se ao cabo: e ameaçava com a cabeça. (Balada, 191)

4.

- Eu podia lá esperar! - continuou ela admirada.

- E está agora em Lisboa? (47)

Era lá possível uma testa religiosa sem uma boa voz de contralto? (54)

- Estou douda por ti, filha!

- Creio lá nisso! - murmurou ela. (97)

E o homem encolheu-se todo: sabia lá, uma testemunha local não é obrigada a adivinhar o que fazem dois saídos à vela numa gaiola de telhado. (Balada, 24)

Interessava-lhe que Maria saísse dali devidamente aviada e subscrita e muito naturalmente que se fosse longe, sabe-se lá onde. (Balada, 95)

"E se calhar há uma data de tempo, sei lá há quanto tempo é que o coiro me anda a traír. Nem até onde." (Balada, 107)

Secode o cabelo com a ponta dos dedos: Ehetice, ainda por cima estou menstruada. Uma porcaria, sabe lá. (Balada, 172)

Posso contar tudo, os sítios, as maneiras, sei lá, essas coisas podem ser importantes para os homercinhos do relatório, então não são. (Balada, 211)

Quantos dias, semanas, saíam lá, ter-lan de esperar naquelas quatro paredes para fugirem do país? (Balada, 239)

5.

- E tonight mulher - disse o coadjutor respeitosamente.

- Lá isso! - exclamou o cônego barando outra vez. - Lá isso! Bem conservada até ali! (21)

- Viva! Não, lá nisso também eu entro! - exclamou logo o conego. - A bela maçã esbada! Nunca me escapei! Grande dona de casa, cá a nossa, E. Joaneira, Grande dona de casa! (129)

Ester a gente a confessar-se e a ver o pinga do repe, como era com o Raposo, credo! Até se perde a devoção! É o bruto do José Miguéis! Não, lá isso Deus me mate com gente nova. (131)

- O Acostinho, patife! - faziam. - É chalaça a esta, chalaça àquela. Lá para sociedade não há outro! (133)

- Mas a grande causa da miséria - dizia Natário com uma voz pedante - era a grande imoralidade.

- Ah! lá isso não falemos! - exclamou o abade com desgosto. (114)

- Mas um bocadinho à noite. Olhe, pode crer, tem-me causado desgosto... E todos têm reparado. Não, lá isso, senhor pároco, tem sido ingratidão. (116)

- E eu! - disse. - A D. Augusta sabe a paixão que eu tenho por ela... E lá do artigo que me importa a mim! (112)

- Ah, lá nisso - disse a E. Joaneira rindo - fio-me nele, que é homem de bem às direitas. (116)

- Quero-lhe dizer... Lá do artigo, é verdade, fui eu que o escrevi. Foi uma desgraça. Mas a menina tinha-me relado de ciúmes... Mas o que a menina diz de maus costumes é uma calúnia. (240)

- Você tomou o caso muito ao trágico, colega... E lá ser a primeira. Vamos lá... Todos sabem que o colega esteve pedado com o Natário... (274)s

De resto, por outro lado, dizia o sineiro, lá como sítio retirado e casa sossegada estava a preceito. (317)

- E lá a menina? - perguntou o conego a Amelia.

- Eu?... (368)

- Não, não, lá que há favor, há; e que o homem tem padrinhos, tem - disse o chantre. (17)

Mas lá que há indícios a mais, há. Sangue, impressões digitais ao desperdício, o caderno do major, esticuetas nas roupas gaita, isto e aí não lhe diz nada? (Balada, 31)

Coisas destas só à policia e que parecem ser falsas porque vêm no interesse da justiça, esclarece à margem e geladeira. Mas lá que são confusas, são. (Balada, 166)

6.

Com duas mãos de cortas diferentes o Frankenstein tinha uma certa dificuldade em estrengular. Não acertava lá muito bem, de modo que começou a perseguir o esboço para o corredor e dizer onde estava a mão que ele tinha fotografado e ficar com as duas iguais. (Balada, 30)

Elias Chefe: Sabendo que o major não saiu do país, senhor doutor. O truque das cartas do estrangeiro não é lá muito original. (Balada, 24)

Mas a maneira como o Comodoro palevou a conversa e os altos segredos em que isso se fechava para explicar o seu afastamento não convenciam lá muito. (Balada, 194)

- São coisas que tocam a gente cá por dentro, Mendes! Não, não é lá por dizer, mas não há outra! (21)

Que tal, hem? - E com um aspecto modesto: - Não é lá por dizer, mas a cabideira hoje saiu-me boa! (112)

7.

- Alto lá, Padre-Mestre! - exclamou o padre Amaro, - é o texto da rubrica. Facta reverencia cruci, feita a reverência à cruz: isto é, a reverência simples, abaixar ligeiramente a cabeça... (304)

Elias vai lendo e ajuntando. Aproximase da Noite dos Generais, a noite em que o advogado fica inscrito pelo major nos mortos em agenda. Mas já lá vamos, já lá vamos, por enquanto o chefe de brigada ainda está nos antecessores. (Balada, 126)

Mas isso da página de revista (Erotika, chama-se ela) já demanda outro ler e outro rir, tem uma nota do major que ainda há-de dar pano para mangas. Andante, ardente, diz Elias. La iremos. (Balada, 101)

8.

Julgaira o idiota que Mera era tão ingênua que se ia esconder no Bolero (Nora ignorava que ele estava preso) ou vinha simplesmente para a chatear lá porque era amiga da moça? (Balada, 199)

1.

1.1.

E quando as coisas, que lhe eram fiéis, lhe iam valer de escrúpulos, de visões, José miúdo escandalizava-se, rosnando:

- Ora histórias! sentença! Peça juízo a Deus. Mais miolo na bola! (15-16).

O cônego tinha pensado:

- Ora histórias! Então o padre Joaquim não vive debaixo das mesmas telhas com a afilhada da mãe? E o conego Pedroso não vive com a cunhada, a uma irmã de cunhada, que é uma rapariga de dezasseis anos? Ora esse!

- Ele dizia... - atendeu o esadjuitor, (20).

- Ora essa! - gritou a irmã do cônego, voltando-se bruscamente para João Eduardo. - Então o que tem o senhor a dizer da Santa? Acha talvez que é uma impostora? (66).

O cônego ergueu a cabeça, arregalou os olhinhos sonolentos:

- Mudar de casa! Ora essa! Porquê? (131).

- Ora histórias! Que me vem você contar? Você é hóspede... Deixe-se disso, homem! É como quem está na hospedaria. (131).

- Ora, mana! - replicou o cônego Dias com um azedume de raiva concentrada. Ora, mana! Ninguém lhe pede a sua opinião! (172).

- Certo, não, que até lhe fica mal! - exclamou D. Josefa tomada de escrúpulos. (228).

- Ora, mana, deixemos essas disquices para a Quaresma! Digo "cos diabos!" e recito "cos diabos!". (229).

- Sabes tu que mais? - dizia ele furioso. - Sebo! E esta! Tu pensas que eu sou ainda seminarista, e que tu és o padre examinador, que verifica se cumpri a Recra? Ora a tolice! (363).

Pensara em fazer vir o seu plano da cidade; mas, apenas em tal falou, a velha exclamou com azedume:

- A menina está doente... Não tenho saúde para tocaras! Ora o despropósito! (404).

Amélia, sem se conter, exclamou.

- Ora essa! Outra vez! ((441)).

1.2.

O rapaz rechonchudo ria-se:

- Ora, crime! - dizia - ora, prima! - Não, ele se o obricassem a ouvir missa numa capelinha de aldeia, até lhe parecia que perdia a fé!... (54).

- Ora, sr. Correia! - exclamou Teresa - e o senhor não é novo?

O ministro sorriu, curvando-se. (57).

O velho pôs-se a sorrir:

- Ai, chame, minha rica menina, chame! "Tio Cegonha"?... Ora, que tem? Cegonha sou eu, e bem cegonha! (78).

- Ora essa! Para quê? Para ti? - disse ele com o seu riso grosso. (79).

O velho sorriu-se:

- Ora, minha rica menina, quanto me hão-de dar? Uma bagatela. Quatro vinténs por dia. Mas o sr. Neto faz-me algum bem...

- E chegam-lhe quatro vinténs?

- Ora! Como hão-de chegar? (79).

- Ora essa!... - disse a S. Joaneira.

- Deixa lá, o Agostinho tem um par de mil cruzados que lhe deixam as tias. É um partidão! (85).

- Ande, que fez ontem desmaiar aquela pobre Juliana - disse.

- Ora! Importa-me a mim bem com ela! Estou farto daquele estafermo! (85).

- De si? Ora essa! Está a caçoar comigo? Porque me hei-de eu rir do senhor? Boa!... Então o senhor que tem que faça rir? - E agitava o seu leque de seda preta. (90-91).

- É porque me interesse por si.

- Ora, deixe lá! - disse ela fazendo um indolente gesto de negativa. (91).

- Deixe falar, senhor pároco! - exclamou a S. Joaneira. Ora a tolice! Isto, em se lhe dando confiança!... (97).

- Jesus, que terá a mamã! Que será?

- Ora que há-de ser? Preguiça! - disse-lhe o pároco rindo. (305).

O que o tio Esguelhas receava é que a casa não fosse decente e não tivesse as comodidades...

- Ora! - fez o padre sorrindo, num renunciamento de todos os confortos humanos.

- Contanto que haja duas cadeiras e uma mesa para pôr o livro da oração... (319).

Ele então zangou-se. Queria talvez saber melhor do que ele o que era pecado, não? Vinha agora a menina ensinar-lhe o respeito que se deve aos vestuários dos santos?

- Ora não seja tola. Deixe ver. (344).

- Ora essa! - exclamou o pároco. E eu justamente a falar dele! é extraordinário. Olha que coincidência... (417).

Gertrudes animou-a. Então, senhora, que até lhe fazia pior estar a afligir-se assim... Ora o disparate! Tudo se havia de remediar com a ajuda de Deus. Saúde não havia de faltar, nem alegria... (420).

Ele galhofou:

- Ora, as senhoras não precisam cá de mim. Estão bem acompanhadas... (441).

- Mas Vossa Senhoria não está com atenção, senhor pároco.

- Ora essa, minha senhora! (462).

1.3.

- Pode subir, senhor cônego! Está o caldo na mesa!

- Ora vá, vá, que você deve estar a cair de fome, Amaro! - disse o cônego, erguendo-se muito pesado. (28)

- Então isto são horas, sua brejeira?

Ela teve um risinho, encolheu-se.

- Ora vá-se encomendar a Deus, vá! - disse batendo-lhe no rosto devagarinho com a sua mão grossa e cabeluda. (32)

- Ora vamos a ver se quiam ambos - disse a sra. D. Maria da Assunção, envolvendo-os no mesmo olhar baboso. (72)

- Ora vá! Não se faça rogado - disseram, insistindo. (84).

- Ora vejam que pouca-vergonha!... - dizia ela, deliciando-se. (100).

E voltavam para a sala de jantar, onde o cônego Dias, todo enterrado na velha poltrona de chita verde, com as mãos cruzadas sobre o ventre, dizia logo:

- Ora vá um bocadinho de música, pequena! (101)

Deu outras razões de prudência higiénica, e acrescentou, passando-lhe com bondade os dedos pelo pescoço:

- E o que é perder a conveniência, não se aflija a senhora! Eu darei para a panela como dantes; e como a colheita foi boa porei mais meia moeda para os arrebitos da pequena. Ora venha de lá uma beijoca, Augustinha, sua brejeira. E ouça, hoje como-lhe cá as sopas. (135)

- Aqui lha deixo, senhor pároco - disse a velha. - Vou à Amparo da botica, e venho depois por ela... Ora vai, filha, vai Deus te alumie essa alma! (232)

Mas o cônego riu-se para ela, chamou-lhe Totozinha, prometeu-lhe um pinto para bolos; e mesmo sentou-se aos pés da cama com um "ah!" regalado, dizendo:

- Ora vamos nós agora conversar, amiguinha... Esta é que é a pernita doente, hem? (...). (354)

1.4

- Ora Deus os abençoe - disse o cônego, jovial, entornando-lhes o pires cheio de moedas de dez réis. (73)

Tinha-se feito devota, e foi com uma alegria piedosa que abriu os seus magros braços a Amaro.

- Como estás bonito ! Ora não há ! Quem te viu ! In, Jesus ! Que mudança ! (45 - 46)

- O Amaro !? - disse ela como estranha ao nome. - Ah! bom Jesus, quem ele é ! Ora não há ! Está um homem ! Quem diria ! (46-47)

- Ora Nosso Senhor nos dê muito boas noites ! - dizia assomando à porta (100)

Amélia costumava sempre ter um "Olá!" ou um "Ora viva!" muito amável; aquela secura aterrou-o; (133)

- Ora viva o menino-bonito! (149)

: e murmurava, banhada de riso:

- Ora que alegria, colega, vê-lo de novo nesta sua casa ! (204)

- Ora ditosos olhos! - exclamou. - Eu entrei há bocadinho e já cá tenho a primeira missinha. (224)

O tio Osório então apareceu com a garrafa.

- Ora até que enfim, seu fidalgo ! - disse o tipógrafo a transbordar de sarcasmo. (268)

- Ora viva lá a srã Toto - disse ele da porta, sem se aproximar. (352)

- Oh, senhor pároco ! Entre, senhor pároco ! Ora até que enfim ! Minha senhora, é o senhor pároco ! - gritava na alegria de ver enfim uma visita querida, um amigo da cidade naquele desterro da Ricoça. (418)

2.

-Ora a minha ideia, amigo Mendes, é esta: metê-lo na casa da S.Joaneira! - resumiu o cônego com um grande contentamento. - é rica ideia, hem! (20)

-Oh, homem! - exclamou o cônego astringido os braços. - Você quer sair da casa? Por alguma é! Ora a mim parece-me que melhor... (132)

(...); e ele, cônego do cabido, na egoísta velhice, quando precisava ter recato com a sua saúde, via-se obrigado a esperar, a espreitar, a ter nos seus prazeres regulares e higiênicos as dificuldades de um colegial que ama a senhora professora. Ora se

Amaro saísse, a S. Joaneira descia ao seu quarto, no primeiro andar. (...). (132-133)

- Mas digo-lhe eu, senhor caroco! Ah, digo-lhe eu!...

- Ora isso é que era um grande favor! Era um bem que fazia àquela alma! (227)

- Acontece que o sacerdote, quando vai a beber o sangue de Nosso Senhor Jesus Cristo, não está prevenido, e faz-lhe uma careta. Ora aí tem a senhora! (302)

O senhor a dizer uma palavra, e eu a provar-lhe que o senhor vive há dez anos amigado com o S. Joaneira, à face de todo o clero! Ora aí tem! (357)

- Mas isso é um nicho! - exclamou ela logo.

- Ora aí é que está, é que justamente a Amélia desta vez não vai à Vieira. (392)

Uma hora, nunca menos, diz o dedo do Comandante, e isto atendendo a que era noite e noite de temporal.

Ora aqui os fulances, das duas uma, ou tomavam a estrada nacional no sentido Évora-Lisboa ou iam em oposto, rumo à Espanha. (Balada, 40)

Terminou por marcar limpeza de armas para amanhã seguinte e por fazer o inventário das roupas e dos objectos de emergência.

Ora aí, salvo erro, é que o Fontenove apresentou o problema do cabo: o rapaz não podia continuar a andar com o capote e as botas da ordem, era evidente. (Balada, 134)

Está nos nossos autos, via a boca da vítima a balbuciar e a jorrar sangue. Ora isso só poderia ser visto daqui, deste lado, nunca do lado dali porque o corpo estava tombado em sentido contrário. (Balada, 234)

E enfim, possuído de uma vertigem de ateísmo, atira-se, diante mesmo da catedral, sobre um sacerdote exemplar (não é por Vossa Senhoria estar presente) e tenta assassiná-lo! Ora, pergunto eu, o que há no fundo de tudo isto? Ódio, puro ódio à religião de nossos pais! (275)

Que queria o tio Esquelhas?... Impiedade, ateísmo do tempo! Ora, ele necessitava ter com a pequena muitas e muitas conferências: para a experimentar, para conhecer as suas disposições (...). (313)

Mas o cônego (que positivamente estava naquela noite de uma loquacidade copiosa) interrompeu-a, e voltando-se para o Padre Amaro, fixando-o profundamente:

- Ora a propósito de eu entrar na sacristia, sempre lhe quero dizer, amigo e colega, que cometeu hoje um erro de palmatória. (303)

(...), porque cá a minha mulher já sabe que eu sem os meus cinquenta não vai. Ora já tenho quarenta, veja lá você. (446)

Mena. O assunto é ela. Tem-na em primeiro plano, pull-over decotado, braços cruzados. Ora bem.

Começa a leitura do auto com as pausas e os repetidos necessários. (Balada, 216)

Ontem me mandou ela uma torta de maçã. Ora, havia de você ver aquilo! A maçã parecia um creme! (21)

A condessa contou que Amaro requerera uma paróquia melhor. Falou de sua mãe, da amizade que ela tinha a Amaro...

- Morria-se por ele. Ora um nome que ela lhe dava... Não se lembra? (55)

(NOTA: as ocorrências retiradas de OCPA, por serem muito numerosas, têm apenas indicação do número de página, sendo a edição a referida na Introdução. Não se transcrevem as ocorrências estudadas no Capítulo 3., porque, por serem apenas oito, estão todas transcritas no capítulo, o que não acontece com os exemplos das partículas "cá"/"lá" e "ora").

INDICE

Introdução	1
Capítulo 1.: "Cá"/"Lá".....	29
Capítulo 2.: "Ora"	114
Capítulo 3.: "Ele"/"Isto"/"Aquilo"	
- operadores de juízo tético?.....	155
Conclusão	166
Bibliografia	181
Anexos	192